

ATA 223ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2
3 **SIMONE:** Ducentésima vigésima terceira Plenária Ordinária do Conselho Estadual
4 de Assistência Social. Nós tivemos uma semana intensa de muitas articulações, né? Muitos
5 debates no Encontro Nacional de Secretários Municipais de Assistência Social, mas mais uma
6 vez o Colegiado Nacional teve uma posição, uma postura importante em defesa do SUAS, né,
7 e da democracia no Brasil, então estamos todos muito cansados, mas também muito
8 revigorados, né, para luta. Quero cumprimentar a nossa secretária executiva, Consolação, em
9 nome dela todos os técnicos da Secretaria Executiva do Conselho Estadual. Cumprimentar os
10 convidados do Conselho Estadual que estão aqui, a Maria Conceição de Nova Lima que irá
11 representar o Conselho Municipal de Assistência Social assim que for é nomeada, né, para tal.
12 Nomeada já foi, né? É nomeada mesmo? Então, tá bom. Também quero cumprimentar o Bruno
13 Alves, assessor do mandato do Deputado André Quintão, que nos acompanha em todo
14 Plenário. Cumprimentar Ana Cristina de Resende da Secretaria de Estado da Fazenda que,
15 também, representará, como suplente, a Secretaria de Estado da Fazenda neste Conselho. Há
16 todos muito bem vindos. Também, vou justificar aqui ausência de alguns conselheiros que
17 justificaram. Da nossa querida vice-presidente, Geisiane de Lima Soares. Ela, hoje, está
18 representando o Conselho Estadual na Conferência Municipal de Bela Vista de Minas.
19 Também, do Conselheiro Volney Lopes Araújo, do PSIND, que está palestrando na
20 Conferência Municipal de Bom Despacho. Também, a nossa conselheira Ivone Pereira Castro
21 Silva, vice-presidente do COGEMAS, que está, também, na Conferência do município dela.
22 Também, justificar a ausência da conselheira Roseane Cristina dos Santos, da Federação
23 Nacional de Educação e integração dos Surdos, por motivo de férias. Também, justificar
24 ausência da conselheira Maria Juanita, da Federação das APAES, por motivo de trabalho.
25 Registrar, também, a ausência de Magda Lúcia Diniz Silva Rocha da Secretaria de Estado da
26 Saúde por motivo de trabalho. Bem, nós vamos iniciar nosso pleno, eu vou passar para a nossa
27 secretária-executiva que nos anunciará a existência de Quórum ou não. **CONSOLAÇÃO:** Bom
28 dia a todos! Nós temos 12 conselheiros, né, titulares ou em alguma condição de titularidade.
29 Então, temos Quórum qualificado. **SIMONE:** Muito obrigado, eu quero agradecer. Nós, então,
30 vamos proceder aos informes. Eu quero perguntar ao conselheiro Gilberto se ele vai para
31 proferir os informes do Colegiado de Gestores. **GILBERTO:** Bom dia a todos e a todas! Gilberto,
32 do COGEMAS. Tenho dois informes do nosso presidente, José Cruz. Teve o Encontro de
33 Gestores Nacional nesses dias e foram eleitos o presidente José Cruz e a nossa diretora Ana
34 Amélia para compor, também, o Colegiado de Gestores Nacionais que foi importante, também,
35 para o nosso Estado e para nossas lutas dado o momento histórico que a gente tá vivendo.
36 Então os dois foram eleitos para diretoria do COGEMAS Nacional e isso, isso também, revigora
37 a nossa luta nesse momento histórico. Dizer que o COGEMAS, o segundo informe é dizer que
38 o COGEMAS tá propondo através da diretoria a gente fazer reuniões descentralizadas, uma
39 reunião centralizada em Belo Horizonte e outra reunião descentralizada nas regiões do Estado
40 seguindo uma orientação de um calendário que a gente ainda tá, tá terminando. E num
41 momento a gente vai poder apresentar, também, aqui para o CEAS para que todo mundo possa
42 saber e valorizar esse momento de descentralização do COGEMAS. É isso, obrigado!
43 **SIMONE:** Obrigada secretário e conselheiro Gilberto. Quero parabenizar o Colegiado pela
44 forma, né, pela agenda importante que vem trazendo para a Assistência Social em Minas
45 Gerais. Bem, na nossa pauta aqui, a conselheira Marta foi ver se tem informes da CIB. O
46 Encontro Nacional do COGEMAS, o Gilberto já, já colocou nas informações. Eu vou pedir para
47 o Bruno que é assessor do deputado André que ele nos informe acerca de dois projetos de lei
48 muito importantes que estão tramitando na Assembleia Legislativa. Um... Todos os dois de
49 interesse muito particular do Conselho Estadual. Um deles é sobre o Rede Cuidar, né, o
50 Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial do SUAS, e o outro é o projeto de lei

51 que regulamenta as parcerias no âmbito do Governo do Estado. Então, Bruno, por favor, fique
52 à vontade. **BRUNO:** Bom dia a todas e todos, conselheiros, mesa diretora do Conselho. Essa
53 semana foi uma semana bastante intensa lá na Assembleia e eu estou trazendo dois repasses
54 importantes que ontem, antes de ontem, na verdade, né, foram aprovados em 1º turno de
55 Plenário, dois projetos. Um deles é o PL de parcerias que vai resolver um problema histórico
56 no repasse de recursos principalmente para as entidades né, Simone? Que sofriam vedação
57 em período eleitoral... Isso resolve né? Havia uma contradição sobre a lógica do serviço e como
58 a legislação estava colocada. Então esse PL resolve essa questão, né, ele traz da
59 especificidade da... No campo da Assistência e foi aprovado em 1º turno e agora vai para a
60 revisão e eu acredito que será aprovado em 2º turno já na próxima semana. Então esse é um
61 PL que era originalmente de autoria do André e que veio um projeto do Governo Estadual que
62 entrou como substitutivo nesse momento. E a criação da Rede Cuidar, né? O Programa foi
63 lançado há alguns meses pelo Governador e que trata né, de três eixos aí importantes. Um
64 apoio técnico, um acompanhamento, monitoramento aí voltado para as entidades
65 socioassistenciais que, também, é uma demanda histórica, né, demarca aí um posicionamento
66 do Estado no real trato com a rede socioassistencial e que institucionaliza o Programa, então
67 acho que... Sobre o campo da importância, né, de você ter um projeto de lei é porque você tem
68 algo que é mais perene e mais palpável para as entidades. Então, neste momento a gente tá
69 nesse ponto, né? Foi uma semana muito intensa de trabalho. A SEDESE teve discutindo
70 conosco, também, né, Simone, para que a gente chegasse num denominador comum de vários
71 pontos, reuniões grandes, mas enfim, nós conseguimos... Os projetos foram aprovados por
72 unanimidade, os 77 deputados votaram a favor dos dois projetos, então, a gente considera dois
73 ganhos assim muito importantes, né, e os dois PLs tratam da relação com as entidades, né?
74 Quer dizer é um reconhecimento no campo do legislativo, também, do Governo Estadual para
75 as entidades de Assistência Social. Então, eu queria colocar mais uma vez uma data à
76 disposição para os debates, para as opiniões, para as questões que estão sendo apresentadas
77 e na próxima semana eu acredito que a gente tem a votação em 2º turno, né, e segue para a
78 ascensão do governador, obrigado! **SIMONE:** Conselheiro Rodrigo. **RODRIGO:** Bom dia a
79 todos! Rodrigo, ASSPROM. Eu queria complementar o que o Bruno tá falando e reconhecer o
80 esforço da SEDESE, Simone, Isabela, Marta e, também, leva para Dalma lá nosso recado, da
81 satisfação em relação à melhoria, a desburocratização, sabe? A história do atestado que já não
82 é mais lá com vocês... Nós recebemos com bastante assim, felicidade, né, com bastante
83 esperança que daqui para frente à gente tenha uma relação que não seja só pautada no papel,
84 né? Porque o nosso público a gente não atende ele só no papel. Então nós ficamos muito
85 satisfeitos, né, com reconhecimento e iniciativa de vocês de desburocratizar a coisa pública,
86 obrigado! **SIMONE:** Obrigado, conselheiro Rodrigo! Eu quero agradecê-los e agradecer ao
87 Bruno e levar todo o nosso reconhecimento ao deputado André porque ele colocou na
88 prioridade das legislações a serem votadas ainda no primeiro semestre exatamente para que
89 a gente tenha condições de iniciar o Programa logo no segundo semestre. Eu sei... Aprovação
90 em tempo recorde pra que a gente cumpra, também, o nosso planejamento, né? Isso é muito
91 importante para nós. Então, eu agradeço muito e espero que já no próximo pleno do Conselho...
92 Você veio aqui né, Bruno, já pra apresentar para nós o projeto de lei que foi discutido e
93 aprovado na Assembleia Legislativa. Bem, eu vou abrir o informe para os conselheiros, tá,
94 gente? Só vamos seguir o rito aqui e eu já vou abrir... Então os conselheiros, também, que
95 tiverem informes já podem ir se preparando aí. Eu vou fazer os informes da SEDESE... Já tá
96 aí? Bem, eu vou começar né, com... Informando sobre o Capacita SUAS. Os conselheiros
97 sabem, nós estamos ofertando em todo o Estado de Minas Gerais, nos 21 pólos, o curso de
98 atualização em vigilância socioassistencial do SUAS que teve início no dia 22 de Maio e finaliza
99 no dia 14 de julho. Aqui eu vou mostrar o status geral da oferta, né? Nós já realizamos 11 pólos.
100 Essa semana estamos em três pólos e aí vão ficar faltando para concretizar, é... Oito pólos.

101 Varginha é o único pólo que tem duas semanas de oferta pelo tamanho da região. Então esses
102 aqui são os pólos onde já foram realizados, pode passar. Os que a gente tá fazendo essa
103 semana tá terminando hoje que a Montes Claros, Juiz de Fora e Varginha. E os que faltam, né,
104 Salinas, Poços de Caldas, Araçuaí, Divinópolis, Ituiutaba, São João Del Rei e Almenara. Vocês
105 veem aí que nós ainda estamos com as inscrições abertas. Também informar aos Conselheiros
106 do Programa Qualificação do SUAS, né, além da capacitação que eu já mostrei, que é um dos
107 eixos do Programa, nós também realizamos encontro de gestores da região metropolitana
108 dentro do eixo de apoio técnico. Vocês sabem que o apoio técnico, também, é uma parceria da
109 SEDESE com a Associação Mineira de Municípios com o objetivo de prestar apoio técnico para
110 o aprimoramento da Gestão Municipal. Nós realizamos no dia 13 de junho no auditório do
111 Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais o vigésimo encontro...
112 Vigésimo eu sei que deve estar errado, né? O Encontro de Gestores da Assistência Social da
113 Região Metropolitana. Participarão cerca de 140 pessoas, entre gestores, secretários,
114 coordenadores e técnicos da Assistência Social. Foram abordados no Encontro o panorama
115 das lutas e conquistas da Assistência Social no Estado, os compromissos e estratégia de
116 atuação da Secretaria em relação aos desafios de gestão municipal na efetivação do SUAS e
117 orientações sobre o marco regulatório das organizações de sociedade civil. A SEDESE e AMM
118 já promoveram outros 19 encontros... Que nós estamos realizando esse encontro em toda
119 Minas Gerais partindo do princípio, não só de princípio, mas da realidade de que nós temos
120 70% de mudança das, dos secretários das Secretarias Municipais de Assistência Social. Não
121 tá aqui no uniforme, mas o principal ponto de discussão... E eu estou falando isso porque eu
122 tenho certeza que vai voltar na Conferência Regional... É a discussão da região metropolitana,
123 inclusive porque o nosso plano estadual de regionalização ele não concretizou muitas
124 propostas em torno do debate da região metropolitana tendo em vista que nós precisamos
125 aprofundar esse debate no Estado, né? Nós, também, realizamos entre os dias 22 e 26 de Maio
126 a capacitação de gestão do CADÚNICO e do Programa Bolsa Família. Essa primeira
127 capacitação e as subseqüentes têm como objetivo oferecer aos participantes subsídios para o
128 aprofundamento dos princípios e conceitos do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único
129 possibilitando entendimento sobre seu funcionamento e gestão. Participaram 30
130 coordenadores municipais, né. Nós estamos fazendo isso em todo o Estado, também. Aqui
131 está o calendário, né, da capacitação do Cadastro Único e Programa Bolsa Família. Nós
132 estaremos em São João Del Rei do dia 5 a 9 de junho e... É já tivemos... Vocês têm que ter um
133 pouco de compaixão comigo hoje porque eu estou trocada. Também realizamos né? Ou vamos
134 realizar? Em Divinópolis de 26 a 30 de junho. Em Juiz de Fora, de 3 a 7 de Julho. Em Varginha
135 de 17 a 21 de julho. Varginha, também, de 18 a 20 de julho. Além disso, a SEDESE, também,
136 participou do 13º Encontro Nacional Intersectorial de Coordenadores Estaduais do CADÚNICO
137 e Bolsa Família que foi realizado no Paraná. O encontro teve como objetivo discutir as questões
138 técnicas e políticas que envolvem o Cadastro e o Programa Bolsa Família. Nós também
139 realizamos uma videoconferência para discutir a erradicação do trabalho infantil tendo em vista
140 que dia 12 de junho foi o dia Mundial de combate ao trabalho infantil. A videoconferência, ela
141 proporcionou como tema diálogos entre a proteção básica especial na erradicação do trabalho
142 infantil com objetivo de mobilizar e orientar os municípios sobre o desenho do PET. Nós
143 também realizamos um encontro com os municípios prioritários, né, são considerados... Pode
144 voltar aí... Isso. São considerados municípios prioritários os municípios que têm o maior número
145 de crianças em situação de trabalho infantil identificado pelo Censo do IBGE. Então, nós
146 realizamos encontro aqui, vocês estão vendo aí a foto. Pra gente apoiar os municípios no
147 planejamento do Plano de Aplicação do Cofinanciamento Federal para execução das ações
148 estratégicas do PET. Aí dentro, pode passar... Dentro das comemorações, também, do dia
149 internacional de combate ao trabalho infantil a SEDESE, também, ela está fazendo uma
150 campanha, "Basta ao Trabalho Infantil", e é essa aí que vocês tão vendo, né? Discutindo os

151 mitos ou verdades acerca do trabalho infantil se for pra carregar que seja conhecimento, se for
152 para vencer que seja bem estar, pode passar... Pode passar... Se for para arrumar que seja
153 diversão. Pode passar... Essa campanha, ela tá sendo feita junto com os três maiores times de
154 Minas gerais. Tanto com o Atlético Mineiro, quanto com o América e o Cruzeiro Esporte Clube,
155 também. A participação dos times ela está a se dando de várias formas. Isso que vocês estão
156 vendo aí é a visita do mascote do Atlético na Cidade Administrativa. Então eles foram... A
157 SEDESE comprou a camisa com o escrito, né, os temas da campanha. E nós estamos
158 distribuindo panfletos e tirando foto, né... Como que chama isso aí? Mascotes dos times. Além
159 disso, eles também estão fazendo vídeo circulando na internet junto com os jogadores dos
160 times e usando a camisa, né aderindo a campanha da erradicação do trabalho infantil e a
161 campanha tem tido uma repercussão muito bacana. Pode passar... Também foi realizado na
162 Arena do Independência, no jogo América versus Internacional... Vocês estão vendo aí... As
163 crianças do América entraram no campo, né, no dia do jogo com a camisa, também, do combate
164 ao trabalho infantil. Informando, também, ao Conselho que foi encaminhado pelo MDS em 19
165 de junho o formulário referente ao Plano de Aplicação do Cofinanciamento Federal para a
166 execução das ações estratégicas do PET, à Secretaria de Assistência Social dos Estados e
167 Municípios, aos endereços eletrônicos cadastrados no CADSUAS. No dia 20 de junho a
168 SEDESE encaminhou as informações a todos os municípios prioritários. Este Plano tem por
169 objetivo informar sobre a utilização dos recursos referentes ao Cofinanciamento Federal das
170 ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, conforme pactuado na
171 última reunião da Comissão Intergestores Tripartite do dia 6 de junho de 2017. Os gestores
172 devem descrever as despesas levando em consideração os valores de cofinanciamentos já
173 repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social as parcelas que ainda faltam receber
174 até 31 de Maio de 2017 e a possibilidade de receberem repasse de Junho até dezembro de
175 2017. Pode voltar um pouquinho, por favor. Vou explicar um pouco ao Conselho aqui. É o
176 seguinte, o Ministério, ele tá desde o início desse ano tratando os programas, né, que nós
177 temos alguns... Nós temos o PET, temos ACESUAS Trabalho, temos o Capacita SUAS. Esses
178 Programas, eles, é, por nomenclatura na LOAS eles tem uma diferença mesmo, né, eles tem
179 tempo e área de abrangência determinados para começar e para terminar, diferente dos
180 serviços que são ofertas continuados, né? Só que o Ministério, ele tem pedido devolução de
181 recursos dos programas, como se a gente tivesse voltando aí no tempo... Do tempo que a gente
182 trabalhava aí com uma lógica convenial, né. Então, no acirramento das discussões ficou de os
183 estados e municípios encaminharem até dia... Até o final desse mês agora, 30 de maio, é...
184 Junho? Isso. O trem está feio hoje, hein, Maria do Carmo, o negócio não está fácil, não. Esse
185 é um assunto que vai pegar muito fogo esse ano, né, porque essa discussão do Ministério de
186 devolução de recurso é um assunto muito polêmico e que com certeza o Colegiado de Gestores
187 tanto municipal quanto dos estados devem trazer a temática dos programas para o debate,
188 mas enquanto não traz o debate, enquanto a gente não cria a resistência necessária é bom
189 que todos nós cumpramos os prazos porque senão o Ministério... Ele é capaz até de pedir para
190 a tomada de contas especial, né? Então, vamos fazer a luta, mas dentro das posses... Nem
191 vou falar legalidade porque eu não acho que isso tenha legalidade, eu não acho mesmo, mas
192 vamos fazer dentro das estratégias de luta que a gente tiver encaminhado né? Aqui tá... O link
193 é esse aí viu gente? Viu, Consola? Fazer o favor de divulgar para todos os municípios. O link
194 é esse, a gente está ajudando a divulgar. É bom a gente divulgar porque é muito ruim ter que
195 devolver os recursos, né? Saliemos que o preenchimento deste plano é de responsabilidade
196 do secretário de assistente social, entretanto, quando essa atribuição for delegada a outra
197 pessoa no município deve ser encaminhada somente uma única versão. Em cada ação
198 planejada devem ser preenchidos em reais os campos correspondentes a: valor da despesa
199 contratada com os recursos repassados até maio de 2017; valor da despesa a contratar com
200 os recursos a serem repassados de junho a dezembro de 2017. Então, vocês estão vendo, é

201 um plano online aonde eles vão... Eles vão monitorar a execução do programa né?
202 Observações: caso o município e estado desenvolvam transações além das descritas no
203 formulário deve preencher tem "outra ação". Caso não tenha outra ação não é necessário
204 preencher esse item. Não é obrigatório o preenchimento de todos os campos, apenas das
205 ações planejadas. Este plano deverá ser preenchido impreterivelmente até 30 de junho por
206 meio deste formulário eletrônico, ao final do preenchimento do formulário, salve e envie para
207 que a sua resposta seja remetida automaticamente ao MDS. Aprovação dos planos, município.
208 Após o preenchimento desse plano deverá ser submetido à aprovação do Conselho Municipal
209 de Assistência Social... Então, o Conselho tem o prazo até 30 de julho, tanto o Conselho
210 Municipal quanto o Conselho Estadual, viu, gente? Então, já peço de uma vez que pautar aqui
211 no Conselho Estadual a discussão sobre o nosso plano. Cabe, também, ao estado informar,
212 via ofício, quais municípios obtiveram aprovação dos Conselhos Municipais de Assistência
213 Social para esse plano de aplicação. Aí a gente vai ter que ver aqui com o Régis, viu Consola,
214 como que a gente vai fazer. São 72 municípios, então, com certeza a gente tem que priorizar
215 os 72 Conselhos Municipais, né? Pra gente tentar conseguir essa meta aí. Outra informe,
216 também, importante são as reuniões das Comissões Regionais de Gestão Compartilhada,
217 lembrando aos conselheiros, o Conselho Estadual tem uma resolução que cria as Comissões
218 Regionais de Gestão Compartilhada. Essas Comissões estão sendo implantadas onde a gente
219 está implantando os CREAS regionais e tem o objetivo de discutir os atendimentos, estratégia
220 e articulação com as demais instituições de sistema de garantia de direitos. Então, foi realizada
221 a reunião da Comissão Regional de Gestão Compartilhada do território do baixo e médio
222 Jequitinhonha no dia 14 de junho 2017. Pode passar esta também. É uma notícia muito
223 importante que eu quero dar... Conselheira Sandra já chegou? Já. Nós... Só lembrando ao
224 Conselho, a gente tem um grupo de trabalho socioeducativo que a conselheira Sandra
225 representa, aliás... Muito bem representado, né, Sandra? Esse Conselho no GT de
226 socioeducativo. O GT finalizou o seu trabalho e a gente vai apresentar no dia 30 de junho,
227 gente, semana que vem, para debate e validação a política de atendimento ao adolescente em
228 cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no Estado de Minas Gerais. Então é
229 uma oficina importante que é fruto de toda a discussão do nosso grupo de trabalho. Acho que
230 com a discussão dessa política, só lembrando pra vocês, o fluxo, né, o calendário nosso, nós
231 vamos validar política e depois ela vem para discussão no Conselho Estadual e o Conselho da
232 Criança e do Adolescente. A nossa proposta é que os dois Conselhos... Eles façam uma
233 resolução que aprova né, a política estadual de atendimento ao adolescente e cumprimento de
234 medida. E como essa competência passou... O meio aberto passou pra SEDESE, né, nós,
235 também, vamos trazer a proposta de partilha de recursos... Para onde que a gente vai começar
236 a política... O cofinanciamento dela, como que se dará, enfim, tudo será discutido aí no dia 30
237 de junho. Aqui... É o monitoramento das ações municipais de implantação e reordenamento do
238 serviço de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens. Em referência ao item 5.3 do
239 termo de aceite do cofinanciamento federal para expansão qualificada e reordenamento de
240 serviço de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, que estabelece como
241 responsabilidade do gestor Estadual sistematizar as informações sobre o processo de
242 reordenamento e implantação do serviço de acolhimento dos municípios e seu território. O
243 MDS, por meio de seu departamento de proteção especial está dando início a etapa de
244 monitoramento dos planos de acolhimento. A finalidade desse processo é a obtenção de um
245 conjunto mínimo de informações acerca do andamento das ações previstas nos referentes
246 planos, tendo em vista que o prazo para a sua implementação finda em 31 de dezembro. Só
247 lembrando que esse plano aqui é para fazer o reordenamento do serviço de acolhimento de
248 crianças e adolescentes, né? E o prazo para o fim é até 31 de dezembro. Depois é bom, né...
249 Nós lá da SEDESE fazemos um levantamento como é que tá a situação dos municípios pra
250 gente poder acompanhar melhor. Documento para preenchimento pelo Estado. Nós vamos ter

251 que enviar para o Ministério... É, o instrumental de monitoramento, neste documento o Estado
252 deverá preencher as informações de cada município de acordo com as opções pré-
253 determinadas em cada uma delas das células da planilha. Também, o modelo de parecer
254 estadual de monitoramento com base nas informações obtidas a partir do preenchimento do
255 instrumental de monitoramento. O Estado deverá emitir pareceres, um para cada município
256 monitorado, se posicionando sobre o andamento das ações necessárias para o funcionamento
257 do serviço. O instrumental de monitoramento estadual deve ser devidamente preenchido e
258 encaminhado até 23 de junho de 2017. A equipe da SEDESE está em contato contínuo com
259 163 municípios elegíveis para o processo de monitoramento. Também, para o serviço de
260 acolhimento para adultos e famílias, o Ministério, também, está dando início a etapa de
261 monitoramento das ações necessárias para o reordenamento do serviço de acolhimento para
262 adultos e famílias prestados pelos municípios que realizaram o aceite para expansão de 2012
263 e, também, de 2014. A finalidade desse processo é a obtenção de um conjunto mínimo de
264 informações acerca do estágio atual do reordenamento do serviço. Pode passar... Também,
265 serão preenchidos mesmos documentos, né instrumental de monitoramento e modelo de
266 parecer estadual de monitoramento e reordenamento e deve ser enviada até 14 de julho para
267 o Ministério. Também, da mesma forma, a equipe da SEDESE esta em contato contínuo com
268 os 24 municípios que fizeram o aceite para o serviço de acolhimento para adultos e suas
269 famílias. Aqui, também, informar que... O Conselho Estadual participou do 3º Congresso de
270 Política de Assistência Social de Uberaba, eu mesma estive presente nesse, nesse
271 Congresso... Nós tivemos a participação de trezentas pessoas e o tema central do evento foi
272 Assistência Social, Política Pública de Responsabilidade ética de Gestores e Trabalhadores do
273 SUAS. Pode passar... Também informar aos senhores que o Governo do Estado está
274 retomando às regiões através dos fóruns regionais de governo. O tema dos fóruns regionais
275 de governo... Nós estamos com três ações da SEDESE nos fóruns... Nós estamos com uma
276 ação que é o apoio técnico aos municípios com a nossa equipe de apoio técnico. Também
277 estamos discutindo o pobreza rural, né, nos territórios onde existem essa situação de pobreza
278 no campo e, também, estamos fazendo oficina de economia solidaria, além de tá discutindo
279 com as entidades e os gestores o Programa de aprimoramento da rede SUAS, o Rede Cuidar.
280 Também, como me comprometi com esse Conselho está aqui o informe, né do pagamento do
281 Piso Mineiro de Assistência Social. O Governo do Estado de Minas, por meio da SEDESE
282 realizou no mês de março e abril a transferência de duas parcelas do piso Mineiro de
283 Assistência Social fixo diretamente para o SUAS Municipais, então a última parcela que nós
284 pagamos foi em abril, a gente tá, então... Tem... Estamos... Ai, ai... Vamos com calma, né,
285 gente? Inclusive, eu mesma. Na data de 4 de Maio foi iniciado o repasse de mais duas parcelas
286 do piso fixo, a de agosto 2016 e fevereiro de 2017. Só lembrando para os conselheiros que o
287 compromisso que nós fizemos com o Conselho e com os secretários municipais foi de fazer o
288 pagamento de uma parcela do ano passado e uma parcela deste ano. Até 19 de Junho, 852
289 municípios receberam a parcela de julho e agosto de 2016 e 853 municípios receberam as
290 parcelas de Janeiro e fevereiro de 2017. O pagamento dos demais municípios está em
291 processo. Além disso, informamos que foi realizado o repasse das duas parcelas do
292 cofinanciamento para os 11 municípios referentes ao serviço de acolhimento institucional na
293 modalidade de residência inclusiva. Pode passar... Demonstrando o compromisso assumido
294 com a política de Assistência Social durante os 28 meses de governo, a atual gestão já realizou
295 a transferência de 79% das parcelas do piso Mineiro de Assistência Social fixo. Repassamos
296 12 parcelas do piso fixo, de Janeiro a Dezembro de 2015. Repassamos 8 parcelas de Janeiro
297 a dezembro de 2016, e repassamos duas parcelas do piso fixo de 2017 Então, em 28 meses
298 de governo nós repassamos 22 parcelas do piso fixo. Quero, também, informar aos senhores
299 uma alteração que tá causado aí muitas dúvidas nos municípios que é uma alteração no
300 CAGEC. O Governo do Estado de Minas publicou no Diário Oficial do Estado veiculado nesse

301 sábado dia 27 de maio uma resolução do Cadastro de Convenentes do Estado que altera os
302 documentos exigidos para a celebração de parceria e, também, para as transferências fundo a
303 fundo, no caso do SUAS de Minas Gerais. Altera o cadastro dos fundos municipais de
304 Assistência Social. O objetivo da alteração é adaptar às novas exigências legais em especial o
305 Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC, bem como as exigências
306 já previstas na lei complementar federal 101 de 2000. Além de possibilitar a ampliação do seu
307 raio de ação com vistas a atender, também, aos requisitos para assinatura de termo de
308 fomento, termo de colaboração, acordo de cooperação, doações transferência fundo a fundo,
309 das áreas de saúde e assistência social. Assim, a partir dessa alteração todos os municípios
310 deverão enviar para o CAGEC os seguintes documentos complementares: comprovante de
311 endereço do prefeito, comprovante de endereço do secretário municipal. Os documentos
312 deverão ser autenticados com... Confere com original, assinados por servidor efetivo do
313 município, com nome e matrícula legíveis, e enviados para endereço do CAGEC, né? Que é
314 na Cidade Administrativa, no bairro Serra Verde. Informamos que o pagamento da parcela de
315 Janeiro de 2017 somente será efetivada caso o município tenha realizado a regularização de
316 sua situação no Cadastro Geral de Convenentes do Estado de Minas Gerais. Ressaltamos que
317 ainda temos 12 municípios que não encaminharam nenhuma documentação para a
318 regularização do fundo, então nós ainda temos 12 que não recebeu nenhuma parcela esse ano
319 ainda, né, por causa de documentação. Aqui tá a situação do plano de serviço, né de 2017.
320 Também não poderia ser diferente, né, tendo em vista os problemas aí no sistema. Nós temos
321 34 aprovados, 1 em preenchimento e nenhum em análise do Conselho Municipal. Aqui tá a
322 situação do plano de serviço de 2016 onde nós temos 850 aprovados, e temos no Conselho
323 Municipal 2. Pode passar... Plano de serviço de 2017, plano de serviço da referência técnica
324 da proteção especial... Temos um em análise do Conselho Municipal, 10 em preenchimento.
325 Também, informando aqui para os senhores a análise das contas do fundo estadual, o
326 demonstrativo anual físico e financeiro da execução da Receita e da despesa do ano de 2014
327 continua disponível para preenchimento no sistema de gestão de convênios, né, no SIGCON,
328 cujo prazo era até 30 de novembro de 2016. O não preenchimento do demonstrativo de
329 prestação de contas pode acarretar a suspensão do repasse dos recursos, conforme decreto
330 46.873 de 2015, e suspensão do repasse dos recursos... Acho que eu li errado, né? VOZ AO
331 FUNDO... Ah é, e resolução da CIB, nº 7 de 2013. As informações devem ser inseridas no
332 SIGCON, pelos gestores municipais e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência
333 Social pelo endereço eletrônico www.convenios.mg.gov.br. Bem, do demonstrativo estadual, a
334 situação de 2014... A situação é a seguinte, finalizados 378, em andamento 475. Informar
335 também que a participação da SEDESE nas Conferências municipais... As Conferências
336 municipais de assistência estão sendo realizadas no Estado de Minas Gerais, como em todo o
337 Brasil, né, até 31 de julho de 2016. A SEDESE já recebeu 189 convites para participação. E,
338 também, aqui tão, né, o nome dos municípios que eu não vou ler. Quais são os critérios que
339 nós estamos adotando para participar? Nós estamos participando de municípios de grande
340 porte, municípios que estão realizando Conferências acima de 100 participantes. Ser município
341 sede da Regional da SEDESE. Ser município sede de CREAS Regional, implantados ou
342 previstos. Municípios com representantes na CIB e na diretoria do COGEMAS e municípios
343 que têm representação no Conselho Estadual de Assistência Social. Bem, me desculpa aí
344 "delongamento" dos informes, mas eu acho importante que o Conselho possa acompanhar
345 todas as nossas realizações, obrigado. Vou passar para a Marta para ela fazer os informes da
346 CIB. **MARTA:** Bom dia a todas e a todos! Os informes da CIB foi que a reunião do mês passado
347 foi aprovado, pactuado pelos presentes sobre... pela resolução 3 de 10 de junho, quais eram
348 as atribuições do SUAS no Projeto Sementes Presentes que compõem... é um dos
349 componentes das estratégias de enfrentamento da pobreza no campo. Ela foi publicada no dia
350 10 de junho. O outro, também... a outra resolução é a 4 de 2017 em que foi aprovada a

351 prorrogação do prazo do plano de serviço e ele foi adiado para preenchimento até o dia 30 de
352 Julho. Então, são esses informes da última reunião da CIB. **SIMONE:** Obrigado, Marta! Então,
353 eu vou abrir para os conselheiros... o conselheiro Leonardo Ladeira já tá inscrito. **LEONARDO:**
354 Alô, bom dia, Leonardo, SEPLAG. No ano passado, acho que até no primeiro semestre, ainda,
355 a gente trouxe aqui no Conselho a Aidê, lá da SEDESE para explicar que tava sendo montada
356 uma estratégia de enfrentamento à pobreza no campo. Na época ainda estava muito na ideia,
357 né? Então, ela apresentou a ideia, estava começando a mobilizar. E aí eu vou dar um informe
358 hoje, uma consulta pública que está aberta, mas aí eu vou explicar rapidamente qual foi o
359 caminho percorrido até aqui porque eu participei ativamente, eu sou membro do grupo
360 coordenador, a Fabricai, também. A gente, e a Débora, também, em nome da SEDESE... a
361 gente, em junho, imediatamente o governador lançou 17 ações, entregou carros pra... para
362 serviço volante, inclusive, para os municípios e lançou 17 ações com... voltadas,
363 principalmente, da educação mas, também da ação de Poços Artesianos, da CEMIG... um
364 grande projeto que a CEMIG até colocou muito na imprensa que é de eletrificação rural, então,
365 tem diversas ações... o Desenvolvimento Agrário também com as ações de garantia a safra...
366 Compilou ações que o Estado já estava fazendo. Paralelo a isso começou a reunir o grupo
367 coordenador... Encomendou um diagnóstico... São cinco territórios de desenvolvimento que
368 são abordados pelo programa... Criou o Programa Novos Encontros... São cinco territórios de
369 desenvolvimento que é o Norte, Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri e Rio
370 Doce... Juntou essas ações que o Estado já tinha programado e já estava executando e
371 começou a acompanhar essas ações por meio do grupo coordenador e encomendou para João
372 Pinheiro um diagnóstico desses cinco territórios para aprofundar e para... Na verdade já
373 existem diversos diagnósticos, mas Fundação compilou esses diagnósticos e reviu alguns
374 temas importantes... E a gente começou a fazer o plano estadual de enfrentamento a pobreza no
375 campo. Esse plano foi mobilizado junto ao UEMG... A UEMG assumiu executar o plano, então,
376 fizemos diversas oficinas de novembro até aqui e... Para conceituação... O que é campo... O
377 que são os principais conceitos que estão sendo utilizados... Então, foi muito legal trabalho,
378 muito profundo, e agora o plano tá finalizado vai ser encaminhado para a Assembleia, já tem
379 uma minuta de lei para instituir a política para ser encaminhada para Assembléia, mas o corpo
380 completo do plano está aberto pra consulta pública, já tá aberto há 10 dias e fica aberta até dia
381 30, até sexta-feira da semana que vem. Eu tentei comunicar pelo Whatsapp, mas eu acho que
382 meu Whatsapp aqui é só dos membros governamentais do CEAS. Eu vou pedir... Eu vou
383 mandar um e-mail, também, para todo mundo com o link, mas é muito interessante eu acho
384 que tem muito a ver aqui com a política de Assistência Social. Na verdade, a SEDESE quer
385 estruturar mais ações para poder colocar nesse plano e a gente conseguiu já fazer algumas
386 ações intersetoriais por meio desse grupo, como o Programa Sementes Presentes que é entre
387 escolas e agricultura familiar principalmente para implantar de vez a aquisição de alimentos
388 com agricultura familiar, então, é um projeto muito ligado à inclusão social, então, tá
389 caminhando muito e eu acho que em breve a gente deve fazer um balanço aqui de novo no
390 CEAS e mostrar como é que tá acontecendo, mas por hora eu queria divulgar essa consulta
391 pública e pedir apoio de vocês porque eu acho que é fundamental se vocês entrarem lá e lerem
392 o documento vocês vão ter coisas para acrescentar, então arrumar um tempinho aí, o
393 documento é grande, graças a Deus, mas só que não é tão grande, não, dá para dar uma
394 olhada, né então eu vou encaminhar por e-mail para todo mundo, também, no máximo até
395 segunda-feira, mas vou tentar encaminhar hoje ainda, porque hoje que eu lembrei de falar
396 isso para vocês aqui, e aí eu acho que vocês têm muito a contribuir, e aí eu queria convidar, tá
397 bom? **CONSOLAÇÃO:** Só complementando, Leonardo, a Secretaria Executiva já encaminhou
398 a todos os conselheiros, tá? **VOZES AO FUNDO** Já, a consulta, a gente já fez divulgação assim
399 que ela chegou. Nós já repassamos a todos os conselheiros o e-mail. **SIMONE:** Eu vou pedir
400 aos conselheiros, até o dia 30, quem tiver a oportunidade, aí, os representantes aí dos usuários,

401 né... Os nossos conselheiros Quilombolas, os conselheiros, é... Que tem representação aqui
402 de entidades, cujo esse programa, ele atinge particularmente, né, atende particularmente,
403 também, a demanda, principalmente dos nossos usuários que não moram ou residem aí, né
404 em áreas rurais, então pedir pra... Quem sabe consegue ainda fazer uma discussão e trazer
405 contribuição para o plano de enfrentamento à pobreza. Os representantes dos nossos
406 trabalhadores que estão aqui acho que é importante, já que infelizmente a gente comeu mosca
407 nessa, poderíamos ter feito uma discussão e uma colaboração mais coletiva aqui do Conselho
408 Estadual, né. Muita coisa, infelizmente, às vezes coisas tão importantes, né, a gente deixa
409 passar, mas vamos ver se a gente consegue fazer um esforço aí de mandar as contribuições.
410 Conselheira Sandra. **SANDRA:** Bom dia, Sandra, SINTIBREF! Obrigada, Simone, pela
411 validação, eu quero fazer um comentário a respeito das medidas, né, dos parâmetros, que você
412 valida minha participação, mas foi uma oportunidade muito rica, também, para mim como
413 conselheira participar do grupo. Eu venho registrando os informes aqui, mas eu queria citar um
414 ponto de destaque que essa construção nesse coletivo que foi instalado lá na SEDESE com
415 participação de controle social, de quem executa, de trabalhadores, eu acho que oportunizou
416 a nós todos um crescimento muito grande. Eu até cheguei a começar escrever uma coisa que
417 é da ressignificação... Eu comecei escrever a ressignificação da medida socioeducativo em
418 meio aberto porque as discussões foram tão ricas... Tinha hora que ficava até muito calorosa
419 lá, o Dr. Márcio Rogério com a Saúde, a Simone mediava, e aí, tinha hora que a gente tinha
420 que ajudar aí nos conflitos e desafios que surgiam, mas foi uma oportunidade de lavar na sua
421 roupa, né... Com destaque na intersetorialidade, foi muito rico porque eu mesmo aponte, falei
422 assim: "Gente, a gente fala muito dos adolescentes... ressignificar a história de vida dele...
423 ressignificar o ato infracional.". Na verdade o que a gente, quando... Estava acontecendo lá que
424 a gente tava tendo uma oportunidade de ressignificar o nosso olhar técnico de todos que estão
425 envolvidos com a medida no sentido de qualificar, e realmente que ela tenha efetividade lá na
426 ponta, né? Então foi uma oportunidade quando a gente senta com Educação, com Cultura, com
427 Esporte, com... Assim, aquele grupo muito rico que estava lá e que a gente acha que com
428 certeza, a validação nessa oficina vai acontecer com muita tranquilidade. Eu escrevi uma
429 crônica, vou mandar para você depois... A ressignificação da medida socioeducativo, a
430 oportunidade que eu acho que a gente teve lá nesse grupo. E foi falado desse trabalho,
431 também, não por mim... No Fórum Nacional e no CONANDA na última plenária pela Miriam,
432 né, que é a representante agora do Conselho Estadual desse grupo, né teve um uniforme lá,
433 que vai começar a revisão... A avaliação do SINASE, e ela colocou de destaque das medidas
434 socioeducativas a experiência de Minas Gerais que já tá acontecendo... Aí me citou como
435 participante, aí eu aproveitei e falei, também, de toda essa riqueza que a gente estava
436 trabalhando aqui em Minas... Os estados ficam lá... Representantes do Brasil todo olhando pra
437 gente e depois ficam procurando saber, pra gente está passando experiência para eles... Então
438 assim é só... Essa validação que você fala Simone, é recíproca e a gente, com certeza, contribui
439 para que tenha qualidade lá na ponta, né. Só para registrar que essa experiência já tá, foi
440 levada para Brasília no Fórum Nacional, na plenária do CONANDA. Então, a coisa vai repercutir
441 nas boas ações, né, as experiências exitosas a gente tem que socializar, para não ficar só no
442 negativo que não tá acontecendo nada. Minas Gerais para além de tudo que tá acontecendo a
443 gente tá trabalhando e tá caminhando, no sentido de aprimorar a política, é isso. **SIMONE:**
444 Agradeço conselheira Sandra e é isso mesmo, né. Dr. Márcio Rogério, também, que é do
445 Ministério Público de Minas Gerais, ele está participando de GT Nacional do Conselho Nacional
446 de Justiça, e, também, o nosso, a nossa experiência, a nossa proposta... Já virou também uma
447 proposta nacional, então, é muito importante, né, como que reverbera a intervenção quando
448 ela é feita de forma séria, né? Mas, também, é muito importante a participação de vocês que
449 tem tanta experiência, né, acumulada há tanto tempo. Eu quero... O Léo, também, né, Léo?
450 **LEONARDO:** Eu me esqueci de falar, eu acho que é, também, importante eu dar o informe...

451 Nós participamos do Capacita Vigilância, né, os conselheiros... Então a gente tinha uma
452 quadrilha lá que chamava Quadrilha dos Conselheiros... GARGALHADAS AO FUNDO... Que
453 era (RISOS), que era a Rosa, Fabricai, eu, a Sandra, o Volney, o Hélder, mas o Hélder ficava
454 um pouco travestido de município, sabe? VOZ AO FUNDO Tinha hora que ele queria ser
455 conselheiro, tinha hora que ele queria ser município... Ele estava desviando, mas a gente não
456 deixou, ele teve que participar do nosso grupo. VOZ AO FUNDO. Esqueci-me de mais alguém?
457 Ah... A Silvana participou, também, e a Rose. Cadê a Rose? Não está aqui não, né? VOZ AO
458 FUNDO: E a Cris! **LEONARDO**: A Cris também. VOZES AO FUNDO. A Rosa é do Conselho,
459 mas a Rose, também, né? VOZ AO FUNDO: Aqui, ó! **LEONARDO**: O Jorge, também tava. A
460 Rose eu não estou vendo aqui não. VOZ AO FUNDO Enfim, mas foi ótimo. VOZ AO FUNDO:
461 Está de férias. **LEONARDO**: Está de férias, né? O curso foi muito bom, muito qualificado, a
462 gente gostou demais e assim a Sandra fez, a Sandra fez uma canção para apresentarmos na
463 plenária final nossa que tem que ser cantada aqui no CEAS. **SIMONE**: Ah, por favor, Sandra!
464 Canta aí pra nós, Sandra! **LEONARDO**: Essa Sandra é poeta demais, gente, ela faz crônica,
465 faz música, faz tudo. VOZ AO FUNDO: O que ela não faz? **SANDRA**: Tá aqui. **LEONARDO**:
466 Tá aí? Você gravou em algum estúdio? **SANDRA**: Tá aqui, no meu pendrive. **LEONARDO**: Em
467 algum estúdio? **SANDRA**: Não, a letra, a letra. Mas deixa-me acrescentar, também, isso que o
468 Rodrigo está falando, a gente pode colocar, antes de a gente almoçar, assim, foi um dos...
469 Assim, eu participei dos outros, gente, mas esse foi muito bacana, porque, nós fizemos
470 exercícios práticos ali na Afonso... Duas vezes na rua... E nós fomos conhecer ali, desce Bahia,
471 vira Tamoios e volta Afonso Pena... Como que a gente viu a diversidade, né, o que acontece
472 ali naquele território, naquele micro território ali daquelas ruas, a diferença da Afonso Pena de
473 um lado e do outro... Foi muito bacana escutar as pessoas e é um tema que eu gosto muito
474 que a gente chega lá na ponta, né? Com o usuário, com os comerciantes... Ali tem de tudo.
475 Tem o tráfico, tem camelô, tem a população de rua, tem os grandes empresários, tem o roubo
476 acontecendo ali naquela TIM, naquela CLARO, duas vezes ao dia, então acontece todas as
477 situações ali. Foi muito rico. E a gente tem a oportunidade no tema da vigilância, gente a gente
478 voltar... Quando a gente discute território... Diferenciar a demanda de necessidade aquilo foi
479 uma riqueza... E no território... Que a gente vai lá ao local, né... A quadrilha do Conselho ficou
480 com a região metropolitana, pra poder mapear todinha a região metropolitana. Foi muito legal.
481 E aí me deu essa inspiração de sair enquanto eles estavam lá buscando os dados no
482 computador que não é muito a minha praia eu falei: "Deixa eu cá fazer uma... uma coisa aqui
483 para a gente colocar uma alegria aqui nesse... uma motivação, uma alegria a mais aqui nesse
484 grupo.". Mas foi muito rico. A gente discute território aí faz a gente voltar lá na base, faz a gente
485 volta em quando que a gente, também, tá com esse desafio de ter afastado do trabalho das
486 comunidades, não só a política, as igrejas, tudo... Nós afastamos lá do território... De conhecer,
487 interagir, de realmente falar em participação séria, então, assim é um tema que eu identifico
488 demais e foi uma riqueza. Vou citar aqui, como exemplo, a experiência do CRAS de Baldim,
489 né, do pequeno porte que relatou uma experiência lá maravilhosa... Outro ponto, também...
490 Não, é porque a minha família toda é lá daquelas áreas, aí a gente conversou muito de como
491 as meninas saem e vai lá às bases com aquela toda dificuldade que eles encontram lá naquela
492 Regional, as minhas do CRAS, né, as técnicas do CRAS, da cidade de Baldim. Então eu ponho
493 esse destaque aqui de ver como que a Assistência Social e os CRAS... É fazer isso mesmo, a
494 gente tem que ir onde o povo está né... Que ele que vai dizer para a gente da necessidade e a
495 gente vai conseguir qualificar a ação da Assistência Social se a gente não esquecer disso. E
496 olhar preventivo, né, da vigilância para a gente poder atuar com mais qualidade. **LEONARDO**:
497 Se algum Conselheiro também já tiver participado no interior aí e quiser compartilhar rápido...
498 VOZ AO FUNDO Enquanto isso coloca lá a música. **SOYLA**: Soyla, CMAS de Paracatu, né?
499 Tá dando para ouvir gente? Então, estou aqui sorridente que só porque acabo de vir da 11ª
500 Conferência Municipal de Assistência Social de Paracatu e a gente reuniu no dia 21, gente,

501 cento e tantas pessoas e no segundo dia a gente reuniu quinhentas e tantas pessoas. E assim,
502 e a gente veio de 8 pré Conferência por segmento durante o curso Capacita SUAS... A gente
503 realizando o curso e indo fazer pré conferência dia e noite e a gente conseguir reunir, é...
504 Próximo... PARTE 2 **SOYLA:** (...) Porque foram esses públicos que a gente atendeu. A gente
505 fez pra Conferência e segurança alimentar zona rural, comunidades tradicionais, foi muito
506 bacana tudo gente! Então, assim eu to recebendo várias ligações de várias cidades de Minas
507 Gerais para a gente agora ir lá palestrar lá e orientar como que faz isso como que a gente ouve
508 a população de rua né. Então assim a gente tá muito animado eu tinha que compartilhar com
509 vocês, colegas. Obrigada. **APLAUSOS. LEONARDO:** E agora a música, Sandra e Cris vão
510 cantar. **SANDRA:** Gente, é o seguinte, é só a letra, mas é aquela... As águas vão rolar... Então
511 aqui, ó. Todo mundo tem que ajudar, gente. Então, aqui ó: "O SUAS quer falar. A vigilância ta
512 na hora de "bombar" é quantidade é qualidade pelo chão, e conhecer pra resolver deixa o SUAS
513 falar. O SUAS que falar, já ta na hora é de qualificar, necessidades e demandas vamos olhas,
514 pra não errar, sempre brilhas deixe o SUAS falar. O SUAS quer falar, má gestão sempre deve
515 aprimorar, participar e envolver o território e ampliar esse ofertório, deixe o SUAS falar!
516 **APLAUSOS. SIMONE:** Lacrou. **VOZES AO FUNDO.** Já está na Conferência. Ah, que bom.
517 Muito bom começar a nossa reunião do Conselho desse jeito né, e deixa o SUAS falar, né
518 gente? Muito bom, muito bom o relato... é muito importante né porque o Capacita SUAS nós
519 estamos fazendo eles com muito zelo, né, muito carinho e vocês estão acompanhando tudo e
520 é muito bom porque agosto agora começa o controle social, né, nós vamos fazer o seminário
521 pra disseminação e lançamento do caderno do controle social e também, lançamento das
522 Conferências regionais no dia 4 de agosto. Então, mal termina um e já começa outro então eu
523 tenho certeza também que vai ser muito bom e muito importante. Tem algum conselheiro que
524 queira fazer mais um informe. Por favor, conselheira. Ah, Sueli, parabéns lá pela Conferência
525 viu, muito obrigado pelo convite e eu só não fui porque não deu mesmo, viu. **ARLETE:** Então,
526 eu quero fazer 2... Arlete, Buritizeiro, Graal no Brasil. Eu quero fazer 2 informes aqui, de
527 justificativa. Nós tivemos em Buritizeiro a revitalização na renovação do Conselho Municipal de
528 Assistência Social e eu fui como representante do movimento social só que o prefeito vetou a
529 minha participação, né? A própria Secretaria de Políticas Sociais ou a própria casa dos
530 conselhos né que lá nós temos a central dos conselhos, mas aí depois eu soube que teve a
531 posse então eu perguntei ao coordenador do Conselho: Teve a posse e como é que fica? Eu
532 não seria uma conselheira? Ele só me disse assim: "Querida, quem tem a caneta é o prefeito".
533 Tudo bem. E mais... Buritizeiro, né, quem conhece o norte de Minas sabe que lá a região ainda
534 é bem de coronéis e enfim e também a justificativa com relação a não participação no Capacita
535 SUAS, né? Tava tudo organizado para que eu participasse e depois foi vetado pela secretária
536 de educação. Ela justificou que seriam muitos dias ausentes, enfim. Eu também acabei
537 perdendo as estribeiras como a gente fala por lá a gente acabou discutindo, mas enfim foi
538 lavando a roupa suja em casa. Mas aí como eu estou me aposentando agora no início de julho
539 eu vou ter maior autonomia para as participações pelo menos para sair. Ok, obrigada. **SIMONE:**
540 Não, conselheira Arlete, com relação à secretária de educação, se a senhora tivesse entrado
541 em contato com a gente com certeza nós iríamos fazer uma intervenção para que a senhora
542 pudesse como conselheira estadual participar do curso do Capacita SUAS lá. Agora, como
543 conselheira estadual, eu estou entendendo que isso aqui é uma denúncia, né? A senhora fez
544 uma denúncia pelo microfone e vou pedir então pra gente apurar a denúncia... Porque a gente
545 não pode, não pode permitir que essas coisas aconteçam. Se a senhora participou de um
546 processo eleitoral, se a senhora foi votada nesse processo eleitoral, cabe a nós, também, lutar
547 para que a senhora seja empossada como conselheira estadual. **ARLETE:** Eu vou solicitar na
548 Secretaria de Políticas Sociais o que tem de registro e encaminhamento porque aí na medida em que
549 eu tiver documentada... Porque eu nem estava quando eu fui informada que eu seria a pessoa,
550 porque eu não sabia o dia que estava fazendo essa escolha... Não foi divulgado. Então eu fui

551 informado por uma pessoa da secretaria e depois pelo próprio presidente da Casa dos
552 Conselhos. Então eu vou me informar, trazer isso documentado para ver quais serão as
553 próximas medidas. Obrigado! **SIMONE:** É isso mesmo que nós temos que fazer, viu?
554 Conselheira Cris. **CRISTIANE:** Bom dia! Cristiane, Instituto Missionário Sacramentinos. Bom
555 dia a todos! Uma questão só que eu até conversei ontem com a secretária executiva
556 Consolação é com relação à plenária, a próxima plenária do mês de Julho que a nossa está
557 agendada para o dia 20 e 21 de julho, e no dia 21 e 22 é a Conferência Municipal de BH e aí
558 eu acho assim, foi... Inclusive, né, a gente conversou isso ontem porque todos aqui estão tendo
559 Conferência e às vezes tiveram que deixar suas Conferências... Tiveram que deixar de vir para
560 ir à Conferência, mas assim. Belo Horizonte tem um número expressivo de representantes e
561 nós estamos num momento que eu acho que a gente não pode esvaziar a Conferência de Belo
562 Horizonte, nós estamos passando por uma reforma administrativa que já foi aprovada na
563 Câmara, né? Nós estamos passando por uma defesa de orçamento, uma briga que não é
564 simples. Nós, enquanto entidades, que nós temos aqui 4, né? 3 de BH, né? 3 de BH. Nós
565 estamos com uma dificuldade muito grande de mobilizar as entidades, inclusive, é uma questão
566 que o fórum de entidades tem percebido que é mobilizar as entidades para participar da
567 Conferência. Por causa da abertura das outras Conferências eu não estarei em Belo Horizonte
568 e eu não sei como que tá os demais conselheiros na pré Conferência, aliás... Na Conferência
569 regional, que seria da regional que eu atuo, então eu quero ver com os demais conselheiros se
570 seria possível nos revermos a data dessa plenária. Entendendo, também, que eu acho que a
571 plenária do CEAS... É extremamente importante que ela ocorra com a presença, com a nossa
572 presença né também por causa da Conferência estadual, também, que a gente tem que pensar
573 como uma questão. **SIMONE:** Bem, conselheira, como a nossa Conferência Regional começa
574 dia 7 de agosto, uma semana depois, então é bom... Nós vamos pegar sua, a sua indicação e
575 vamos analisar tá? Pode deixar que a gente vai levar isso em consideração. Claro, entendendo
576 que tem muitos conselheiros estaduais que são aqui do município, né? Pode deixar que a gente
577 vai olhar, mas nós, também, temos que lembrar que dia 7 de agosto começa a primeira
578 Conferência regional, tá? Conselheiro Rodrigo e depois conselheiro Isac. **RODRIGO:** Rodrigo,
579 ASSPROM, bom dia! Eu queria pedir ao presidente e demais conselheiros, é... A alteração na
580 pauta 16 e 30 da comissão de normas, se possível, a gente tratar normas no primeiro... Como
581 o primeiro assunto das comissões temáticas uma vez que a gente vai precisar aí dá...
582 Implementação aí das informações da conselheira Maria do Carmo, né? E ela tem um horário
583 de retorno para o município. Se é possível. **SIMONE:** Vamos terminas os informes primeiro pra
584 depois a gente entrar no ponto de pauta, pode ser? Conselheiro Isac, a informe.... **ISAC:** Bom
585 dia a todos, a todas! Primeiro, peço desculpas por chegar um pouco atrasado e eu quero fazer
586 um convite a todos os conselheiros, a participarem do 1º Fórum Estadual da Juventude
587 Quilombolas que vai ser realizado na Cidade Administrativa entre os dias 03 e 05 de agosto
588 e... Isso é uma construção da Federação Estadual de Comunidades Quilombolas em parceria
589 com o Governo Estadual e a gente agradece muito, também, o empenho do Governo Estadual
590 e, principalmente, das suas Secretarias, a SEDA, a SEDPAC e a SEPLAG e outros envolvidos
591 que ajudaram nos grupos de trabalho. Espero que possam participar lá e somar com a gente
592 nesses dias, obrigado! **SIMONE:** Obrigado, conselheiro Isac. Eu quero passar para o Léo, por
593 favor. **VOZES AO FUNDO. LEONARDO:** É verdade, eu não sou mais do CEAS, né? Pessoal,
594 na verdade, é um convite, né, assim... O primeiro informe que eu tenho é que eu gosto de todo
595 mundo aqui, né. Eu vou sentir muita saudade das planárias, né... Justificando, eu pedi
596 exoneração do Estado uma vez né que eu volto para Ribeirão das Neves, a cidade que escolhi
597 para trabalhar e para contribuir com assistência social, mas mais do que isso né, agora em
598 especial, na condição de Conselho Regional de Serviço Social seria antiético né, da minha
599 parte também tá como o gestor né uma vez que a luta é agora fortalecer a categoria dos
600 trabalhadores e assistentes sociais pelo Estado de Minas Gerais. Mas aproveitando o momento

601 de informes, nós estamos reunidos agora, aqui no SINDIBEL, no comando geral da greve para
602 o dia 30 e convidar todo mundo né que pro próximo né dia 30 próxima sexta-feira né os
603 trabalhadores e trabalhadoras né, que todos nós aqui somos, né, classe trabalhadora...
604 Estejamos presentes né, na praça da estação a partir de 09h para que a gente possa fortalecer
605 nesses últimos... Nas últimas semanas a gente viu que essa pressão popular fez com que a
606 Câmara e o Senado revissem várias posições, né? A mídia, também, revendo algumas
607 questões né sim, mas ao mesmo tempo a gente vê uma onda conservadora cada vez mais
608 tomando conta do Judiciário, né? Defesas né a favor do ex-governador, defesas a favor do
609 presidente da república para que continuasse esse processo de desmonte dos direitos sociais
610 do golpe, né? Então, que a gente possa contribuir com as outras categorias com os outros
611 espaços porque a PEC 55 mais aliada à reforma do trabalho, mais, né, a reforma da
612 aposentadoria vai ser muito prejudicial em especial para os usuários da assistência social que
613 tanto dependem dessas políticas públicas para a garantia da sua cidadania, assim como todos
614 nós, né? Então, fica aqui o convite para todos e dizer que eu gosto de todo mundo aqui viu.
615 **APLAUSOS. SIMONE:** Obrigado, Léo. Nós vamos sentir muito a sua falta. Eu quero agradecer
616 muito seu compromisso né a sua disposição para chamar o nosso Conselho sempre para
617 esquerda, pra não esquecer o nosso rumo, nosso caminho. Seja sempre muito bem-vindo a
618 esse Conselho. Nós também estamos aqui à disposição de você viu. Muito obrigado de
619 verdade. Conselheira... Vou pedir aos conselheiros para que quando se inscreverem, por favor,
620 façam todos os informes de uma vez só. Conselheira Cristiane. **CRISTIANE:** Tá! Desculpa
621 conselheira presidente. Então, é porque eu não sabia que eu já podia falar sobre o Capacita
622 SUAS agora como informe. Na participação do Capacita SUAS né que estive em Belo
623 Horizonte, eu participei, inclusive, eu disse que faria a justificativa até em um microfone da
624 minha falta na terça-feira que foi no dia por causa do encontro nacional do terceiro setor que
625 nós nos reunimos aqui no Cine Brasil, né. E tivemos 500 pessoas reunidas discutindo a questão
626 do terceiro setor e lá a gente discutiu o CEBAS, né... O fim do CEBAS no dia 07 de Maio que
627 está julgado pelo Superior Tribunal Federal que... É, o fim do CEBAS, pois é... Já está julgado
628 né pelo Superior Tribunal Federal e os trâmites agora de como que serão dados os processos
629 mesmo de inserção das entidades, eles serão informados. Entendo, eu, no meu ponto de vista,
630 que os Conselhos Municipais de Assistência Social eles agora vão ter um trabalho bem mais
631 intenso, vai ter que ser um trabalho muito mais organizado... A de vir que toda documentação
632 agora que uma entidade vai ter vai ser do Conselho Municipal. Essa é uma questão. A outra
633 questão é que eu queria muito consultar aos conselheiros, né, e a este Conselho com relação
634 uma dúvida que me veio com relação ao espaço de realização de Conferências municipais. Eu
635 quero ver com este Conselho se existe alguma questão com relação à realização de
636 Conferências dentro de espaços religiosos. Isso é uma questão assim que né que eu conversei
637 com alguns conselheiros, alguns fizeram apontamento de que acontece isso algumas, mas eu
638 entendo que uma cidade do tamanho, por exemplo, de Ribeirão das Neves a Conferência ser
639 convocada no espaço religioso do gestor me incomoda muito, assim. E eu quero muito fazer
640 essa consulta aos conselheiros, ver qual que é a opinião, o que se pensa com relação a isso e
641 qual que é o impacto disso, né? Eu Até conversei mesmo com... Foi com você que eu perguntei
642 né? Qual que é o impacto disso? Eu acho, nesse momento, assim, para a política se é isso
643 mesmo, se existe alguma orientação do CEAS com relação a isso, né? Se for um espaço, eu
644 acho que neutro, eu entendo assim, né? E se é isso mesmo, eu quero ouvir porque eu estou
645 chegando agora no momento Conferência e eu quero compreender como que funciona isso.
646 **SIMONE:** Tem mais alguém? Com essa sua dúvida, é, eu vou pedir a você, também, que você
647 faça por escrito pra nós apesar de você ter falado aqui... Que a gente vai discutir uma orientação
648 na comissão organizadora da nossa Conferência, ta bom? Mais alguma questão? Podemos
649 partir para a pauta então? Tem uma solicitação do conselheiro Rodrigo de que a comissão de
650 normas ela seja primeira, é isso, Rodrigo? Tem algum problema? Pode ser? Então tá, a

651 comissão de normas ela passa a ser, então, o seu relato para o seu primeiro relato das
652 comissões. Agora eu vou colocar em apreciação as atas das reuniões 221^a e 222^a. Tem algum
653 conselheiro que quer fazer alguma observação nas atas dessa reunião? Não havendo, por
654 favor, conselheiros coloquem os crachás para votação. Aqueles que aprovam as atas da 221^a
655 e 222^a, por favor, levantem os crachás. Podem abaixar. Contrários, abstenções... Então tá
656 aprovados as duas atas. Nós agora também vamos proferir a posse dos conselheiros...
657 Representante do governamental... Só para que os conselheiros saibam, houve uma
658 orientação da nossa advocacia geral de Estado para que nós, conselheiros representantes
659 governamentais também pudéssemos ser indicados novamente e tomar posse novamente, né,
660 tendo em vista que cumpriu os dois anos de mandato, nosso, né? Então nós estamos...
661 Tivemos indicação dos representantes governamentais e vamos tomar posse. Representando
662 a SEDESE, eu como titular né Simone Aparecida Albuquerque, Isabela Vasconcelos Teixeira
663 primeira suplente, Marta Castro Vieira da Silva segunda suplente. Representando a Educação,
664 a Silvana Célia de Campos como titular, o Rafael de Souza Matias Macedo como suplente e,
665 representando o COGEMAS, o Gilberto Donizete Ribeiro como titular. Então todos vão assinar
666 né o termo de posse, por favor, primeira conselheira Marta, pode assinar. Uma salva de palmas,
667 por favor. APLAUSOS. Depois sou eu que vou assinar. Pode me dar uma salva de palmas para
668 mim. APLAUSOS. Eu vou passar também para Isabela para que ela possa assinar seu termo
669 de Posse. Por favor, Isabela. Pode bater palmas para Isabela. APLAUSOS. Representado da
670 Educação vou passar pra titular Silvana. Palmas para Silvana. APLAUSOS. Muito obrigado.
671 Também, vamos passar para o Rafael de Souza Matias Macedo. Vamos aplaudir o Rafael.
672 APLAUSOS. E agora por último o Gilberto Donizete Ribeiro que representa que o Colegiado
673 de Gestores Municipais. Palmas. APLAUSOS. Vou perguntar para os conselheiros
674 empossados se eles querem fazer os do microfone. Talvez você Rafael para se apresentar e,
675 também, o conselheiro Gilberto que são novos. **RAFAEL:** Bom dia a todos! Sou o Rafael,
676 Secretaria de Educação, trabalho na secretaria de ensino fundamental. Eu queria agradecer a
677 oportunidade de estar fazendo parte do Conselho, aqui. **SIMONE:** Obrigado viu Rafael, seja
678 muito bem-vindo! Gilberto. **GILBERTO:** Sou Gilberto, sou assistente social e estou o gestor do
679 município de Passos. Estou como membro da diretoria na tesouraria do COGEMAS. Dizer que
680 é uma satisfação muito grande está aqui no meio de vocês dado que esse espaço aqui é um
681 espaço também de construção e de disputa de uma política muito importante que é a política
682 de Assistência Social. E o nosso Estado tem de cumprir uma tarefa dado que a nossa vocação
683 é uma vocação também, libertária, né? O estado onde nasceu muitos sonhos de liberdade e
684 eu acho que nós temos de cumprir esse sonho que foi posto na vocação do nosso Estado
685 nesse momento de violação de direitos, de construção de política pública que o nosso país está
686 vivendo. Então agradeço, quero aprender muito com cada um e cada uma de vocês. Estamos
687 aqui a disposição para construir uma política rigorosa. Passos. **SIMONE:** Obrigado, Gilberto.
688 APLAUSOS. Obrigado Rafael. Agora eu vou passar para o nosso primeiro ponto de pauta. Vou
689 passar para a conselheira Isabela que vai apresentar para esse Conselho Estadual a emenda
690 parlamentar Federal que veio para o fundo estadual de Assistência Social. Então, por favor,
691 Isabela. **ISABELA:** Bom dia pessoal! A gente trouxe né então, como a Simone falou a
692 apresentação da emenda parlamentar federal... Eu vou fazer aqui um resgate da nova
693 regulamentação que a gente tem que tá dispondo sobre as emendas parlamentares federais
694 para o exercício de 2017. Houve uma mudança nas orientações do Governo Federal para as
695 emendas no campo da Assistência Social e depois eu vou apresentar aqui como que a emenda
696 tá, tá vindo né para deliberação aqui pelo conselho. Então, pode passar, por favor. Então a
697 gente tem essa nova regulamentação, né que é a portaria do MDS nº 130, que tá
698 regulamentando o repasse fundo a fundo das transferências voluntárias oriundas de emendas
699 parlamentares individuais e coletivas. E aí, então, a partir desse ano as emendas parlamentares
700 que envolvam despesas de custeio ou investimento elas tão passando por um procedimento

701 novo, né? Antes as emendas elas eram feitas por meio de convênio celebrado entre o Ministério
702 de Desenvolvimento Social e as prefeituras ou os Governos de Estado, né, e a partir dessa
703 portaria 130 elas passam a ser feitas na modalidade fundo a fundo, então o repasse do recurso,
704 é, vinculado a emenda, né, ele é feito do fundo nacional para os fundos estaduais e municipais
705 de Assistência Social, mas ainda seguindo aquele mesmo rito que a gente já conhece, né, que
706 é o parlamentares, que definem quais fundos serão beneficiados e para que finalidade, né? Então
707 a diferença aqui é que a gente tem maior agilidade na transferência né e maior flexibilidade no
708 sentido de que não preciso utilizar mais o instrumento de convênio, né? E aí, essa modalidade
709 nova, né... Ela está sendo feita para emendas que contemplem o custeio e o investimento, mas
710 não para emenda que contemplem obras, né... Se for ampliação, construção ainda é por meio
711 de convênios né. E aí o MDS também já tinha encaminhado anteriormente as orientações para
712 cada um dos municípios que poderiam receber esses recursos. Pode passar, por favor. Aí
713 então foi criado um sistema novo que é o SIGTV, que é o Sistema de gestão de transferências
714 voluntárias, que muitos de vocês devem ter tido oportunidade de conhecer e aí é por meio
715 desse sistema que tá sendo feito o que eles estão chamando de programação né que é o
716 cadastramento das emendas parlamentares substituindo aí o instrumento do convênio, né, tudo
717 então tá por meio digital. Aí então as emendas elas são cadastradas e programadas, como eu
718 falei, aí a portaria ela traz os conceitos... O que é a programação, o que é recadastramentos,
719 os campos obrigatórios, né... O que tem que... Os documentos obrigatórios que precisam ser
720 inseridos no sistema, né? No caso das emendas de investimento, né, compõem como
721 documentos obrigatórios a identificação das unidades governamentais ou não governamentais
722 que podem ser contempladas por meio das emendas no... É, uma lista que é uma planilha de
723 itens que é onde em quais itens de despesa que a entidade ou a unidade governamental
724 querem aplicar os recursos e também a ata que demonstra a aprovação do Conselho, né,
725 então, tanto no nível estadual quanto nos níveis municipais as emendas têm que passar por
726 deliberação o que é óbvio, né, já que tá sendo alocado no fundo de Assistência Social. No caso
727 nosso para esse exercício de 2017 a gente foi contemplado com uma emenda parlamentar
728 individual, né, o parlamentar destinou o valor de R\$ 390 mil para o fundo estadual de
729 Assistência Social para despesas de investimento voltadas ali para 4 unidades, e aí a portaria
730 130 ela define que, no caso de estados só podem, né... Fundos estaduais só podem ser
731 contemplados com recursos para a proteção social especial. Somente fundos municipais
732 podem receber recursos tanto para proteção básica quanto para proteção especial, entendendo
733 que o Estado não tem a execução direta mais na proteção básica, né, e então dessa forma ele
734 não faz jus a recursos da proteção social básica... Apenas a recursos de proteção social
735 especial, então o parlamentar destinou isso para gente. Pode passar, por favor. E aí, quais
736 foram as entidades indicadas... É o Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus, que é de...
737 Presta serviço de acolhimento institucional, inclusive, faz parte da nossa rede aqui do Estado,
738 também, né, está sediado no município de Belo Horizonte com público de jovens e adulto com
739 deficiência no valor de R\$ 100 mil. O Lar São Vicente de Paulo de São Gonçalo do Sapucaí,
740 né, então, nesse município mesmo, também, o acolhimento institucional, nesse caso para
741 idosos no valor de R\$ 100 mil. O Núcleo Assistencial Eclético Maria da Cruz que é, também,
742 acolhimento institucional só que para jovens e adultos com deficiência que está localizado no
743 município de Ipatinga com valor de R\$ 110 mil, e Centro Assistencial Paulo de Tarso, é... Que
744 tá localizado no município de Paraopeba com serviço de proteção social especial de média
745 complexidade para pessoa idosa e com deficiência. O público deles prioritário lá são crianças
746 e adolescentes com deficiência, no valor de, também, de R\$ 90 mil. Os valores ali, gente, eles
747 seguem também limitações que são definidas pela própria portaria 130. No caso de municípios
748 de médio, grande porte e metrópole, o valor mínimo é de R\$ 100 mil e no caso de município de
749 pequeno porte 1 e 2 o valor mínimo de R\$ 50mil, por isso também deu essa diferença ali na
750 distribuição dos recursos. Aí né, só falando alguns pontos, né, a gente tá na etapa de

751 cadastramento. O processo foi meio conturbado, não sei se no município... As entidades aqui
752 que tiveram a oportunidade de participar, né, porque o MDS ficou de divulgar uma portaria
753 esclarecendo os prazos, mas essa portaria não saiu. Então, a gente fica correndo atrás das
754 informações ligando... Tem semana que eu ligo lá todos os dias umas 10 vezes por dia para
755 conseguir, né, ter uma informação, mas, por enquanto, a gente teve uma fase inicial de cadastro
756 das emendas e aí a gente tá esperando a liberação de um novo... De um segundo módulo
757 dentro do sistema para fazer a complementação das documentações, mas o que a gente pode
758 já tomar de providência a gente já tomou, que é conversar com as entidades... A gente já tem
759 o item com a planilha, então... As entidades que indicaram os itens que elas consideram que é
760 importante de gastar, o MDS definir uma lista, né, e aí a partir dessa lista elas escolheram,
761 apontaram os itens que elas precisam, mas todas as entidades precisam estar cadastradas no
762 CNEAS, né? Então, essas 4 estão, então, né, o que demonstra eles são entidades de
763 Assistência Social que prestam ofertas tipificadas e tudo mais e aí a gente tá agora aguardando
764 então o próximo módulo que é pra gente complementar as informações dentro do sistema,
765 depois que a gente complementar o MDS vai fazer uma análise, né, no caso Fundo Nacional
766 que vai a verificar a coerência com a política de assistência, a consonância com o plano de
767 Assistência Social e a adequação dos equipamentos e materiais permanentes quantitativos
768 solicitados com a natureza da oferta, né? Eu estou esclarecendo isso aqui só porque a gente
769 ainda vai passar por essa etapa de análise, né, mas para a gente tá lá a gente ainda tem que
770 conseguir incluir as documentações e a aprovação aqui no Conselho é uma delas. E aí, a partir
771 do próprio sistema né que depois vai ser gerado o demonstrativo para prestação de contas, aí,
772 pode passar, por favor. A prestação de contas ela vai ser então também pelo demonstrativo
773 sintético que a gente já tem né? Mas estou entendendo ali que vai ter um campo específico
774 dentro do demonstrativo em que os fundos tanto estaduais quanto os municipais vão
775 demonstrar todos os itens... Comprovar, né... Todos os itens que foram adquiridos né, e aí a
776 Resolução 30 coloca que são os próprios Governos que têm que fazer aquisição e depois
777 repassar para as entidades por meio de termo de cessão com duração de 5 anos e fazer o
778 acompanhamento, então, isso tudo... A gente vai tomar as providências sempre trazendo aqui
779 para acompanhamento do Conselho porque, inclusive, a prestação de contas, né, vai ser
780 aprovada aqui pelo Conselho, também. Nesse ponto, também, é interessante, né porque antes,
781 no formato de convênio a prestação de contas ela era feita direto com... Só entre os entes, né,
782 governamentais... E aqui o Conselho vai ter a oportunidade de acompanhar os itens que foram
783 adquiridos, a destinação foi feita mesma para as entidades... Mesmo para as entidades e tudo
784 mais. Pode passar? Acho que acabou. É isso. Aí eu coloco à disposição aqui para qualquer
785 esclarecimento, né, que seja necessário. **SIMONE:** Em discussão... **SANDRA:** Sandra,
786 SINTIBREF. Não, é só... A gente vê que a questão da emenda parlamentar, ao longo dos anos
787 a gente vem qualificando, né, a destinação dos recursos, mas eu fico, assim, com uma dúvida,
788 é. As entidades que vão ser beneficiadas, elas são escolhidas pelo parlamentar, pelo que gerou
789 a emenda ou nessa resolução? Porque eu não conheço... Estou falando aqui porque a gente
790 teve uma discussão em Belo Horizonte... Porque na verdade, gente... O que a gente quer
791 evitar? Clientelismo, fisiologismo, tudo aí que está na essência da emenda parlamentar, né?
792 Mas se a gente ainda não pode dar conta... De não existir mais esse recurso via emenda, a
793 gente tem que dar um trato nela e que aí eu vejo a questão dos municípios, o valor, né? Tá
794 dando certa equidade, uma justiça social aí no sentido da destinação dos recursos. Mas aí a
795 pergunta que não quer calar é a seguinte: o parlamentar, ele escolhe a entidade naquilo que a
796 gente falava a verba carimbada? Ainda continua assim? A minha pergunta. **SIMONE:** Mais
797 alguém? Bem, só explicando pra Sandra. Não só continuou como agora tem legalidade, né?
798 Inclusive, as emendas parlamentares, hoje, tão... São consideradas orçamento... Como é que
799 é? Impositivo. É considerado o orçamento impositivo. Significa o quê? Se tiver a destinação da
800 emenda, ela tem que ser cumprida. Então, além disso, além da verba impositiva, também, ela...

801 As emendas parlamentares foram... Foram regulamentadas no marco regulatório, também,
802 tanto que foi reconhecido o caráter impositivo dela no próprio marco quando... Quando for
803 emenda não precisa fazer chamamento público, então é direcionada, sim... O deputado ele
804 indica as entidades dele e o que a gente vem tentando fazer, inclusive, seguindo a orientação
805 do Conselho Estadual é colocando dentro das normativas a gente de jeito nenhum se não tiver
806 inscrição no Conselho Municipal, não aceitamos se não tiver no Cadastro Nacional de
807 Entidades de Assistência Social e não aceitamos nenhum item que não seja item de entidade
808 de Assistência Social, né, Sandra? Porque antes era uma bandalheira, né? Antes ia... Você
809 lembra muito bem a discussão. Hoje, a diferença é essa que a Isabela colocou, hoje tem muito
810 mais... Está muito mais transparente né? Mudou o regramento? Mudou o regramento, mas
811 continua sendo impositivo... Quer dizer... Agora ganhou mais ainda o caráter impositivo do
812 deputado. Mais alguém? Soyla? **SOYLA:** Soyla, CMAS de Paracatu. Eu vejo sim como,
813 representante do Conselho Municipal de Assistência, é uma pressão tão violenta que a gente
814 sofre no município, gente. Passaram duas emendas por nós lá em Paracatu, esse ano, e a
815 gente disse não, porque eram um, duas, entidades sem inscrição. A gente não vai passar pelo
816 Conselho de Assistência, entidade de saúde... Eu não vou passar Associação de Câncer
817 Municipal, entendeu? A gente não vai passar... Só que assim... O complicado é que a maioria
818 que tem orientação técnica dentro de um Conselho são os assistentes sociais, né, e os
819 psicólogos, trabalhadores, e a gente se vê na responsabilidade de dar orientação técnica dentro
820 dos Conselhos e quando a gente fala é um peso muito grande, sabe, e daí você vira o
821 perseguido da história, então, foram duas entidades, duas emendas, e as duas emendas
822 negadas em Paracatu, e a gente comprou a briga, sabe? Mas eu sei que até o final do ano vão
823 ser muitas porque esse ano é o ano da emenda parlamentar, né? E felizmente ou infelizmente...
824 E assim, eu vejo com muita preocupação, mas eu vejo com muita esperança também as
825 amarrações jurídicas que estão sendo feitas nesse sentido de respaldar a gente, também,
826 porque é uma forma de dar força, também, para os Conselhos e dizer que é responsabilidade
827 deles, mas, também, eles têm o direito de dizer "não", né? Então, tá. **SIMONE:** Cris...
828 **CRISTIANE:** A minha dúvida, Simone é com relação às entidades. Elas, elas são escolhidas,
829 né? Pelos parlamentares... É claro que elas têm ciência porque de alguma forma deve ter
830 alguma relação com esse parlamentar por tá dentro de uma área de interesse político, né,
831 eleitoral desse parlamentar, mas uma questão que eu, que eu... Que eu trago assim que
832 talvez... Talvez, não, é na linha de pensar mesmo uma qualificação da política de Assistência
833 Social a partir de sua gestão é se não... Se essas entidades que recebem a emenda
834 parlamentar elas poderiam entrar na qualificação da Rede Cuidar para receber esse recurso.
835 Porque às vezes... Aí eu falo... Gente, de dentro de uma entidade, né, porque é a percepção...
836 A percepção às vezes que a gente... Que nós temos é que o único problema da entidade é
837 dinheiro e às vezes o dinheiro chega e ele se torna o problema, sabe? Então assim, eu acho
838 que, talvez, se nós conseguimos aproveitar a qualificação que já... Que vai ser feita na Rede
839 Cuidar e colocar, também, todas as entidades que receber emenda parlamentar nesse quadro
840 para trabalhar a questão dos indicadores, eu acho que nós vamos ter uma política e um recurso
841 destinado melhor qualificado. Então, eu... Eu trago este questionamento, também, como uma
842 proposta. **SIMONE:** Conselheiro William. **WILLIAM:** Bom dia, gente! William, BH! Gente, é uma
843 faca de dois gumes, né, porque quando a gente fala assim "olha nós temos que ter emenda
844 para...", não, o parlamentar fala "tem que ter emenda parlamentar". Aí quando a gente vai e vê
845 cada emenda que é proposta lá a gente fica assim, de queixo aberto, né, cai de costas. E aí,
846 também, a gente vê que elas, também, fazem parte da participação popular, né? Principalmente
847 aquelas emendas que têm uma solicitação de um cidadão, né? Muitas vezes ela é ratificada
848 em uma... Na Comissão, né, do orçamento, ou um próprio vereador assume, também, esse
849 compromisso com esse grupo que solicita né, uma emenda parlamentar popular. Aí eu gostaria
850 de, de lembrar assim... Eu acho que importante sempre lembrar isso, né, que o nosso voto ele

851 é muito importante e a gente que tá na ponta precisa muito de educar, né, no sentido bem
852 Paulo Freire, né, os nossos usuários para votar de forma correta nos nossos representantes.
853 Eu acho que sempre tem que lembrar disso, né? E aí, eu gostaria de uma experiência que a
854 gente passou o ano passado, aqui no Conselho de Belo Horizonte que o orçamento do
855 município para Assistência teve uma queda enorme, né, na apresentação da proposta
856 orçamentária deste ano... No caso o final do ano passado da LOA, né? E a gente, enquanto
857 conselheiros, da sociedade civil, a gente foi lá, né, e solicitou algumas emendas parlamentares.
858 E elas passaram né? E outras que não conseguiu passar por questões de normas, né, por
859 inviabilidade técnica e tal a gente conseguiu articular com os próprios vereadores né, pra que
860 regula... Escrevesse o texto de forma regular para conseguir passar e muitas delas a gente
861 conseguiu. E a luta, agora, é que elas sejam implementadas, que foram emendas para a
862 Assistência Social de uma forma geral, não foi aquela emenda que é... Pulverizou numa coisa
863 de forma corporativista. E isso a gente precisa levar muito em consideração, né? O que a gente
864 faz? Qual é o meio termo? Né, essa pressão dos parlamentares ela, ela é muito forte e os
865 parlamentares têm muito poder. Quando você fala de mim dos parlamentares eu acho que são
866 ela, dentre outras coisas, é as que mais dá poder pros parlamentares. É só um desabafo
867 mesmo porque isso é uma coisa que é recorrente todo ano. **SIMONE:** Acho que é mais que um
868 desabafo, né, William? É um posicionamento político, né, é muito importante... Conselheiro...
869 Tenho muito orgulho do Conselho Estadual, né? Eu acho que é um pouco por aí mesmo.
870 Primeiro, Soyla, dizer o seguinte, hoje nós já temos muito claro o que é uma entidade de
871 Assistência Social, isso não tem nem discussão porque nós temos a lei orgânica da Assistência
872 Social que regulamentou o Artigo 3º da LOAS, está regulamentado artigo 3º em decreto... O
873 que são entidades de Assistência Social... E como é que você demonstra uma entidade?
874 Inscrição no Conselho e cadastro no CNEAS. Isso aí tem muito claro, inclusive no nosso projeto
875 de lei de parceria do Estado a gente tá deixando claro que a entidade tem... Considera-se
876 entidade de Assistência Social aquela inscrita no Conselho e cadastrada no CNEAS. E está na
877 resolução 14 de 2016 do Conselho Nacional de Assistência Social, né? Então, a primeira coisa
878 que a gente faz, inclusive, o deputado pode indicar o que for. A gente nem nós cadastramos...
879 No cadastro... Como é que chama? O SIGTV... No SIGTV. Essa é a primeira questão. Agora,
880 eu acho que a gente podia pegar Consolação, a nossa orientação... Porque nós temos... Não
881 sei se os conselheiros sabem, mas nós temos um manual de emendas parlamentares, a gente
882 precisa atualizar ele. O Conselho tem... Nós temos, temos! Que orienta a SEDESE como que
883 ela deve proceder... Então, fazer isso no município, também, é muito importante viu gente! Os
884 municípios não normatizam, o problema é esse, não faz lei, não faz resolução, não faz
885 orientação e fica muito exposto às pressões. A outra questão, Cris, essa sua ideia é
886 sensacional. A gente tava pensando um pouco nisso porque a gente já tá discutindo os critérios
887 para o Programa. A gente já tinha pensado que o Programa pode dar uma direcionada para as
888 emendas. Claro que a gente não vai poder escrever dessa forma lá, né? Mas nós estamos
889 pensando numa forma de... Uma coisa é escrever no Programa, outra coisa é o Conselho
890 recomendar. Aqui, agora, para essa entidade que eu acho sensacional... Que a SEDESE...
891 Recomendar para a SEDESE que as entidades que receberam emendas parlamentares, elas
892 entrem no Programa, né, no apoio técnico e no monitoramento do seu indicador, que é
893 sensacional, porque a gente, também, já pode direcionar para entidade o gasto dela, né? Igual
894 a gente vai fazer com todas. Então, eu acho a ideia sensacional e fique tranquila porque a gente
895 já tava pensando em fazer isso nos critérios e já vi que é de fato uma, uma sugestão que a
896 gente deve colocar e acatar. E com relação à questão que o William, né... Conselho de Belo
897 Horizonte... eu fui presidente lá, né, no auge da... No auge da confusão das emendas, e eu fui
898 responsável... Por ter uma resolução lá no Conselho Municipal de Belo Horizonte que já deu
899 muita confusão para o Conselho e para mim, particularmente, né, porque nós aprovamos uma
900 resolução dizendo que o Conselho não aprovaria a emenda, né, que não fosse para a política,

901 então, né, Sandra, na nossa época lá... Mas as coisas mudaram bastante, naquela época não
902 tinha legislação, não tinha regramento, né? A gente, a gente... Nossa Senhora! A gente tinha
903 quer provar cada coisa que Deus me livre. Mas, acho que hoje é diferente, e hoje o que o
904 Conselho tem que fazer é achar o caminho da política mesmo. Quer dinheiro? Quer. Tá dentro
905 da legalidade? Tá. Mas tem que ser dessa forma, né? Então, vamos aprimorar, sim, as
906 sugestões são todas muito bem, muito bem vindas. Mais alguém? Isabela como que vai ser?
907 Vai ter uma resolução? VOZ AO FUNDO. Não? Tá certo. Então, gente, nós vamos fazer a
908 discussão de manhã e apresentar a proposta da resolução à tarde. Pode ser assim, gente?
909 Mesmo porque a gente não preparou a resolução, né, infelizmente. Qual que é o outro ponto
910 de pauta? VOZ AO FUNDO: Podia ter deixado pra tarde... Isso aqui, também, não vem, né?
911 Isso aqui, também, não vem. **SIMONE:** Eu vou passar para o conselheiro Rodrigo para que ele
912 nos apresente o debate e a resolução do processo eleitoral do Conselho Estadual de
913 Assistência Social. Rodrigo, como tem conselheiros novos, por favor, retome o tema.
914 **RODRIGO:** Rodrigo, ASSPROM. Eu queria trazer a informação que este Conselho aqui ele
915 instituiu, né, um processo eleitoral com representantes da sociedade civil, né, então esses
916 representantes são trabalhadores, entidades, né, representantes de conselhos, né? Então,
917 esse processo ele, para ser legitimada a eleição e composição dos conselheiros da sociedade
918 civil, foi criado um grupo de conselheiros da sociedade civil que discutiram uma proposta de
919 minuta... Uma minuta para apreciação dos conselheiros aqui, que a gente está trazendo para
920 a apreciação desse pleno, né? Então, essa proposta nossa é uma proposta de análise, agora,
921 neste momento, né? À medida que eu for fazendo a leitura aqui o conselheiro em Presidente
922 que se sentir aí numa necessidade de fazer algum adendo, alguma alteração na minuta, peça
923 destaque que a gente volta lá no final da leitura da minuta, né? Então eu queria já iniciar a
924 minuta, é possível Presidente? É minuta de resolução, né? Número... Vai ser dada, então, com
925 o dia de hoje, né? Dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil e dos
926 Conselhos Municipais de Assistência Social para compor o Conselho Estadual de Assistência
927 Social, o CEAS, gestão 2017-2019. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas
928 Gerais, CEAS, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 13 da Lei Estadual nº 12.262
929 de 23 de Julho de 96 pela resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS nº33
930 de 12 dezembro de 2012, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
931 e pelos artigos 2 e 42 do regimento interno do Conselho, aprovado pela Resolução do CEAS
932 nº358 de 10 de Maio de 2011, considerando a deliberação da sua, Plenária de hoje, né, se for
933 aprovada, né? Plenária Ordinária ocorrida resolve. Artigo 1º aprovar o presente regulamento
934 do processo eleitoral para representação da sociedade civil e dos Conselhos Municipais de
935 Assistência Social para composição do Conselho Estadual de Assistência Social. Parágrafo
936 único, o processo eleitoral referido no caput deste artigo ocorrerá na 12ª Conferência Estadual
937 de Assistência Social de Minas Gerais. Capítulo I, A IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
938 E DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Artigo 2º a sociedade civil e
939 os Conselhos Municipais de Assistência Social, CMAS, integram o Conselho Estadual de
940 Assistência Social, o CEAS, com 12 membros e seus respectivos suplentes distribuídos nas
941 seguintes categorias que correspondem as vagas para o referido processo eleitoral. I (primeiro),
942 dois representantes de usuários ou de organizações ou entidades de usuários de assistência
943 social no âmbito estadual. II (segundo), quatro representantes de entidades e organizações de
944 assistência social no âmbito estadual. III (terceiro), dois representantes de entidades e
945 organização representativa de trabalhadores da área de Assistência Social de âmbito estadual.
946 IV (quarto), dois representantes governamentais dos Conselhos Municipais de Assistência
947 Social, o CMAS. V (quinto), dois representantes não governamentais dos Conselhos Municipais
948 de Assistência Social, CNAS. §1, o assento no CEAS é da entidade ou órgão eleito no processo
949 eleitoral cujo mandato é de 2 anos. §2, a indicação do representante da entidade ou do órgão
950 é de sua livre escolha, desde que seja comprovado vínculo com estes. Não podendo ter sido

951 conselheiro do CEAS nos últimos dois mandatos consecutivos como titular ou suplente. §3, a
952 indicação do representante do Conselho Municipal é de livre deliberação do Colegiado, não
953 podendo ter tido sido conselheiro dos CEAS nos últimos dois mandatos consecutivos como
954 titular ou suplente. §4, entende-se por âmbito estadual para fins desta resolução os
955 representantes de usuários, organizações ou entidades de usuários, as entidades e
956 organizações de Assistência Social de atendimento e as entidades e organizações dos
957 trabalhadores da área de assistência social que, comprovadamente, desenvolvam suas
958 atividades há, no mínimo, 2 anos em pelo menos dois município. §5, entende-se por âmbito
959 estadual para fins desta resolução os representantes das entidades e organizações de
960 Assistência Social de assessoramento e defesa de direitos que comprovadamente
961 desenvolvam suas atividades há, no mínimo, dois anos em âmbito estadual. §6, serão
962 considerados represa sujeito de direitos e coletivos que se encontram em situação de
963 vulnerabilidade e risco social e pessoal que acessam os serviços programas para os de renda
964 no âmbito da política pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social
965 conforme disposto no artigo 2º da resolução nº 11 de 2015 do Conselho Nacional de Assistência
966 Social. **SIMONE:** Eu quero destaque no §4, aí Rodrigo, por favor. **RODRIGO:** §7, serão
967 consideradas entidades ou organizações de usuários de assistência social os sujeitos coletivos
968 que expressam diversas formas de organização e de participação caracterizadas pelo
969 protagonismo do usuário conforme o disposto no Artigo 3º da resolução nº 11 de 2015 do
970 Conselho Nacional de Assistência Social. §8, serão consideradas entidades, organizações de
971 assistência social aquelas sem fins lucrativos conforme disposto no Artigo 3º da lei orgânica de
972 Assistência Social. I (primeiro), de atendimento aqueles, àquelas que de forma continuada,
973 permanente e planejada prestam serviços, executam programas ou projetos e conseguem
974 benefícios de proteção social básica ou especial dirigido às famílias e indivíduos em situações
975 de vulnerabilidades ou risco social e pessoal. II (dois), de assessoramento aqueles que de
976 forma continuada, permanente e planejada prestam serviços e executam programas ou
977 projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das
978 organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças dirigidas ao público da política
979 de Assistência Social, e. III (terceiro), de defesa e garantia de direitos àquelas que de forma
980 continuada, permanente e planejada prestam serviços e executam programas ou projetos
981 voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção
982 de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais,
983 articulação com órgãos públicos de defesa de direitos dirigidos ao público da política de
984 Assistência Social. §9, serão consideradas entidades e organizações representativas de
985 trabalhadores da área de Assistência Social aquelas que atenderem aos critérios dispostos no
986 Artigo 2º da resolução do CNAS, Nº 6 de 2015, quais sejam. I (primeiro) estiverem em sua base
987 de representação segmentos de trabalhados que atuam na política pública de assistência
988 social. II (segundo), defenderem os direitos dos segmentos de trabalhadores na política de
989 Assistência Social. III (terceiro) propuserem a defesa dos direitos sociais aos cidadãos e aos
990 usuários de Assistência Social. IV (quarto) tiverem formato jurídico, sindicato, Federação,
991 confederação, central sindical ou Conselho Regional ou Federal de profissão regulamentada
992 ou associação de trabalhadores. V (quinto) estiverem a organização em forma de fórum
993 nacional, fórum regional e estadual de trabalhadores. VI (sexto), não representarem classe
994 patronal ou empresarial. Artigo 3º, fórum próprio para eleição dos representantes da sociedade
995 civil CMAS ocorrerá na 12º Conferência Estadual de Assistência Social, respeitando o disposto
996 no artigo 12 da lei estadual 12.262 de 96... Destaque, artigo 2º, item 4. Capítulo II, DA
997 COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL, artigo 4º, a coordenação do processo eleitoral
998 será da sociedade civil conforme resolução do CEAS nº 598 de 2017 que dispõe sobre a
999 composição da comissão responsável pela coordenação do processo eleitoral da
1000 representação da sociedade civil dos Conselhos Municipais de Assistência Social, gestão 2017

1001 e 2019. Artigo 5º caberá a comissão: coordenar o processo de eleitoral da representação da
1002 sociedade civil e dos Conselhos Municipais de Assistência Social para compor o Conselho
1003 Estadual de Assistência Social, CEAS gestão 2017-2019. II (segundo), julgar os pedidos de
1004 registros de candidatura e os eventuais de impugnações bem como os recursos. III (terceiro),
1005 elaborar e encaminhar todos os procedimentos para realização do pleito. IV (quarto), expandir
1006 ordens inerentes ao processo, orientações e zelar pelo cumprimento de normas e pelo bom
1007 andamento dos trabalhos V (quinto), encaminhar pela secretaria executiva para a publicação
1008 no Diário Oficial do Estado todos os atos referentes ao processo eleitoral dos representantes
1009 da sociedade civil e do CMAS. Parágrafo único, os membros da comissão responsável pela
1010 coordenação do processo eleitoral não poderão ser candidatos no referido processo. Artigo 6º,
1011 o CEAS é Instância recursal das decisões da comissão responsável pela coordenação do
1012 processo eleitoral que analisará o recurso na reunião plenária prioritariamente ou de sua mesa
1013 diretora conforme prazo respeitando o seu regimento interno. Capítulo III, DA HABILITAÇÃO,
1014 artigo 7º, poderão habilitar-se ao processo eleitoral, exclusivamente: I (primeiro), os
1015 representantes de usuários ou às organizações ou entidades de usuário. II (segundo),
1016 entidades e organizações de Assistência Social. III (terceiro), entidades e organizações
1017 representativas de trabalhadores da área de Assistência Social, e... IV (quatro), Conselhos
1018 Municipais de Assistência Social de Minas Gerais. Artigo 8º, os representante, entidades,
1019 organizações e conselhos mencionados no artigo anterior que desejarem participar como
1020 candidatos do processo eleitoral, deverão habilitar-se no período de 23 de Julho a 31 de agosto
1021 de 2017 de 8 às 18 horas nos dias úteis junto à secretaria executiva do CEAS. §1, o pedido de
1022 habilitação, modelo anexo, será assinado pelo representante legal da entidade ou organização
1023 ou pelo presidente do CMAS dirigido à comissão do processo eleitoral. Ele deverá ser
1024 encaminhado junto aos demais documentos, né? Pelo e-mail ceasmg@yahoo.com.br ou
1025 protocolado na secretaria executiva do CEAS, na Avenida Amazonas, número 558, 4º quarto
1026 andar nos dias úteis dentro do período definido no caput deste artigo. §2, o pedido de
1027 habilitação poderá ser preenchido no site do CEAS, né, o www.social.mg.gov.br/ceas, onde o
1028 restante dos documentos também poderá ser encaminhado. §3, deverá constar no pedido de
1029 habilitação o nome do representante que comporá o CEAS caso a entidade ou conselho seja
1030 eleito. §4 admite-se a, o pedido de habilitação por procuração, no entanto, não se admitirá que
1031 mais de uma entidade ou conselho seja representado pelo mesmo procurador para o processo
1032 eleitoral. §5, a decisão sobre os pedidos de habilitação será publicada no Diário Oficial do
1033 Estado. Artigo 9º, as entidades e organizações de Assistência Social mencionados no §8 do
1034 artigo 2º, deverão estar inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social conforme
1035 resolução do CNAS, 14 de 2014. Artigo 10º, os documentos para a habilitação ao processo
1036 eleitoral são: I (primeiro), para representante dos usuários de Assistência Social definidos no
1037 §6 no Artigo 2º dessa resolução. Letra A, requerimento de habilitação modelo 1 desta resolução
1038 devidamente preenchido e assinado pelo representante legal. B, declaração de
1039 reconhecimento de existência e atuação expedida pelos Conselhos ou órgão gestor da
1040 Assistência Social Municipal ou Estadual podendo ser assinado pelo secretário, coordenador
1041 de CRAS ou CREAS, conforme anexo 3 dessa resolução. Letra C, formulário de designação
1042 da pessoa física a ser eleita, conforme anexo 2 dessa resolução comprovando sua vinculação
1043 com este grupo, movimento ou fórum. Letra D, cópia da carteira de identidade, CPF,
1044 comprovante de residência da pessoa física a ser eleita ou número de identificação social, NIS.
1045 2, para as organizações ou entidades de usuários de Assistência Social definidas do §7 do
1046 Artigo 2º dessa resolução. Letra A, requerimento de habilitação modelo 1 dessa resolução
1047 devidamente preenchido e assinado pelo representante legal. Letra B, cópia da ata de eleição
1048 e de posse da atual diretoria registrado em cartório. Letra C, cópia do estatuto social, da
1049 entidade ou organização, atos constitutivos em vigor e registrado em cartório. Letra D, cópia
1050 do comprovante inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, CNPJ. Letra E,

1051 comprovação que a entidade tem sua diretoria, usuários. Letra F, formulário de designação da
1052 pessoa física a ser eleita conforme anexo 2 dessa resolução devidamente preenchido. Letra G,
1053 endereço completo, telefone, fax e e-mail da organização, pessoa de referência e outras as
1054 informações importantes para o contato em tempo hábil. Letra H, cópia da carteira de
1055 identidade, CPF, comprovante de residência da pessoa física a ser eleita. 3, pelas entidades e
1056 organizações de assistência social definidas no §8 do Artigo 2º. Letra A, requerimento de
1057 habilitação modelo 1 desta resolução devidamente preenchido e assinado pelo representante
1058 legal. Letra B, cópia autenticada do documento de inscrição expedido por mais de CMAS para
1059 entidades de atendimento e, pelo menos, 1 para entidade de defesa de direitos e de
1060 assessoramento. Letra C, formulário de designação da pessoa física a ser eleita conforme
1061 anexo 2 desta resolução, devidamente preenchido. Letra D, endereço completo, telefone, fax,
1062 e-mail da organização, pessoa de referência e outras informações importantes para contato em
1063 tempo hábil. Letra E, cópia da carteira de identidade, CPF, comprovante de residência da
1064 pessoa física ser eleita. 4, para as entidades e organizações representativas de trabalhadores
1065 da área de assistência social definidas no §9 do Artigo 2º. Letra A, requerimento de habilitação
1066 modelo 1 desta resolução devidamente preenchido e assinado pelo representante legal. Letra
1067 B, cópia do estatuto vigente registrado em cartório. Letra C, cópia da ata de eleição e de posse
1068 da atual diretoria registrada em cartório de títulos e documentos. Letra D, cópia de sua inscrição
1069 no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, CNPJ, atualizado. Letra E, formulário de
1070 designação da pessoa física da a ser eleita conforme anexo 2 dessa resolução assinado pelo
1071 representante legal. Letra F, endereço completo, telefone, fax, e-mail da organização, pessoa
1072 de referência e outras informações importantes para contato em tempo hábil conforme anexo
1073 1º dessa resolução. Letra G, cópia da carteira de identidade, CPF e comprovante de residência
1074 da pessoa física a ser eleita, bem como a comprovação de quitação de anuidade com o
1075 respectivo conselho de sua categoria. 5, PARA O CMAS. Letra A, requerimento de habilitação
1076 modelo 1 devidamente preenchido e assinado pelo presidente ou vice-presidente. Letra B,
1077 cópia das três últimas atas de plenárias do Conselho que não poderão ser anteriores a Janeiro
1078 de 2017. Letra C, cópia da ata que deliberou pelo representante para o CEAS. Letra D:
1079 apresentar-se devidamente atualizado no CADUSAS a ser constado pela comissão
1080 responsável pela coordenação do processo eleitoral. §1, como pré-requisito ao pleito os
1081 candidatos da sociedade civil e dos conselhos deverão providenciar, por escrito, em uma lauda
1082 com 1.000 caracteres escritos em fonte arial, tamanho 12, um resumo da atividade
1083 desenvolvida pela entidade ou órgão que representa bem como os motivos pelos quais deseja
1084 ter assento no CEAS, bem como ter assinado um termo de compromisso com o Conselho caso
1085 seja eleito. VOZ AO FUNDO. Destaque, também, artigo 10, item 9... Não... É 4. William. VOZ
1086 AO FUNDO. Artigo 10, item 4. **RODRIGO:** §2, o resumo e o termo de compromisso
1087 mencionados no parágrafo anterior deverão ser encaminhados juntos aos documentos de
1088 habilitação conforme anexo 5. Artigo 11º, os formulários de solicitação de habilitação estarão à
1089 disposição no site do CEAS, www.social.mg.gov.br, e deverá ser apresentado no ato da
1090 inscrição devidamente preenchido e assinado pelo representante legal ou seu procurador no
1091 caso de representante dos usuários ou as organizações ou as entidades de usuários entidades
1092 e organizações de assistência social, entidades e organizações representativas de
1093 trabalhadores na área de Assistência Social ou pelo presidente ou vice-presidente no caso de
1094 Conselho. §1 no caso de indeferimento, admite-se a recurso ao CEAS. §2, os candidatos ao
1095 processo eleitoral poderão apresentar recurso ao CEAS no caso de discordância da habilitação
1096 e outras entidades e organizações ou conselhos por descumprimento pelo regula...
1097 Descumprimento deste regulamento no prazo de até 3 dias consecutivos a contar da data da
1098 publicação do resultado da habilitação. §3, as decisões dos recursos quando não foram
1099 publicados deverão ser comunicadas à parte interessada por e-mail ou via postal ou telegrama.
1100 Artigo 12º, a documentação necessária para habilitação descrita no artigo 10 acima deverá ser

1101 encaminhada ao CEAS conforme disposto no artigo 8º dessa resolução. Artigo 13º, o pedido
1102 de habilitação de candidatura será dirigida à comissão do processo eleitoral especificando em
1103 qual categoria de representação se candidata conforme Artigo 12º Lei 12.262 de 23 de julho de
1104 96. §1, as vagas serão em número de 24, sendo 12 titulares e 12 suplentes distribuídos da
1105 seguinte forma: I (primeiro) quatro representantes de usuários ou de entidades ou de
1106 organizações de usuários da Assistência Social sendo dois titulares e dois suplentes. II (dois),
1107 8 representantes de entidades e organizações de Assistência Social sendo quatro titulares ou
1108 quatro suplentes. III (três), quatro representantes de entidades e organizações representativas
1109 de trabalhadores da área de Assistência Social sendo dois titulares e dois suplentes. IV
1110 (quatro), 8 representantes dos Conselhos Municipais de Assistência Social sendo: A, dois
1111 titulares e dois suplentes não governamentais. B, dois titulares e dois suplentes
1112 governamentais. §2 é vedado concorrer em mais de uma vaga no CEAS. Capítulo V. VOZES
1113 AO FUNDO. Capítulo V, né, DO ATO DE ELEIÇÃO. Artigo 14º, a eleição realizar-se a de 09h
1114 às 19h do dia 10 de outubro de 2017 na 12º Conferência Estadual de Assistência Social na
1115 presença de representantes da comissão do processo eleitoral e de funcionários dos CEAS
1116 designados para esse fim. §1, para esse ato poderá ser solicitado o apoio da Secretaria de
1117 Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, SEDESE. §2, fica vedado, também, a
1118 duplicidade de representação do candidato. Artigo 15º, os representante da 12ª Conferência
1119 Estadual de Assistência Social devidamente credenciados votarão nos candidatos da seguinte
1120 forma: 1º, os representantes de usuários ou de entidades ou de organizações de usuários da
1121 Assistência Social votaram nos candidato a essa representação. 2º, os representantes de
1122 entidades e organizações de Assistência Social votaram nos candidatos a essa representação.
1123 3º, os representantes dos trabalhadores votaram nos candidatos à vaga de entidades e
1124 organizações representativas de trabalhadores da área de Assistência Social. 4º, os
1125 representantes da sociedade civil que também tiverem assento no CMAS poderão optar por
1126 votarem nos candidatos do CMAS não governamental. 5º, os representantes governamentais
1127 municipais votarão nos candidatos do CMAS governamental. §1, os convidados poderão
1128 participar do processo eleitoral como eleitores e deverão escolher a categoria na qual votarão.
1129 §2, os candidatos terão direito a participar como eleitor respeitando o disposto nesta resolução.
1130 §3, a forma como será realizada a eleição será definida posteriormente pela comissão
1131 responsável pelo processo eleitoral. §4, os representantes nominados nos incisos 1, 2 e 3 que
1132 também possuem assento em CMAS deverão escolher em que representação votar, se no
1133 CMAS ou em sua representação de origem. Artigo 16º, a apuração dos votos será iniciada às
1134 20h do dia 10 de outubro de 2017 na presença da comissão responsável pelo processo eleitoral
1135 e dos delegados que quiserem presenciar. §1, o Ministério Público será convidado a participar
1136 dessa apuração. §2, será considerado eleitos: I (um), como titulares os mais votados em cada
1137 categoria de representação. 2 (dois), como suplente os mais votados após os titulares da
1138 categoria de representação subsequente. §3, o primeiro suplente exercerá exclusivamente a
1139 suplência do primeiro titular na mesma categoria da representação e o segundo suplente a do
1140 segundo titular. §4, em caso de empate será considerado eleito o representante ou entidade
1141 ou organização ou o conselho que tiver a data de criação mais antiga comprovado no período
1142 de habilitação. Caso ainda permaneça o empate o eleito será o candidato mais idoso. §5, a
1143 sociedade civil e o CMAS habilitados que participarem do processo eleitoral e que não foram
1144 eleitos poderão ser chamados para compor o CEAS em caso de vacância, respeitando a ordem
1145 decrescente do número de votos que receberão a disposto neste artigo. §6, a comissão do
1146 processo eleitoral lavrará a ata da votação e da apuração comunicando o resultado aos
1147 presentes e encaminhando até o dia 30 de Outubro para publicação. §7, o resultado também
1148 será comunicado à plenária da Conferência no dia 11 de outubro. Capítulo VI (sexto), né? DA
1149 POSSE. Artigo 17º, os representantes da sociedade civil e dos Conselhos Municipais de
1150 Assistência Social eleitos tomarão posse coletivamente na plenária ordinária que ocorrerá no

1151 dia 17 /11 de 2017. §1, aquele que por motivo de força maior não tomar posse nos termos do
1152 caput deverá fazê-lo na plenária subsequente. §2, caso haja impedimento por parte do
1153 representante eleito em participar dos CEAS, a representação ou organização ou entidade ou
1154 conselho deverá comunicar oficialmente o CEAS indicando o substituto. Capítulo VII (sétimo),
1155 DISPOSIÇÕES GERAIS. Artigo 18º, a comissão do processo eleitoral poderá aplicar
1156 subsidiariamente o código eleitoral naquilo que considerar cabível. Artigo 19º, o Ministério
1157 Público Estadual será cientificado do processo eleitoral, dos membros da sociedade civil e dos
1158 Conselhos Municipais para composição dos CEAS e convidado a participar do processo. Artigo
1159 20º, o anexo 4º dessa resolução dispõe sobre o calendário do processo eleitoral. Artigo 21º, os
1160 casos omissos neste regulamento serão decididos pelo Conselho Estadual de Assistência
1161 Social. Artigo 22º, esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, Belo Horizonte, a
1162 presidente do Conselho assina. Vamos tratar os destaques ou vamos... Vamos continuar os
1163 anexos, presidente? **SIMONE:** Não, vamos aos destaques, porque os anexos são os
1164 formulários, né? É isso? **RODRIGO:** Isso. **SIMONE:** Então, vamos aos destaques. **RODRIGO:**
1165 Ok. **SIMONE:** Qual que é o primeiro destaque? Bem, 1º destaque é meu e é o seguinte...
1166 Primeiro... Primeiro... Como tem destaque no anexo... O Rodrigo, por favor, então, passe pelos
1167 anexos. **RODRIGO:** Anexo 1, requerimento de habilitação, a comissão do processo eleitoral,
1168 fundamento no disposto da resolução do CEAS 2017, veio pelo representante requerer
1169 habilitação de candidato ao processo eleitoral dos representantes da sociedades civil e dos
1170 conselhos municipais de assistência social para compor o Conselho Estadual de Assistência
1171 Social, o CEAS, junto à comissão do processo eleitoral. Nome e identidade, de assistente
1172 social, trabalhadores, organizações de usuários ou conselho municipal de assistente social,
1173 presidente, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, endereço eletrônico, referência para contatos,
1174 nome e qualificação, número de identificação social, NIS se houver. Habilitação, segmento:
1175 representante de usuários ou organização ou entidade de assistência social. Entidade de
1176 organização de assistência social, de atendimento, de defesa de direitos, de assessoramento,
1177 entidades e organização de trabalhadores da área de assistente social, CMAS governamental,
1178 CMAS não governamental... Presidente... Presidente ou representante legal assina a
1179 assinatura da pessoa física designada para participar enquanto candidato. Anexo 2, formulário
1180 de designação a comissão do processo eleitoral conforme disposto no CEAS 2017 vem
1181 designar o senhor para a representação deste. A entidade e organização de Assistência Social
1182 de trabalhadores ou de usuários e CMAS postulante a participação do processo eleitoral para
1183 a gestão 2017-2019 na condição de habilitar para designar candidato. Declaro que a designada
1184 participa das atividades dessa entidade, organização, enquanto... Representante, nome
1185 completo, número de RG, órgão expedidor, CPF, número da identificação social, NIS, se
1186 houver, endereço residencial, telefone, e-mail, identificação de quem assina a qualificação,
1187 assinatura do representante legal e a assinatura da pessoa designada. Anexo 3, declaração de
1188 reconhecimento da existência e atuação, representante de usuários ao que se refere alínea B
1189 do Inciso 1º do Artigo 10, resolução CEAS. Declaro para os devidos que o, a, nome do grupo,
1190 associação, movimento social, fórum, rede ou outras denominações e representação de
1191 usuário da política de assistência social com sede na cidade, nome do município, o estado,
1192 exerce suas atividades de assistência social cumprindo regularmente as suas finalidades há
1193 mais de 2 anos desde a data de início das atividades, sendo seus representantes legitimados
1194 com fundamento nas definições das resolução CEAS 2017 e documentos constitutivos ou
1195 relatórios de reunião pelo período de mandato a... Compostos pelos seguintes membros:
1196 representante, nome completo, número de RG, órgão expedidor endereço residencial.
1197 Representante 2, nome completo, número de RG, expedidor, CPF, endereço residencial.
1198 Representante 2, nome completo, número de RG, expedidor, CPF, número de endereço
1199 residencial. Identificação de quem assina a qualificação, assinatura do presidente do Conselho
1200 Municipal ou Estadual, ou órgão gestor da assistência social de âmbito municipal ou estadual

1201 ou coordenador de CRAS ou CREAS. Anexo 4, calendário do processo eleitoral do CEAS,
1202 gestão 2017-2019, data, prazo, atividade, dia 23 de julho a 31 de agosto de 2017, a atividade,
1203 período de habilitação para os representantes de usuários e as organizações ou as entidades
1204 de usuários e entidades de organização de assistência social, entidades de organizações
1205 representativas de trabalhadores da assistência social e os CMAS interessados em compor o
1206 CEAS. Até 09 de setembro de 2017, publicação do resultado da habilitação. Até três dias
1207 consecutivos da data da publicação do resultado de habilitação. Prazo de recurso em relação
1208 à habilitação, até 22 de setembro de 2017. Prazo de julgamento dos recursos de 10 de outubro
1209 de 2017, de 09h às 19h, eleição, 20h apuração da eleição. 11 de outubro de 2017, comunicação
1210 oficial à plenária da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social do resultado da eleição. 31
1211 de outubro de 2017, prazo para publicação do resultado da eleição. 06 de setembro de 2017,
1212 prazo de recurso relativo ao resultado da eleição. 10 de novembro de 2017, prazo de
1213 julgamento dos recursos e 17 de novembro de 2017 posse dos representantes eleitos na
1214 plenária do CEAS. Anexo 5, é o termo de compromisso, né? Eu, representante da entidade e
1215 organização estou ciente de minhas responsabilidades como conselheiro, caso eu seja eleito,
1216 conforme disposto no artigo 38º do regimento interno do Conselho Estadual de Assistência
1217 Social, CEAS, nominados abaixo com as quais bem como respeitar e defender o Sistema Único
1218 de Assistência Social. Competências: 1, participar das plenárias já tendo apreciada a ata da
1219 reunião anterior e manifestando a respeito de matérias em discussão. 2, justificar por escrito e
1220 antecipadamente suas ausências às reuniões do Conselho. 3, confirmar a sua participação nas
1221 reuniões por escrito, principalmente quando for conselheiro do interior que fizer jus a diária para
1222 as providências devidas. 4, assinar o livro próprio sua presença na reunião, aqui comparecer.
1223 5, solicitar à mesa diretora a inclusão na agenda dos trabalhos de assuntos que desejar discutir.
1224 6, propor a convocação de plenária extraordinária. 7, relatar e discutir os processos que lhe
1225 forem atribuídos proferindo o seu voto e emitindo parecer fundamentado e prazo determinado
1226 pelo CHAGAS-MG. 8, solicitar justificadamente a prorrogação do prazo regimental para relatar
1227 processos. 9, assinar atos e pareceres dos processos em que for relator ou coordenador. 10
1228 declarar-se impedido de exercer a relatoria coordenação ou participar de comissões
1229 justificando a razão de impedimento. 11, apresentar em nome de comissão o voto, o parecer,
1230 proposta ou recomendação por ela defendida. 12, proferir declaração de voto quando assim o
1231 desejar. 13, pedir vista ao processo de discussão. 14, solicitar ao presidente quando necessária
1232 a presença na plenária do postulante titular de entidade ou órgão público para as entrevistas
1233 que se mostrarem indispensáveis. 15, propor alterações no regimento interno. 16, votar nos
1234 casos previstos nesse regimento e se votado para cá... E ser votado para cargos no
1235 conselho. 17, requisitar à secretaria executivas informações necessárias ao adequado
1236 desempenho das suas atribuições. 18, fornecer à secretaria executiva todos os dados e
1237 informações e que tem acesso e que se situam na área de sua competência sempre que o
1238 julgar importantes para o trabalho do Conselho ou quando solicitado pelos demais membros.
1239 19, requerer a votação de matéria em regime de urgência. 20, apresentar à plenária proposta
1240 de moções, requerimentos ou proposições atinentes às áreas de assistência social. 21,
1241 deliberar sobre propostas, pareceres, recomendações emitidas pelas comissões temáticas,
1242 grupo de trabalho e conselheiros. 22, propor a criação de grupos de trabalho e indicar seus
1243 componentes. 23, exercer as atribuições de sua competência e outras designadas pela plenária
1244 ou mesa diretora. 24, participar de eventos de capacitação e aperfeiçoamento na área de
1245 assistência social. 25, participar das Conferências nacional, estadual, regional e municipal de
1246 assistência social. 26, participar de pelo menos uma comissão temática. 27, prestar contas de
1247 recursos recebidos para exercício da função conforme a legislação vigente. 28, elaborar
1248 relatório sobre a sua participação em eventos contendo síntese do mesmo e a sua atuação
1249 específica, data e assinatura. **SIMONE:** Conselheiro, você colocou seu destaque? Tá
1250 bom, obrigado! Então vamos lá! O primeiro destaque é o meu, então né? Não, eu só queria

1251 chamar a atenção do Conselho, é o seguinte. A nossa é lei estadual, ela diz... Que compõe o
1252 Conselho Estadual, eu estou com a lei aqui, gente, é o artigo 12º da lei. O CEAS é composto
1253 de 20 membros nomeados pelo governador, para mandato de dois anos permitida uma
1254 recondução por igual período e tem a seguinte configuração: 10 representantes de órgãos
1255 governamentais... Aí vem que os órgãos governamentais quais são... Então é SEDESE,
1256 Educação, Planejamento, Saúde, Fazenda, Pecuária, né, Agricultura, os secretários
1257 municipais, o COGEMAS e Conselhos Municipais de Assistência Social... E por 10
1258 representantes de entidades não governamentais. Aí vêm todos... E considera como uma
1259 entidade não governamental o Conselho Municipal e como entidade governamental o Conselho
1260 Municipal. Então, tem um erro aqui logo no princípio da nossa resolução. Nós vamos dispor
1261 sobre o processo eleitoral da representação governamental Conselho Municipal de Assistência
1262 Social e não governamental... Nós temos que colocar... Governamental Conselho Municipal...
1263 Não governamental toda a sociedade civil. Porque não existe na nossa lei isso aqui, ó.
1264 Sociedade civil e Conselho Municipal de Assistência Social. A nossa lei não é sociedade civil e
1265 Conselho Municipal. A nossa lei é representante governamental e não governamental. Então,
1266 nós não podemos eleger sociedade civil se não está na lei do Conselho. Tem que repetir
1267 exatamente como está na nossa legislação para não ter questionamento depois, né? Eu sei
1268 que aqui foi feito isso para dar o destaque aos Conselhos. Só que pela legislação os Conselhos
1269 são considerados a parte governamental e a parte não governamental dos Conselhos. Ficou
1270 claro? **WILLIAM:** Oh Simone, eu posso falar? **SIMONE:** Pois não? **WILLIAM:** Eu acho que tem
1271 a ver com o que eu solicitei também já no Artigo 2º item 4. Eu estou entendendo na sua fala
1272 que aqui nós temos 12 representantes, né? E que dois deles é Governo, não é isso? E aí ficou
1273 um pouco incompatível com a proposta não é isso? **SIMONE:** Tá errado, também, aí, você tem
1274 razão. Quando a gente vai conferir... A lei estadual diz: 10 representantes de entidades não
1275 governamentais. **WILLIAM:** Então, esse é o destaque que eu solicitei. **SIMONE:** Não... Você
1276 tá certo também, mas vamos chegar lá ainda, calma. Não, se tá certo então eu vou passar para
1277 a Consolação porque ela tá achando que a resolução apresentada tá correta. Consolação.
1278 **CONSOLAÇÃO:** Não... Tá correto o termo, né, que a gente utilizou representando a sociedade
1279 civil eu estou entendendo que nossa assessoria jurídica que eles vão falar que nós não
1280 podemos inventar o negócio não, uai. A lei diz que a gente tem que colocar "representantes
1281 não governamentais", e dos Conselhos, eu acho que ele engloba os dois engloba os dois, os
1282 não governamentais e os governamentais mesmo porque tem que ter a eleição que a lei
1283 também vai falar com os representantes de conselhos, dos usuários, das entidades, dos
1284 trabalhadores, prestadores que tratam... Esses serão eleitos em fórum próprio é ato específico
1285 e depois fala que esse fórum é na Conferência. Então, a gente juntou... Não, dos dois, tá aqui...
1286 **SIMONE:** Gente, mesmo que a gente vai eleger os dois a gente tem que usar a terminologia
1287 da lei, a gente não pode usar outra terminologia não, uai. Uai, nós temos que usar a
1288 terminologia da lei, inclusive, é só passar para o mesmo que a gente vai eleger os
1289 representantes governamentais advindos dos Conselhos Municipais de Assistência Social tem
1290 que tá, sim. Senão dá aquela confusão que o William falou lá! Está confuso, até mostrei pra
1291 Marta... Uai, Marta, não são 10 representantes não governamentais? Que a nossa lei nem fala
1292 "sociedade civil", fala "não governamentais". Então, é isso que eu estou chamando a atenção,
1293 que o William, também. Tem que escrever exatamente como está escrito na legislação,
1294 concorda, Consolação? Então, para a terminologia ficar correta tem que usar governo...
1295 "governamental" e "não governamental", e nós vamos eleger a da parte governamental... Tanto
1296 que da última vez o Governo só pode votar no Conselho Municipal de Assistência Social, né?
1297 Não, é porque o Conselho Estadual, ele tem os representantes governamentais advindos dos
1298 Conselhos Municipais. Estes também são eleitos em Conferência, entendeu? Agora, os outros
1299 governamentais nós somos indicados. Não, eleitos quem indica a gente é o governador, né?
1300 Que indica... Nós não somos eleitos. Quem indica a gente é o governador que é, que claro, né,

1301 o governador da essa autoridade para o secretário de Estado, que em nome do governador
1302 nos indica né? Vamos dizer assim. Então, como que a gente vai fazer, hein? Nós vamos fazer...
1303 Tem que votar hoje, Rodrigo? **RODRIGO:** É... A ideia da comissão, sim! **SIMONE:** Tá. Não...
1304 Qual mais destaque? Então, a Consola falou que já fez uma redação aqui, depois a gente volta
1305 nela. Qual que é o outro? VOZ AO FUNDO. **WILSON:** Simone, no Artigo 2º.. Aqui no início do
1306 Artigo 2º, né? Fala assim, ó. A sociedade civil e os conselheiros municipais de Assistência
1307 Social, CMAS, integram o Conselho Estadual de Assistência Social, o CEAS, com 12 membros.
1308 Tudo bem que a gente sabe que esses 12 membros são os que vão ser eleitor na Conferência,
1309 mas não são só esses 12 membros, então, assim, a leitura só desse Artigo 2º da entender que
1310 são apenas esses 12 membros. **ISABELA:** Eu acho que a confusão... Isabela, SEDESE... A
1311 confusão que o Wilson falou eu acho que tem a ver com o que o William tinha colocado também,
1312 talvez para esclarecer e aí indo no sentido que a Simone chamou atenção, né, de
1313 governamental e não governamental seria mais interessante a gente dividir em dois artigos.
1314 Um que trata especificamente da eleição dos membros não governamentais e um que trata
1315 especificamente sobre a eleição dos membros governamentais representantes Conselhos
1316 Municipais. A gente separa as duas matérias, dois artigos, né, assim.. O mesmo texto que tá
1317 aqui, mas separando dois caputs diferentes para não dar essa confusão no entendimento.
1318 **SIMONE:** É, e além de tudo tem que colocar os Conselhos Municipais não governamentais no
1319 campo não governamental. Não pode separar... **ISABELA:** Isso, não separar por Conselho e
1320 Sociedade Civil... **ISABELA:** Separar por governamental e não governamental. E o Conselho
1321 de sociedade civil fica no artigo da sociedade não governamental, né. Não, aí vai separar
1322 porque aí um caput vai falar de 10 membros do não governamentais, que é o correto e o outro
1323 caput vai falar de dois membros governamentais de representantes de governos municipais.
1324 Então, separa que não dá nem a impressão de que a gente tem 12 de sociedade civil, né, fica...
1325 Acho que a leitura fica melhor. **SIMONE:** Todos concordam? É isso mesmo, né, gente? Vai...
1326 **CRISTIANE:** Então, com relação ao Artigo 2, Parágrafo 2, que fala sobre... Do conselheiro...
1327 Da representante de entidade, ele não pode ter dois mandatos consecutivos. É, com relação a
1328 isso, o meu questionamento... Qual que é. Isso é do regulamento do Conselho? É da lei que
1329 diz que o Governo ele pode ter é. O seu candidato pode ser reconduzido de acordo com o
1330 critério do governador, né? E aí pode ser o mesmo ad eterno e com relação... VOZ AO
1331 FUNDO... São dois mandatos? **SIMONE:** olha o microfone, gente. **MARIA DO CARMO:** Eu
1332 estou achando que você tá confundindo, Cris. Ta dizendo aqui que ele não pode, agora, se
1333 apresentar como candidato após 2 mandatos já... Então, aí seria 6, aí que não pode.
1334 **CRISTIANE:** Não, eu entendi. Aí o que eu estou perguntando é se o governamental ele pode.
1335 **SIMONE:** A lógica gente é.. A lógica da democracia participativa e representativa. Nós, aqui,
1336 representamos a democracia representativa. Se o governador for eleito... Enquanto ele for
1337 eleito e quiser nos indicar, nós ficamos no Conselho. Vocês são da lógica mais da democracia
1338 participativa, né? Que são eleitos para isso. A questão aí Cris, é que tem um famigerado termo
1339 de ajuste de conduta feito pelo, pelo, pelo Tribunal de Contas, pelo TCU, que disse quem
1340 representa a entidade é o conselheiro e não a entidade. O problema é esse. Entendeu? Tem
1341 esse, esse, esse termo de ajuste de conduta que determinou com os Conselhos... Ele na
1342 verdade ele foi questionado pelo Conselho Nacional, mas só que não conseguiu derrubar.
1343 **CRISTIANE:** Entendi. **SIMONE:** Então, é ele... É esse... Por causa desse termo de ajude de
1344 conduta que determinou que quem representa a sociedade civil é o conselheiro e não a
1345 entidade. **CRISTIANE:** É, porque fica uma coisa assim, meio incoerente, porque a entidade
1346 pode ficar, mas o seu representante, não. E isso causa uma questão, um problema grande
1347 dentro da entidade, porque geralmente a entidade manda só relação institucional, que é uma
1348 pessoa, às vezes. A entidade, às vezes, não tem várias relações institucionais, né? É o que
1349 aconteceu, por exemplo, conosco lá, né? Eu e o Júlio. E aí o Júlio não pode mais, eu vim, e
1350 enfim, então eu acho que isso é uma questão que a gente, talvez, tem que discutir muito ainda,

1351 né, enquanto sociedade civil essa incoerência. VOZ AO FUNDO. Com relação a isso, o que eu
1352 quero trazer é o seguinte. Tá falando aqui que precisa comprovar suas atividades no mínimo
1353 dois anos. Por que são dois anos? VOZ AO FUNDO. Ah, desculpa, o parágrafo 4º, do artigo 2.
1354 Por que dois anos? É, porque, o Conselho Municipal de Assistência social, quando você é uma
1355 entidade você apresenta um plano de trabalho ou um relatório de atividade de um ano anterior
1356 e isso já te caracteriza como uma entidade de assistência social. Por que 2 anos? Também tá
1357 no regimento? Qual que é a base para isso? **CONSOLAÇÃO:** Não. Aí foi... Nós recuperamos
1358 como foi o processo do ano passado, não é, Rodrigo? E aí a gente foi analisando o que a gente
1359 iria adequar realmente com o avanço do processo que a gente teve. Nós não chegamos a
1360 discutir o porquê no mínimo dois anos. Na época foi dito que seria importante e foi a própria
1361 Comissão, né, que falou que para qualificar o Conselho que as atividades... A entidade ela tinha
1362 que ta funcionando e ter o mínimo de funcionamento. Na época foi uma discussão, assim...
1363 Não tem um embasamento que você fala assim "Uai, de onde vocês tiraram..."... Foi numa
1364 discussão isso. E nesse que, agora, o grupo de conselheiros, nós pegamos, analisemos isso,
1365 a Simone também pediu destaque nesse mesmo, é... E aí, por isso foi permitido e nós
1366 desmembramos as entidades de assessoramento, defesas de direitos que na eleição passada
1367 houve uma confusão, também, que a gente colocou todo mundo junto no termo da
1368 apresentação do documento. **CRISTIANE:** Sim, então eu quero fazer uma proposta embasada
1369 na certificação do Conselho Municipal que dá a essa entidade a condição... **PARTE 3SIMONE:**
1370 (...) Vão falar os seus destaques e depois, então, nós vamos encaminhar, ta bom? Eu também
1371 fiz um destaquei Cris pelos mesmos motivos que você. De novo a discussão do âmbito estadual
1372 que não tem muito conceito... E essa exigência de dois anos é uma exigência que ela perdeu
1373 o sentido no SUAS, completamente. É porque antes tinha que provar né? Que funcionava...
1374 Então a minha sugestão vê se você concorda Cris? A gente não colocar tempo, mas colocar a
1375 inscrição no Conselho Municipal, você concorda? Todo mundo compreendeu? Beleza!
1376 Próximos destaques, por favor, os nomes, Consola. **CRISTIANE:** Não... Simone, só com
1377 relação a isso que você disse com relação ao âmbito estadual das atividades em mais de um
1378 município, é esse que você está se referindo? Tá. Tem embasamento, isso? **SIMONE:** De a
1379 gente tirar, isso. **CRISTIANE:** Também acho. **SIMONE:** Não tem nem como provar isso.
1380 **CRISTIANE:** Concordo. Concordo porque o assessoramento você pode... Você não
1381 consegue... Defesa de direito você não consegue determinar que você vai em outro município
1382 ou que você não vai. Isso eu acho que também deveria ser revisto. **WILLIAM:** Eu... Eu...
1383 **SIMONE:** Sabe... Pode falar William, desculpa. **WILLIAM:** Eu também concordo com você,
1384 Simone. Eu acho que... Como é que você vai provar que uma entidade ou, sei lá, um grupo...
1385 Atua em dois municípios ou mais? VOZ AO FUNDO. **DAYANA:** Dayana, CMAS, Juiz de Fora.
1386 A entidade quando ela atua em outros municípios ela, também, tem que tá inscrita nos outros
1387 municípios do CMAS. **CRISTIANE:** Depende. O assessoramento você tem que está inscrito na
1388 sua matriz... Na sua matriz... Se você estiver inscrito na sua matriz pode você pode executar
1389 em todo o território nacional então eu acho que isso aqui dificulta algumas instituições que
1390 realizam, por exemplo, o assessoramento, elas estão... VOZ AO FUNDO. Não... **SIMONE:**
1391 Gente, por favor, eu vou voltar ao nosso regimento. Todo mundo aqui vai poder falar sem um
1392 ficar tomando de assalto a palavra do outro tá certo? A conselheira Arlete está inscrita.
1393 **ARLETE:** Arlete, Graal Buritizeiro. Então, é, esse... Ele a princípio parece polêmico porque é
1394 esse âmbito estadual ou nacional ele dificulta sim, para quem tem uma atuação local. No nosso
1395 caso é diferente porque nós somos um movimento é nacional, ou seja, internacional, então nós
1396 temos ações em vários estados, né, brasileiro e em vários municípios. Agora isso tem um custo
1397 muito caro o número de pessoas, voluntariado, parcerias com o município ou com o estado ou
1398 com a Federação, mas de fato eu o acho um tanto pesado porque aí nós vamos encontrar
1399 poucas pessoas, poucas organizações que vão poder está se candidatando. **SIMONE:** Então,
1400 também estou inscrita e a minha defesa aqui de que a gente não deve cobrar esse âmbito

1401 estadual é porque a gente faz a eleição na Conferência estadual, então do meu ponto de vista
1402 o que dá o caráter estadual é ela ser eleita na Conferência estadual, a maioria dos votos. Então,
1403 nesse sentido... É meu... Não precisa de aprovar, né? O documento seria que ela é uma
1404 entidade de Assistência Social, por isso tá inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social.
1405 Tem mais alguém inscrito? Consola... **CONSOLAÇÃO:** A lei... Ela fala que as entidades têm
1406 que ter âmbito estadual para compor o Conselho. Aí, se a gente fala a habilitação... Na hora
1407 que a gente fala da habilitação eu tenho que casar de alguma forma, que seja, pela análise do
1408 estatuto que eu vou falar que a entidade é de âmbito estadual, né? Como tava aqui a entidade
1409 de assessoramento e defesa de direitos, e as entidades de atendimento elas têm a inscrição
1410 em mais um município, então a gente pegou pela... Pegou pelo que existe na normativa na
1411 resolução 14 de 2014 para fazer a proposta porque nós estamos tentando... Se a lei fala que
1412 tem que ser de âmbito estadual... Aí a gente falou "como que a gente vai comprovar isso?"...
1413 Tá no final de cada uma... **SIMONE:** É, a minha sugestão é que a gente coloca "Entende-se
1414 por âmbito Estadual as entidades e segmentos eleitos em Conferência estadual". William...
1415 **WILLIAM:** Esse âmbito estadual tem a ver com também com um pouco do que eu estou
1416 querendo falar em relação a esse último essas duas últimas palavras aí... Dois municípios...
1417 Pelo menos dois municípios. Se for pegar, por exemplo, a categoria de trabalhadores é muito
1418 difícil conseguir uma categoria que consiga atuar em dois municípios, aí eu acho que, também,
1419 se resume também no que todo mundo tá defendendo em relação às entidades. Eu acho que
1420 reforça, também, na verdade, né? **SIMONE:** Cristiane. **CRISTIANE:** Então, é estou entendendo
1421 o que a Consolação tá dizendo com relação à entidade de atendimento, mas vou dar um
1422 exemplo. Nós, Instituto Missionário Sacramentinos temos atendimento em Manhumirim,
1423 Matozinhos e Belo Horizonte. Então, vamos ser entendido como âmbito estadual por termos
1424 atendimentos nessas três cidades. Se o nosso atendimento fosse executado somente em
1425 Manhumirim, nós também temos inscrito em Manhumirim o assessoramento que atende, aí
1426 sim, o estado inteiro. Porque aí eu acho que... Entende? Aí daria sentido, porém não seria
1427 reconhecido porque aqui não tá exigindo do assessoramento, só do atendimento, você
1428 entende? Também, que aí acaba que isso é o assessora... Se tivesse exigindo do
1429 assessoramento teria até mais sentido? Porque o assessoramento ele é ele não tem, você não
1430 consegue determinar, né? Então assim, eu entendo que essa... E digo mais, muito das
1431 entidades que a gente propõe estarem aqui e pleitearem o Conselho, elas colocam isso. A
1432 gente não tem... A gente às vezes atua só numa cidade, a gente tá só em Matozinhos ou
1433 estamos só em Manhumirim, mas executam o trabalho da política de Assistência Social. Às
1434 vezes são até conveniadas, então, eu acho que perde o sentido é, essa questão mesmo do
1435 âmbito estadual. **SIMONE:** Não, o que eu estou dizendo é o seguinte, gente. Aqui tá dizendo
1436 "deve compor o Conselho Estadual, entidades de âmbito estadual". Não significa que a
1437 comprovação do âmbito estadual tenha que se dar no momento da habilitação. Ele é o processo
1438 a eleição. Se tiver o momento da habilitação, mas o que configura você como uma entidade
1439 estadual é ser eleita na Conferência Estadual, ué. É isso que eu estou dizendo. Não precisa
1440 ser comprovado isso no momento da habilitação. Ele se dá no final, é só no final que você vai
1441 compor o Conselho Estadual. Aqui não tá escrito na nossa lei que para concorrer à vaga, né,
1442 você tem que provar isso no primeiro momento. Essa prova pode se dá no final do processo. É
1443 a minha opinião, agora a gente pode consultar também a nossa consultoria jurídica, mas eu
1444 não vejo aqui nenhum momento escrito que... Inclusive, nem tem o conceito do que é âmbito
1445 estadual. Eu entendo que nós mesmos podemos conceituar o que a gente considera como o
1446 âmbito estadual. **ISABELA:** Isabela, SEDESE. É rapidinho... Eu estou... Fiquei pensando aqui,
1447 mas eu concordo com argumento da Simone no sentido de que... Ah se ele foi eleito lá quer
1448 dizer que quem tá votando entende que aquela entidade é capaz de representar as demandas
1449 de nível estadual. Então eu acho que é possível, sim, a gente justificar que o âmbito estadual
1450 é nesse sentido... É que ele tá focalizando demandas que são relacionadas ao estado, né?

1451 Igual conselheiro municipal, ele é do município, mas ele é eleito para levar demandas da região
1452 dele, demandas que tenham a ver com a discussão estadual. Então, eu acho que realmente
1453 não fere a lógica, mas eu acho que é interessante conversar com o jurídico, tem que fazer uma
1454 leitura atenta da legislação, mas eu acho que dá pra gente argumentar nesse sentido mesmo.
1455 **SIMONE:** Gente, vocês estão silenciosos. É melhor a gente votar, então, ou não? Está todo
1456 mundo meio em dúvida assim. VOZ AO FUNDO. Não, gente, eu to falando porque já são
1457 12h15min. Aí a gente resolve esse assunto, eu paro para a gente almoçar e depois a gente
1458 volta. Pode ser? Então nesse assunto, só para eu entender o silêncio. Quem está esclarecido
1459 sobre o tema, por favor, levante o crachá. Podem abaixar... Quem não está esclarecido. Então,
1460 todos estão esclarecidos, né? VOZ AO FUNDO. Não, a maioria, que eu estou dizendo. RISOS.
1461 Vamos consultar, então, a nossa conselheira jurídica se o âmbito estadual tem que estar
1462 definido na habilitação... No momento da habilitação ou se ele pode estar definido no processo
1463 final. Se a análise de consultoria jurídica disser que é no início da habilitação aí nós vamos ter
1464 que arrumar uma prova documental para isso. Se ela disser que não precisa, nós, então, vamos
1465 considerar a inscrição da entidade e vamos entender... Escrever na nossa resolução que
1466 entendemos como representantes de âmbito estadual, aquelas eleitas em Conferência
1467 Estadual, ok? Posso encaminhar assim? Então, tá. Então vamos almoçar e daqui uma hora a
1468 gente volta. PAUSA PARA ALMOÇO. **WILLIAM:** Dos trabalhadores se organizarem para
1469 conseguir vencer esse sistema que está aí e essa é uma das formas de fortalecer os fóruns
1470 municipais e aí eu sugiro que a gente tem que fazer isso. **SIMONE:** Todos concordam? Então
1471 fica na mesma lógica, que aqui é a mesma lógica, né? Se a compreensão que a gente está
1472 tendo, a nossa assessoria jurídica também tiver essa compreensão de que o âmbito estadual
1473 se dará pela eleição na Conferência Estadual, então, a gente inclui aqui, também, os fóruns
1474 municipais. **WILLIAM:** Eu gostaria só de enfatizar que fazendo isso a gente tem a repercussão,
1475 é... Do parágrafo 4º do artigo 2º. Porque aqui está falando assim: "Pelo menos dois
1476 municípios"... Aí fica em contradição. **SIMONE:** É... É... Sandra... **SANDRA:** Sandra,
1477 SINTIBREF. Nesse ponto que o Rodrigo tem falado aqui do âmbito estadual, a gente conversou
1478 um pouquinho na saída aqui de se aplicar, também, aos trabalhadores que não tem que ter
1479 essa abrangência, né? É esse ponto que você colocou? VOZ AO FUNDO. Porque assim, no
1480 primeiro momento, quando a gente olha assim. "ah é, vai ser bom"... Mas eu penso... Porque
1481 aí eu citei para ele a questão dos Conselhos. Como que os Conselhos chegam através das
1482 URCMAS, que chega aqui nessa, nesse... VOZ AO FUNDO... Não, na eleição... Como que
1483 eles... Eu acho assim que a gente... Depois dessa consulta jurídica, porque se o Fórum de
1484 Betim... Eu estou colocando assim, gente, pra gente pensar um pouquinho, porque no primeiro
1485 a gente pensa "ah, vamos mudar e o âmbito estadual vai ser caracterizado lá na Conferência
1486 assim e assim..." A consulta jurídica falar que não tem problema. Como que fica... Porque tem
1487 que ver o fórum que tá organizado, só o fórum de Betim, ele tem âmbito estadual? Fórum dos
1488 trabalhadores, Betim, Caeté... O Fórum Municipal, trabalhadores BH, super articulado, bacana,
1489 ele tem âmbito no estado? O FET tem âmbito estadual, o fórum estadual dos trabalhadores.
1490 "Ah, mas está desmobilizados", essa é questão local. Vamos puxar orelha e xingar, a gente
1491 saiu perdendo e aí, inclusive eu estou lá no FET e ta meio desmobilizado mesmo enquanto
1492 Fórum Estadual, mas eu fico pensando é na abrangência geral, isso. O FET eu acho que é...
1493 Ele sim, aí dentro dos que estão no Fórum Estadual, eleger, indicar, para participar da eleição
1494 para prestar aqui no, no Conselho Estadual. É a minha posição, assim, meu pensamento. Não
1495 sei depois aí a consulta jurídica se não vai ter porque eu acho que... Eu acho que vai ter
1496 controvérsia e reação de outros segmentos. Eu já to fazendo aqui o papel do advogado do
1497 diabo, assim, um pouquinho assim. Porque o que tem espaço aqui, vamos dizer assim, é o
1498 Fórum Estadual composto de vários fóruns porque, inclusive, isso instiga e provoca eles a se
1499 mobilizarem, porque lógico que tem um fórum mais mobilizado, mais participativo e mais
1500 integrado, mas para estar aqui eu acho que seria uma pessoa representante do Fórum

1501 Estadual, que pode ser Betim, Belo Horizonte, o que for lá dentro do Fórum ser discutido e
1502 validado e indicado. É isso. **SIMONE:** Vocês entenderam? Conselheira Sandra discorda que o
1503 âmbito da discussão do fórum estadual dos trabalhadores se dê na mesma lógica. Ela está
1504 argumentando que existe o fórum estadual, portanto, fica diferente aqui a discussão do âmbito
1505 estadual, no caso, os trabalhadores. VOZ AO FUNDO. Segundo a opinião dela. Calma! Nós
1506 vamos, eu estou só colocando aqui para os conselheiros entenderem que a gente continua
1507 sem consenso, o debate da discussão do âmbito estadual. Conselheiro William. **WILLIAM:**
1508 Olha, é pertinente sim a fala da Sandra e eu acho que precisa ser avaliado mesmo
1509 juridicamente, concordo. Agora, assim, acho que se for pensar em termos de fortalecimento de
1510 movimento social, movimento dos trabalhadores, os trabalhadores, se for pensar no cenário
1511 atual, eles passam por um excesso de agenda para o controle social, a gente entende que
1512 Fórum de Trabalhadores é controle social. É porque a gente discute a política pública para o
1513 usuário e aí pensando nesse sentido é claro que é importante se fortalecer todos os, mas a
1514 gente também muitas vezes não consegue dar conta da mesma forma que eu acho que tem
1515 um cenário aí também que está sempre emergindo que é a URCMAS, né? A gente tem um
1516 lugar que tá mais forte, tem outro lugar que tá decolando, né, então eu acho que é bem parecido
1517 né se for pensar em termos de similaridade. Então, a gente não tem, ou tem poucos fóruns
1518 municipais de trabalhadores. Então se tem poucos fóruns municipais como que a gente vai
1519 conseguir o fórum estadual de uma forma mais articulada, né. Aí eu coloco aqui a palavra do
1520 Rodrigo, né? O Rodrigo até... A gente conversou aqui, ele falou assim "Mas os trabalhadores
1521 têm uma luta..." Repete, por favor, Rodrigo o que você falou. É que na verdade é a luta por
1522 direitos, né? Então é bem no âmbito assim, não por representatividade, eu acho que é isso,
1523 não é, Rodrigo? Então, nessa perspectiva. **SIMONE:** Cristiane. **CRISTIANE:** É. Então, eu acho
1524 que aí é uma questão com relação também a nós, entidades, né? Nós não temos uma
1525 representação de fóruns de entidades estadual, e eu entendo que se existe um espaço de um
1526 fórum estadual dos trabalhadores eu acho que aí nós vamos cair naquilo que estávamos
1527 dizendo aqui "O que é âmbito estadual", né? É o fórum estadual ele... Aí ele tem âmbito
1528 estadual ele é de interesse dos fóruns organizados dentro do Estado, que não têm âmbito
1529 estadual. Se já existe a estância que é estadual essa da legitimidade que é o que a gente tava
1530 discutindo com relação à entidade, também. O que a gente determina que é de âmbito
1531 estadual? Aquele fórum legitimado como estadual pelos demais fóruns. Então, se existe o
1532 espaço é ele que tem... Que eu acho deveria ser contemplado aqui. **SANDRA:** Então, gente é
1533 justamente isso porque senão o que justifica os coletivos, lógico? O que justifica? Porque aí
1534 aquele... O Fórum que estiver mais articulado, bacana, eu tiro uma base aqui do fórum de Belo
1535 Horizonte, Nova Lima, também, mas o que a gente tem que fazer é fortalecer esse coletivo. Os
1536 representantes que... Pode ser até o que ta mais... Mais ativo, que pode ser Belo Horizonte,
1537 tudo, mas a gente tem que instigar e fomentar nos municípios a existência de fóruns porque é
1538 isso que enriquece o debate porque senão vão ficar as mesmas entidades, mesmos fóruns...
1539 Eu tiro uma base aqui pelo SINTIBREF que fizeram toda uma mobilização pra gente voltar para
1540 o âmbito municipal, e aí eu não estou... Não estou achando que ninguém tem que pensar como
1541 a gente... Eu falei "não, já ficamos no âmbito municipal por muito tempo, vamos dar licença um
1542 pouco e vamos deixar outras entidades participar porque a gente está até em âmbito
1543 nacional"... Então, assim, ninguém tem que pensar como a gente, mas eu estou dizendo assim,
1544 que para a política... E eu sempre pensei como... Para a política, não olho só o meu segmento...
1545 Que é mais rico você ter um, no caso de fórum... O FET, no caso, Fórum Estadual do
1546 Trabalhador, ter o assento aqui e lá o Fórum Estadual que tem obrigação, se ele tá parado,
1547 desmobilizado, é ele que vai articular o grupo dos fóruns, inclusive, fomentar a criação nos
1548 Estados, né? Eu participo do fórum estadual e sei, também, que nós estamos vivendo esse
1549 momento por conta de dessas... Todas essas agendas aí, esse acúmulo, mas nem por isso,
1550 pela questão agora, do momento agora, a gente vai fazer alguma coisa que é para política, né,

1551 que é para os outros plenos então assim, é o meu posicionamento. **ARLETE:** Arlete, Graal
1552 Buritizeiro. Então, eu fico vendo essa discussão, né, aquela história de uma faca de dois gumes.
1553 É uma questão é esta representatividade realmente ela dá conta de discutir política pública
1554 para o todo, né? Outra questão é o nosso enfraquecimento principalmente nos municípios no
1555 interior e aí eu sempre fico pensando, né? A partir das nossas práticas, das nossas vivências
1556 repente a gente acaba elegendo uma representação com esse afã da gente... Que realmente
1557 tem que ser assim, mas eu não sei agora, é da gente contemplar esses sujeitos neste Conselho
1558 ou em outro que seja estadual no momento onde nós lá na base precisamos muito, ainda, de
1559 capacitações, de organização e eu falo isso lá pelo meu município, do Norte de Minas de um
1560 modo geral. Porque as pessoas que acabam participando buscando discutir a política, a sua
1561 efetividade, a aplicabilidade, a acessibilidade essas pessoas acabam sempre sendo afastadas,
1562 então, quando a gente discute aqui a questão da participação de conselheiros nos municípios
1563 onde tivesse pelo menos a possibilidade de ter 100 pessoas nas Conferências eu ficava
1564 pensando "engraçado eu estou pensando o inverso", eu saí daqui pensando isso, agora, para
1565 o almoço e pensei, também, na reunião passada... Na reunião passada. Porque eu acho que
1566 quando você consegue 100, que você tá avançando, e aqueles que não conseguem colocar
1567 nem 20 e aí fica uma luta de depois sair ligando para as pessoas "você quer ser o
1568 representante?". Eu só queria colocar isso para isso aparecer depois na nossa forma de
1569 organicidade e de pensar esses municípios que realmente não participam não acessam porque
1570 não dão conta. **SIMONE:** Bem, anunciar e cumprimentar a presença da nossa ex-presidente,
1571 Maria. Muito bem-vinda! Bem olha só acho que o ponto... A conselheira Arlete tocou no ponto
1572 da questão do nosso debate aqui, né? Então nós estamos discutindo, continuamos discutindo
1573 o que a gente vai considerar como de âmbito estadual, né? Se vamos considerar de âmbito
1574 estadual a organização regional ou estadual... Se vamos considerar como de âmbito estadual
1575 as representações municipais, desde que eleitas em Conferência Estadual, ou se vamos
1576 considerar de âmbito estadual aquelas que têm atividades, né, em mais de um município. São
1577 três conceitos aqui colocados. E todos os três... Eles cabem no caso que nós estamos
1578 discutindo que é a representação das entidades, dos usuários, e dos trabalhadores, e dos
1579 conselhos no Conselho Estadual de Assistência Estadual. Não tem ninguém mais inscrito. VOZ
1580 AO FUNDO. Olha... De uma coisa parece que nós chegamos ao consenso. Ninguém quer que
1581 o âmbito estadual seja aquele que tenha atividade em mais de um município, certo? Então,
1582 esse conceito está fora. O debate aqui, então, é o seguinte... Não, nós vamos considerar, que
1583 vai se inscrever para representar no Conselho Estadual, os Conselhos Municipais advindos de
1584 indicação de URCMAS, não é isso? Os representantes dos usuários advindos de
1585 representação regional e estadual de usuários, entidades advindas de representação regional
1586 ou estadual de entidades e trabalhadores advindos indicados por fóruns regionais ou estadual
1587 de trabalhadores. Essa é uma alternativa. A outra alternativa é... Não, nós vamos aceitar que
1588 os Conselhos Municipais se inscrevam para o Conselho Estadual e vamos aceitar se ele for
1589 eleito em Conferência Estadual, nós vamos compreender que ele tem representação de âmbito
1590 estadual. E, assim, também, da mesma coisa, o representante dos usuários, o representante
1591 dos trabalhadores e o representante das entidades. Então eu acho que é isso que a gente
1592 deveria, vou abrir para mais uma rodada. Devem apresentar no Conselho Estadual os
1593 representantes advindos de representação regional e estadual, ou devem representar no
1594 Conselho Estadual as representações advindas de indicações municipais. Eu acho que é isso
1595 a questão. Eleitos em Conferência. VOZ AO FUNDO. Eleitos em Conferência. **WILLIAM:** Eu
1596 acho que não é um excluindo o outro, eu acho que é como o Wilson colocou... Por exemplo, se
1597 tiver, por exemplo, um Fórum Estadual que queira concorrer como fórum municipal... Eu acho
1598 que é pertinente, entendeu? Eu não sei nos outros segmentos, entendeu? **SANDRA:** Simone
1599 parece que a compreensão, quando você fala... Aí nós estamos pensando CRP, Sindicatos,
1600 CREAS, isso aí, se além a representação de fórum de trabalhadores, certo? Para esse

1601 segmento dentro da representação de trabalhadores de Fóruns. A minha colocação foi
1602 referente a fórum de trabalhadores. Tem muitos municípios que nem tem fórum municipal. Tem
1603 uns que estão mais articulados que o outro. Isso não se aplica ao CRESS, SINTIBREF, PSIND,
1604 aí é outra coisa. É exclusivo de representação de fórum de trabalhadores no conselho estadual,
1605 para colocar para depois... Vai tudo no mesmo bolo, dá confusão, aí exclui. VOZ AO FUNDO.
1606 **SIMONE:** Não, gente, vamos discutir porque tem que fica claro mesmo, Isabela. **ISABELA:** É
1607 que a gente está discutindo aqui aí eu vou trazer para a Plenária, para compartilhar, né? Por
1608 que o quê a gente está entendendo. Que a Simone está trazendo uma proposta da gente criar
1609 uma regra que seja geral, então, sejam entidades, conselhos municipais, fóruns de
1610 trabalhadores e tal, a gente seguiria a regra de compreensão de que âmbito estadual é aquele
1611 que foi eleito em Conferência Estadual independente se ele é um de um município específico,
1612 de regional ou estadual mesmo, ou... Assim que eu estou entendendo, viu Simone, não sei se
1613 é isso, né a sua proposta. Ou, se a gente vai adotar como regra geral para entidades, fóruns,
1614 representantes dos trabalhadores, usuários, com o que a compreensão de âmbito estadual é
1615 que de fato esteja no seu, né, sei lá... Na sua criação essa questão de ser regional ou estadual,
1616 que é... VOZ AO FUNDO. Que é... Independente... Não, que aí seria no processo de habilitação,
1617 né? No processo de habilitação ele já tem que já ter essa característica de âmbito estadual ou
1618 se a gente vai entender que o âmbito estadual vai ser dado pela votação lá no momento da
1619 Conferência. Mas aí, deixa só eu dizer por que eu estou dizendo isso. Porque aí é diferente do
1620 que a Sandra está trazendo. Porque a Sandra fala assim "Não, a minha proposta é só para o
1621 fórum" A Sandra está trazendo uma proposta que é específica, ela não está falando de uma
1622 regra geral, ela está falando de uma regra que é específica para o Fórum. No caso do Fórum,
1623 assim, eu acho que deve manter a redação, mas o que a gente está discutindo aqui é se a
1624 gente vai ter essa regra geral, entendeu? Que vai se aplicar pra essa compreensão para todos
1625 os âmbitos da eleição... Se é âmbito estadual ou não. **SIMONE:** Rodrigo, depois a Cristiane.
1626 **RODRIGO:** Rodrigo. Então, presidente, eu quero só dar um testemunho do que acontece no
1627 Conselho da Criança e Adolescente do Estado. Um grupo se uniu né? Um grupo do Estado se
1628 uniu e excluiu as entidades da capital. Isso é fato, isso acontece hoje na capital. Então, assim,
1629 com relação às entidades... Aí eu, de forma alguma, estou sendo contrário a Cristiane. Eu
1630 acredito que assessoramento de defesa de direitos está corretíssima, mas atendimento a gente
1631 corre esse risco... A gente corre esse risco. E aí assim, porque eu falo isso? Porque a minha
1632 colega lá, hoje, nem posse ela tomou, porque esse grupo se uniu lá e não deixa a gente... E a
1633 gente não tá querendo lugar, a gente não tá querendo placa, a gente tá querendo fazer a política
1634 pública... E ela tá indo, ela tá participando, mas a senhora sabe disso, presidente, né? Aliás,
1635 você, né? Sabe que isso acontece então a gente pode ter essa questão aí também, essa
1636 armadilha, né, no caso... Das nossas entidades, né? A gente já tem um exemplo já, né? VOZ
1637 AO FUNDO. Tem um grupo que se uniu em Minas Gerais, né, para pleitear as vagas no
1638 Conselho Estadual da Criança e Adolescente, excluindo as entidades da capital, né? Tá lá...
1639 Acontece... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Cristiane. **CRISTIANE:** Mas isso aconteceu devido ao
1640 quê? A ter... Não colocado a questão do âmbito estadual? Não entendi. **RODRIGO:** É, é... Eles
1641 mexeram na composição, né, na legislação, né? **CRISTIANE:** Uhum. **RODRIGO:** De tal forma
1642 que na hora da Conferência houve essa possibilidade, né? E aí eles conseguiram prevalecer
1643 lá na disputa, né, essa união do grupo que preencheu a titularidade de uma região só de Minas
1644 e as vagas que sobraram foram para quem estava lá, né? **CRISTIANE:** É. Eu não sei, eu acho
1645 que... Diz muito mais de força política, de organização, e não sei... Eu não sei se isso a gente
1646 consegue não evitar dentro... Com normatização do processo eleitoral, entende? VOZ AO
1647 FUNDO. Sim. VOZ AO FUNDO. Tá, eu não compreendi, mas só com relação, eu estava
1648 inscrita, presidente... Sou eu, agora? **SIMONE:** É. **CRISTIANE:** Então, a gente vai lá e vem cá,
1649 né. Você escuta um, eu acho que esse espaço aqui é bom por isso, né, porque você vai lá,
1650 você vem cá, você concorda, você discorda. Olha, eu acho que a gente ficar aqui, num Estado,

1651 853 municípios, discutindo quem que é de âmbito estadual e o que interessa a esse Conselho
1652 Estadual eu acho que a gente vai ter muita dificuldade... Eu acho que o que interessa a esse
1653 Conselho Estadual é a política que está sendo executada dentro desse Estado. Aí eu acho que
1654 se a gente fica fazendo essa discussão de quem que é de quem que é legítimo, de quem não
1655 é legítimo... Para estar aqui eu acho que isso vai ficar muito complicado. Se a gente estabelece
1656 que... Pode participar desse processo quem está dentro do Estado de Minas Gerais eu acho
1657 que a gente tem menos dificuldade, porque eu fico imaginando, se a gente estabelece aqui um
1658 critério pro Fórum de Trabalhadores... Estabelece um critério para entidades. É claro que
1659 recursos haverão se um alguém pegar e ler muito bem e prestar muita atenção nos detalhes,
1660 consegue abrir recurso, gente, com relação a isso. E quantos aqui, na verdade, dentro desses
1661 critérios que nós estamos fazendo serão eliminados, seriam eliminados hoje? Se os critérios
1662 fossem o que a gente está aqui discutindo, de âmbito estadual, municipal, o que quer que seja.
1663 Quem aqui seria eliminado da participação? Entende? Então eu acho que a gente tem que
1664 tomar muito cuidado com isso porque eu acho que o que interessa é o que está sendo discutido
1665 no Estado. E aí, se é... Que âmbito assim, eu entendo essa questão da organização, mas eu
1666 acho que a gente tem que ter um pouco de cuidado nisso aqui, porque se servir... "O pau que
1667 bate em Chico tem que bater em Francisco", também. **SIMONE:** Érica. **ÉRICA:** Bom, com
1668 relação aos trabalhadores eu entendo até a questão de que o fórum é um espaço muito legítimo
1669 para trazer essas pessoas para cá, esses representantes e tal, mas hoje a realidade que a
1670 gente tem é que eles não estão instituídos ainda. Então, pode ser que a gente abra vacância
1671 com isso. E aí perca, também, né, assim... Eu entendo que aqui etapa mobilizado, aqui o fórum
1672 funciona, a gente consegue trazer um representante, né, em Belo Horizonte isso não é o que
1673 se aplica, mas no interior a gente está construindo proposta para instituir os fóruns municipais
1674 que dirá os regionais e que dirá pra trazer para o estadual, então, assim, o debate ainda está
1675 engatinhando, ainda mais com troca de gestão, está muito complicado isso no interior e nos
1676 municípios, assim, a gente está fazendo briga de cabo de guerra mesmo, assim, cada um
1677 puxando pro lado, então, assim, a gente vai ter que discutir melhor isso assim, né, não consigo
1678 ver ainda como. **SIMONE:** Soyla, e depois Maria. **SOYLA:** Eu não tenho posicionamento, não,
1679 estou aqui refletindo sobre, sabe... Estou analisando os posicionamentos e estou pensando
1680 porque o meu pensamento é muito no sentido do CMAS mesmo, é a minha representação e é
1681 o pensamento que eu tenho. Eu penso lá nos municípios bem pequenininhos, sabe, porque a
1682 minha região é tudo porte 1. E em Paracatu mesmo só ontem formou o fórum de trabalhadores,
1683 né? Então, assim, quando eu vejo essa realidade eu penso em dois posicionamentos
1684 diferentes, o posicionamento de que a maioria dos municípios de Minas Gerais são porte 1, e
1685 a maioria deles, porte 1, porte 2 e porte médio não têm ainda o, vamos dizer, a adesão que
1686 Belo Horizonte tem, a gente hoje, participar com Belo Horizonte é uma injustiça, né, tanto que
1687 na Conferência estadual, quando eu saí eleita, eu falei assim "Eu vou perder pra Belo
1688 Horizonte", né? Então, assim, o que acontece? É um posicionamento e o outro é quando a
1689 gente analisa a representação dentro do fórum estadual. Lá tem representação de todas as
1690 regiões? Lá tem representação das nossas muitas Minas Gerais? São dois pensamentos
1691 diferentes. Ver se esse Estado... Esse fórum estadual nos assiste realmente, nos compreende
1692 quanto Minas Gerais e, por outro lado, se esses Conselhos Municipais têm força pra poder
1693 representar aqui, também, porque eu sei da dificuldade que é pra mim quanto assistente social
1694 sair lá de Paracatu, 9 horas de viagem e vir aqui. Eu acho até que a gente tinha que fazer umas
1695 reuniões itinerantes, viu presidente? Ir lá para Paracatu comer um pão de queijo... De vez
1696 enquanto uma plenária. **RISOS.** É isso. Eu estou é refletindo, ta? **VOZ AO FUNDO:** Quem é o
1697 próximo? **SIMONE:** Maria? **MARIA:** Uma boa tarde, né? A todos e todas. Eu acho que cheguei
1698 bem no momento bem conflitante, viu Simone? Se eu soubesse eu nem tinha passado aqui.
1699 Mas eu cheguei né? Analisando o debate eu vejo algumas coisas que é realmente do anseio
1700 nosso. Primeiro que eu acho que é uma questão que nós sempre demandamos que o CEAS

1701 tivesse uma grande demanda, ou melhor, demanda não, porque demanda a gente tem...
1702 Tivesse uma grande quantidade de propostas para fazer a disputa do espaço do CEAS. Eu
1703 acho que isso é uma coisa que a gente inclusive se comprometeu na última Conferência de
1704 trazer na... Nessa Conferência que tá vindo uma grande disputa entre as organizações seja de
1705 trabalhadores, de usuários e de Conselhos municipais, porque a gente sempre passa por
1706 aquele processo de fazer, né, esse processo eleitoral... Construir a resolução, divulgar e na
1707 hora lá de disputa a gente tem uma entidade para três vagas, duas entidades para quatro
1708 vagas, e no final da Conferência fica parecendo que o CEAS que foi irresponsável de boicotar
1709 um processo para poder aderir quem é simplesmente de única e vontade própria pelo menos
1710 é o que a gente passou na última Conferência. Então, eu acho que uma das coisas que precisa
1711 ficar certo entre nós é a certeza de que para a próxima Conferência nós temos que debater e
1712 achar a melhor metodologia o melhor caminho para garantir o máximo possível de participação
1713 de entidades de organizações que queiram estar no CEAS. E isso é um grande desafio, é um
1714 desafio que requer a gente levar o debate do CEAS para fora deste lugar para a gente não ficar
1715 sempre no meio dos dois anos do Conselho criando processo para ta recompondo vaga e
1716 porque esse desqualifica, né, toda a organização, luta e capacidade que o CEAS tem. Pelo
1717 menos é o que a gente... Eu hoje tenho de compreensão, portanto, eu acredito que a gente
1718 precisa realmente avançar para ter aqui no CEAS entidades que seja realmente de âmbito
1719 estadual considerando o nível e a situação que a gente tem de demanda que é dos conselhos
1720 municipais que é um caso à parte, mas eu queria reafirmar esse sentido, da necessidade da
1721 gente construir realmente esse processo para garantir entidades, seja de representação de
1722 usuários, de trabalhadores, de gestores, que seja de âmbito estadual, agora uma reflexão que
1723 eu quero clamar aqui para todos que estão aqui nesse lugar, de fato, hoje, o CEAS dá conta
1724 de mobilizar e trazer entidades de âmbito estadual para este lugar? Hoje, considerada já que a
1725 Conferência já tá por aí. Nós temos... Nós damos conta de mobilizar? Nós damos conta de
1726 fazer ocupar este lugar? Por exemplo, no caso dos usuários, nós damos conta de ter nesse
1727 lugar pra ocupar todas as cadeiras de usuário entidade de âmbito estadual? Essas entidades
1728 tão onde? Quem são elas? Como nós vamos ir atrás? Digo isso porque eu me lembro da vez
1729 passada, a gente bateu até na porta de muitas para poder estar aqui. Veja que a gente tem
1730 inclusive se a gente pegar aqui a representação de Quilombolas, que nós temos aqui, Isac e
1731 Joseane, um exemplo... Nenhum dos dois está inscrito enquanto Federação Quilombolas, mas
1732 Isac é diretor da Federação Quilombolas, vocês entenderam o que eu estou querendo dizer?
1733 Ele diretor, mas a inscrição dele não foi como Federação Quilombolas por diversos problemas,
1734 muitas vezes até de documentação na hora de se escrever. To trazendo essa realidade para
1735 gente refletir que talvez o grande avanço que o CEAS pode dar e construir caminhos não
1736 necessariamente, principalmente no caso do usuário não é querer que esteja aqui em
1737 documento entidades de âmbito estadual, porque talvez querer isso não é um caminho simples
1738 de se fazer, principalmente quando a gente debate no âmbito da questão dos fóruns de... Até
1739 porque construir os fóruns de usuário não é simples, vejo que o fórum estadual de usuário ele
1740 capenga e eu, inclusive, sou cobrada muito, mesmo eu não vindo aqui em toda a reunião eu
1741 sou cobrada muito, cadê o fórum de usuário, cadê o fórum de usuário... E eu sempre respondo,
1742 principalmente para o menino aqui do movimento de rua, o fórum de usuário... Não dá pra gente
1743 vim... Pessoa... Ele depende de uma articulação que vai muito mais além do que organizar o
1744 usuário, ele vai além de construir estratégias para garantir os usuários porque também ter um
1745 fórum estadual só com entidades metropolitanas não é um fórum que vai trazer a realidade do
1746 Estado de Minas que a gente tem e é nesse sentido que a gente precisa amadurecer e aí eu
1747 queria trazer esse sentimento, né porque eu acredito que... No demais agora nesse momento
1748 que nós estamos vivendo de conjuntura política e fora de Minas e aqui em Minas Gerais é o
1749 momento que nós vamos ter que rastrear o máximo de força possível, perto e mais distante de
1750 nós a gente precisa inclusive trabalhar muito para Conferência de Assistência, viu Simone?

1751 Nós temos agora uma Conferência convocada de saúde da mulher porque a primeira de Minas
1752 Gerais foi convocada para mil delegados. Até semana passada, nós prorrogamos o prazo e
1753 nós tínhamos 350 delegados inscritos, isso é a realidade hoje para realizar Conferências
1754 municipais não tá tão simples assim. E eu acho que essa Conferência ela tem um papel
1755 fundamental e a gente precisa focar em fazer uma Conferência o mais participativa possível
1756 com a maior garantia de representatividade e garantir um processo mais facilitado para ter uma
1757 participação que traga diversidade. Isso eu não estou querendo dizer, que a gente não tem que
1758 construir caminhos que possam possibilitar lá na frente à gente ter, de fato, um Conselho que
1759 só tenha entidades de representação de nível estadual, talvez colocar isso como critério, mas
1760 não como único critério de condição. Que entre as prioridades a prioridade seja pra quem seja
1761 de âmbito estadual. Mas não deixar só como fechamento único para Âmbito estadual porque
1762 assim você restringe demais. Mas eu acho que tem que ter esse critério, mas não fechando só
1763 para ser assim, entendeu? Mas trazer isso de repente como uma prioridade, como um ponto a
1764 mais, principalmente no caso dos usuários. **SANDRA:** Eu, né? Sou eu agora? Então, gente
1765 nessa linha mesmo aí de só metropolitana, só capital, por exemplo, eu vou citar um exemplo
1766 aqui do fórum municipal de trabalhadores BH, super. articulado, devo dizer que fazemos parte...
1767 Não estou achando culpado... Os trabalhadores governamentais. As plenárias são de 1 a 5, o
1768 secretário assinou liberando a sua turma e a gente não consegue lá na entidade fazer essa
1769 liberação de trabalhadores. Nós fomos chamados agora pelo coordenador da política de
1770 assistência social para a gente buscar estratégias para mobilizar a nos ajudar a mobilizar os
1771 trabalhadores porque as entidades não liberam não é porque não quer não é o horário de
1772 trabalho é pouco funcionário... Nós tivemos... O Fórum municipal dos trabalhadores de belo
1773 horizonte está muito rico com o trabalhador efetivo e depois do concurso. Eu sei por que eu
1774 acompanho o Conselho Municipal, depois que foi efetivado bacana, são legitimados, falam...
1775 Porque a denúncia que a gente vê aqui é que o trabalhador quando começa a falar uma coisa
1776 até no recrutamento amplo simplificado está sendo mandado embora. Então, a gente tem que
1777 estar atento por isso. Vamos defender só aquele que está forte. Eu defendo o Fórum Estadual
1778 por quê? Se não só vai ficar as mesmas pessoas e os mesmos municípios que já estão mais
1779 articulados, entendeu? É nesse sentido que eu falo, para a política. Os outros já estão
1780 normatizados, são os CREAS, o Sindicato, PSIND, SINTIBREF... Todos já estão com a
1781 estrutura. Eu acho bacana. Para o seguimento dos trabalhadores eu mantenho essa posição,
1782 colocando os argumentos com essa experiência que eu tenho. Teve até uma conversa aqui de
1783 no próximo a gente avança, mas não vai ser para esse pleito, né? **SIMONE:** Eu só vou lembrar
1784 o início da discussão. Tudo começou porque na hora da habilitação que é definido o âmbito
1785 estadual. Na hora da habilitação quem for se habilitar tem que demonstrar por papel que atua
1786 em mais de um município. Essa que foi a discussão. Aí começou a discussão que a gente
1787 poderia mudar o conceito de âmbito estadual, porque até agora o compreendido de âmbito
1788 estadual são aqueles que atuam em mais de um município. Essa é a discussão. Ai nós falamos
1789 “vamos considerar o âmbito estadual a comprovação depois daquele que for eleito em
1790 Conferência Estadual.” É diferente. É muito diferente. Nós estamos sempre discutindo isso
1791 com mesmo intuito de ampliar a participação. Agora, se vocês acham que é importante que a
1792 gente na hora da habilitação, do papel, a gente demonstre que a entidade, ou a representação
1793 dos usuários, deve apresentar nesse primeiro momento a documentação, a gente fica como
1794 está hoje, sem problema nenhum. Mesmo porque, até agora ninguém conseguiu apresentar
1795 uma alternativa que seja comum a todas as apresentações, né? No caso das entidades tem a
1796 inscrição nos Conselhos de Assistência Social, então dá para demonstrar dessa forma. Você
1797 solicita a inscrição, mas você não tem a mesma forma de demonstração no caso dos usuários,
1798 dos Conselhos Municipais e dos trabalhadores. Vocês estão... Está todo mundo balançando a
1799 cabeça. Então, significa que todo mundo acha que a gente deve continuar como está.
1800 **WILLIAM:** Eu posso dar uma ideia, gente? **SIMONE:** Deve! Vocês têm que me ajudar aqui, por

1801 favor. **WILLIAM:** É o seguinte... Simone, você tem uma capacidade de sintetização muito boa.
1802 E isso é muito admirável, não é gente? A Maria colocou uma coisa muito interessante. Eu acho
1803 que o que a Sandra colocou aqui é pertinente. Os trabalhadores das entidades estão
1804 completamente “podados”. Essa é a realidade. Eu concordo plenamente. Isso é uma coisa que
1805 até o Fórum aqui de Belo Horizonte reconhece isso, inclusive o fórum tenta buscar
1806 trabalhadores das entidades para participarem do fórum, mas não está conseguindo. Concordo
1807 plenamente! Inclusive agora, por exemplo, no Conselho Municipal, nós conseguimos com suor
1808 colocar um conselheiro trabalhador de entidade lá dentro para representar o Conselho em
1809 substituição de uma outra pessoa que saiu que era governo trabalhador governamental. Isso
1810 foi uma vitória para a gente. A gente gostou muito disso. Aí o que eu coloco o seguinte, quando
1811 a gente começa a legitimar esses espaços, onde que estiver, onde que for. Aí eu dou um
1812 exemplo aqui do Conselho de Belo Horizonte. Esse último pleito que conseguiu legitimar o
1813 Fórum dos Trabalhadores para participar e representar os trabalhadores lá dentro né? E que
1814 fortaleceu extremamente os trabalhadores, entendeu? Então, repito o que eu disse antes. A
1815 gente incluir as instituições a nível municipal é fortalecer esses movimentos a nível municipal.
1816 Quando o cara vai lá, chega ao prefeito e solicita para que ele participe de uma reunião aqui
1817 no Conselho, se ele for conselheiro ele vai liberar. Eu acho que é muito mais fácil de liberar se
1818 ele for conselheiro aqui. Inclusive tem todo suporte oficial, vamos dizer assim, para conseguir
1819 fazer com que essa pessoa venha e participe desse espaço aqui, senão ele será “podado” para
1820 sempre. Inclusive é uma forma de pleitear isso nas instituições. **SIMONE:** Olha só, eu vou tentar
1821 de novo, está bom? Prestem bastante atenção. Nós vamos considerar como de âmbito
1822 estadual os eleitos em Conferência Estadual, podendo ser indicado pelo município, ou pelo
1823 Fórum Estadual, ou por entidade estadual. É isso? **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Todos! Espera
1824 aí! Deixa eu repetir com calma. Às vezes eu não expliquei direito. Eu estou falando do conceito!
1825 Nós vamos conceituar para dar sentido ao que está na nossa lei estadual. Entendeu, Maria? A
1826 nossa lei estadual diz que representações têm que ser de âmbito estadual, então nós vamos
1827 ter que dar um conceito para esse negócio. Então, vamos conceituar que nós vamos considerar
1828 como de âmbito estadual os eleitos em conferência, mas eles podem vim de âmbito municipal,
1829 ou de âmbito regional e de âmbito estadual, entenderam? **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Claro
1830 que a gente vai ter que saber escrever esse negócio, né? Você Maria? Então está bom. Você
1831 entendeu Consolação? **CRISTIANE:** Basicamente: pode todo mundo que está na política de
1832 assistência social dentro do Estado de Minas Gerais e eleito na Conferência Municipal de Minas
1833 Gerais. **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Fala aí. **ISABELA:** É o que a Cris estava falando aqui. A
1834 gente pode entender âmbito estadual como âmbito territorial. Aquilo que está dentro do território
1835 do Estado de Minas Gerais é de âmbito do Estado. **SIMONE:** Que seja eleito em conferência.
1836 **ISABELA:** Seja eleito em conferência. Seja indicação do nível municipal, regional ou estadual.
1837 **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** E que seja eleito em conferência. É o que legitima né? **ISABELA:**
1838 O eleito em conferência já está dado porque eles vão ser eleitos aqui mesmo, né? O conceito
1839 de âmbito estadual que estamos falando é de estar dentro do território de Minas Gerais. Então,
1840 pronto! **SIMONE:** Não, Isabela! É importante que sejam os dois, porque senão vai exigir de
1841 novo o documento da habilitação. É isso o que eu estou falando. **VOZ AO FUNDO. SIMONE:**
1842 Fala no microfone. **SANDRA:** Gente deixa eu só perguntar. Posso falar? Quem vai... **SIMONE:**
1843 Espera aí! A Maria está inscrita, Sandra. Só um minutinho. **MARIA:** É só porque na forma que
1844 a Isabela e a Cris trouxeram aqui no final facilitou muito. Nesse caso aí descaracteriza a
1845 necessidade de comprovar estatutariamente. Vocês entenderam? **CRISTIANE:** Espera aí!
1846 Quando a gente disse que está dentro do território, eu tenho que comprovar que eu estou
1847 dentro do território. **MARIA:** Sim. Mas não necessariamente eu tenho que comprovar que eu
1848 atuo lá em... **CRISTIANE:** Vai ter que ter um documento porque vai ter que comprovar que está
1849 dentro do território de Minas Gerais, certo? Ou seja, na habilitação vai ter que ter um documento
1850 que comprove que eu estou dentro do território. Agora, a outra comprovação vai ser os votos

1851 que eu vou receber em conferência. **MARIA:** Sim. Isso mesmo. Eu concordei contigo. **SIMONE:**
1852 Sandra. **SANDRA:** A gente pensou que os outros segmentos entram tudo no “bojo”. **SIMONE:**
1853 Tudo, gente! Não saiu ninguém. **SANDRA:** E quem são os delegados? **SIMONE:** Os delegados
1854 são todos os delegados de conferência. **SANDRA:** Pois é! **SIMONE:** E pela nossa proposta:
1855 delegado, convidado... Tudo! **SANDRA:** Não! Ela perguntou quem elege. O segmento de
1856 trabalhador são os trabalhadores, né? **SIMONE:** Delegado e trabalhadores. Conselheiros
1857 votam em conselheiros, usuários em usuários... **SANDRA:** Ok. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:**
1858 Pode falar no microfone. **DAYANA:** E sociedade civil vota em CMAS de sociedade civil. É isso?
1859 **SIMONE:** Quem vier do Conselho Municipal de Assistência Social dos municípios votam em
1860 Conselho Municipal sociedade civil, ou escolhe. Como que está a regra aí, Consolação?
1861 **DAYANA:** Escolhe. É sociedade civil em si, não é? **SIMONE:** Então, vamos para frente. Qual
1862 que é o próximo destaque, por favor? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Conselheiro Wilson, no Art.
1863 7º §2º. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Conselheiro Wilson repete para nós. **WILSON:** A colega
1864 está até discordando de mim aqui, mas aí vocês analisam. “Onde o restante dos documentos
1865 também...” **SIMONE:** Fala o artigo, parágrafo, inciso. **WILSON:** Art. 7º §2º. VOZ AO FUNDO.
1866 **WILSON:** Art. 8º §2º. Desculpa! É porque está tão agarrado. Acharam aí, gente? **SIMONE:**
1867 Achamos. **WILSON:** É questão de português: “onde o restante dos documentos também
1868 poderão ser encaminhados.” Eu entendo que é o correto. **SIMONE:** Está em debate o sujeito
1869 da oração. RISOS. **SIMONE:** E por Deus do céu! Se a Secretaria de Educação der opinião dela
1870 está dada, vai ser isso que nós vamos acatar! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É o restante...
1871 **WILSON:** Ah, então tá! Desculpa a vergonha que eu passei. **SIMONE:** Conselheiro Wilson,
1872 você nunca passará por vergonha neste Conselho. **LUIZ GEORGE:** Simone! **WILSON:** Simone,
1873 obrigado. **LUIZ GEORGE:** As duas formas estão corretas, viu? **SIMONE:** Pronto! As duas
1874 formas estão corretas. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Qual que é agora, Consolação? VOZ AO
1875 FUNDO. **SIMONE:** Art. 8º, inc. IV. William. Você está aí, William? VOZ AO FUNDO. **ISABELA:**
1876 O meu destaque é no Art. 10, inc. IV. **WILLIAM:** O meu também. **ISABELA:** Aqui a gente está
1877 falando: para as entidades e representações socioeducativas de trabalhadores. Aí fala a lista
1878 de documentos que estão exigidos. Só que a gente disse lá no Art. 2º que para a representação
1879 de trabalhador vale o fórum. Aqui a gente está exigindo o CNPJ. Eu não sei se é de
1880 desconhecimento meu, mas eu acho que o fórum não necessariamente vai ter um CNPJ, né?
1881 **WILLIAM:** É a mesma indagação minha. **ISABELA:** Estatuto, posse de diretoria... Então, eu
1882 acho que a lista de documentos aqui não está contemplando o fórum. Talvez a gente tem que
1883 separar que a entidade representante de trabalhador são esses documentos, e para os fóruns
1884 são outros documentos semelhantes aos do Fórum de Usuários, que tirou essa exigência
1885 formal. **SIMONE:** É porque essa foi a grande discussão na última eleição. Eu não entendo!
1886 Parece que a gente não acumula! A gente repete, repete e repete a mesma coisa.
1887 Impressionante isso! **WILLIAM:** Fala o que aconteceu na última. **SIMONE:** A gente tirou os
1888 documentos para facilitar a última eleição, mas eles voltam nessa de novo. Entendeu? É isso.
1889 **ISABELA:** Eu acho que para as entidades a gente costuma exigir mesmo, né? Para os fóruns
1890 que não. Teria que incluir um inciso que trate dos Fóruns de Representantes de Trabalhadores.
1891 Seria semelhante ao dos usuários que exige só declaração e tal. **WILLIAM:** Deixa eu fazer uma
1892 sugestão? Pode? A gente teve esse problema também no nível municipal, mas a gente
1893 conseguiu resolver de uma forma bem simples. Os fóruns têm que comprovar o seu
1894 funcionamento por meio de duas atas do ano em exercício. Foi só isso, mais nada. Nós temos
1895 aqui: cópia do estatuto. O fórum nem sempre tem estatuto. **SIMONE:** Não tem. **WILLIAM:** Eu
1896 acho que nem tem, na verdade, e nem é objeto disso, né? **SIMONE:** Não. **WILLIAM:** Diretoria
1897 também não tem! **SIMONE:** Não tem. **WILLIAM:** O que mais? CNPJ piorou né? E é isso.
1898 **SIMONE:** Então, no caso dos fóruns, a sugestão do William é que o documento sejam duas
1899 atas no período do exercício. **CRISTIANE:** Tem quórum mínimo? VOZ AO FUNDO.
1900 **CRISTIANE:** Tem coordenação, né? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É informal. **WILLIAM:** A

1901 coordenação dos fóruns geralmente é feita pelos trabalhadores e é coordenada de forma
1902 horizontal, não tem presidente, mesa... Não tem isso, não. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Fale
1903 no microfone. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Então foi acatada ali gente? Próximo destaque. VOZ
1904 AO FUNDO. **SIMONE:** Art. 10, §1º, Soyla e Cristiane. **CRISTIANE:** É com relação a essa
1905 espécie de redação por escrito aí do conselheiro. Eu acho que isso aí ele acaba sendo
1906 eliminado pelo anexo 5, que é o termo de compromisso. Eu acho que nada é maior do que esse
1907 termo de compromisso do que esse texto. VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Pois é! Eu acho que
1908 ele é desnecessário se você tem aquele anexo lá como um termo assinado, como um
1909 compromisso que conselheiro... O conselheiro já vai ter assinado isso aqui como compromisso
1910 de ter essa postura enquanto conselheiro. Eu trago uma questão que é uma reflexão. E aí, a
1911 Simone acaba que derruba isso quando ela fala que a cadeira no CEAS é vista não para a
1912 entidade, para conselheiro. **SIMONE:** Quem derrubou foi eu não. Foi o Supremo. Eu sou
1913 completamente contra. **CRISTIANE:** Pois é! O desafio que temos dentro de outros Conselhos...
1914 E aí, eu não sei os meus colegas de entidades... Não é o caso da entidade que eu represento,
1915 eu não tenho nenhuma dificuldade de estar aqui. A entidade que eu represento ela entende
1916 como prioridades estar aqui. Mas outras entidades a gente percebe que às vezes participa do
1917 processo e na hora do conselheiro estar e participar das atividades encontra dificuldades às
1918 vezes dentro da entidade. Não é o caso da minha, mas é o caso de muitas. Eu imagino que
1919 seria muito mais interessante ter aqui dentro dessa minuta alguma coisa que fale da fala do
1920 dirigente, do compromisso, do que do próprio conselheiro. Eu acho que conselheiro ele já vai
1921 assinar aqui atrás um anexo, entendi? O dirigente, com relação à presença do conselheiro aqui,
1922 não tem nada no processo, entendi? E são utilizados os documentos da entidade, do dirigente
1923 que assina a representação, mas não tem nada aqui... Não tem nenhum compromisso dele
1924 com essa representação. Eu acho que faria muito mais sentido isso aqui para o dirigente do
1925 que para conselheiro, uma vez conselheiro ele já está assinando o anexo 5 do seu
1926 compromisso enquanto conselheiro das suas atividades. **SIMONE:** Olha Cristiane, eu entendo
1927 que é o conselheiro que está aqui, a pessoa física, ele representa a entidade. Então, é até
1928 uma contradição ter que pedir da entidade que vai liberar para participar disso ou daquilo.
1929 Diante disso ele já apresenta entidade, né? Eu não sei, fica meio esquisito. Soyla. **SOYLA:** É o
1930 destaque no Art. 10, §5º, inc. D. Não! Não é no D não, gente. Eu estou apontado para o lugar
1931 errado, desculpa. É no §1º do Art. 10: como pré-requisito ao pleito, os candidatos da sociedade
1932 civil dos Conselhos deverão providenciar por escrito, em uma lauda com 1000 caracteres,
1933 escrito em fonte arial, tamanho 12, um resumo das atividades desenvolvidas pela entidade ou
1934 órgão que representa, bem como os motivos pelos quais deseja ter acento no CEAS, bem como
1935 ter assinado um termo de compromisso com Conselho, caso seja eleito. Eu acho mais questão
1936 de formulação mesmo, sabe? Com pré-requisito ao pleito os candidatos da sociedade civil e
1937 dos Conselhos... Eu acho que ficou meio esquisito, sabe? Volta aquela questão levantada por
1938 você, Simone. Sociedade civil é dos Conselhos? Entendeu? VOZ AO FUNDO. **SOYLA:** É no
1939 §1º do Art. 10, na página 4. Ali na primeira linha: como pré-requisito ao pleito os candidatos da
1940 sociedade civil e dos Conselhos... Parece que separou, sabe? Ficou uma coisa esquisita. Ficou
1941 mal formulado! É o mesmo problema da situação inicial lá. **SIMONE:** Entendi! Ela só está
1942 lembrando para nós que tem corrigir aqui também, né? **CRISTIANE:** Simone, em cima do que
1943 você disse... Em cima não, do lado! Em cima jamais! Então, ao lado que você disse com relação
1944 ao que você disse, o que eu estou dizendo é que não é que o conselheiro já está representando
1945 a entidade. O que eu estou dizendo é que a entidade faça o pleito a cadeira, certo? O que faz
1946 um link diligência com essa cadeira? Porque indicar representação... **SIMONE:** Gente, por
1947 favor. **CRISTIANE:** Indicar representação é uma segunda questão. A primeira coisa é solicitar
1948 participar do processo para essa cadeira que não existe nenhum envolvimento do dirigente
1949 nisso. É isso o que eu estou dizendo: o compromisso com a cadeira. A representação ela vai
1950 vim aqui... Eu, enquanto conselheira indicada tenho que me comprometer para estar aqui

1951 porque fui indicada para isso, e assumir e desenvolver essas competências que estão aqui
1952 dentro do termo de compromisso. Isso é uma coisa. Outra coisa é essa cadeira, a cadeira que
1953 a estar aqui. Aí faz sentido dizer qual que são os motivos que deseja ter esse assento. Quem
1954 que o assenta não sou eu como representante, eu só estou sendo indicada. O interesse da
1955 entidade. E eu acho que deveria ter aqui essa relação de ser para o dirigente. VOZ AO FUNDO.
1956 **CRISTIANE:** É o dirigente, não o indicado. VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** É. Se eu saio hoje,
1957 a cadeira continua sendo do Instituto. Se eu saio hoje da entidade a cadeira continua. **SIMONE:**
1958 Espera aí! Eu vou pedir aos conselheiros Sandra e William se quiserem falar, por favor, se
1959 inscreva. Eu estou com dificuldade de compreender aqui, sinceramente. Me ajuda aí gente!
1960 **CRISTIANE:** Então, como eu dizia... A cadeira... **SIMONE:** Mas o que você está falando Cris?
1961 VOZ AO FUNDO **CRISTIANE:** Isso, do Art. 10. É a mesma coisa. Eu estou dizendo que esse
1962 pré-requisito aqui do pleito os candidatos devem apresentar por escrito mil caracteres e tal...
1963 Eu estou dizendo que, no caso da entidade, esse pré-requisito aqui de mil caracteres deveria
1964 ser escrito pelo dirigente e não pelo seu indicado porque a cadeira é da instituição, a cadeira
1965 não é do conselheiro. O conselheiro ele se compromete com esse Conselho através do anexo
1966 5 quando ele diz das suas competências. Se eu enquanto funcionária sair hoje do instituto, a
1967 cadeira continua sendo do instituto. Então, é preciso ter um compromisso com a cadeira. É
1968 isso o que eu estou dizendo. **SIMONE:** Conselheiro Isac. **ISAC:** Ainda neste ponto, eu queria
1969 entender é o propósito dessa mensagem aqui. Eu estou entendendo como se fosse uma
1970 propaganda do candidato, na eleição os candidatos teriam espaço para fazer isso. Então, não
1971 precisava mandar isso antes. Esse é o meu entendimento. Eu entendo que isso aqui vai ser o
1972 termo de compromisso depois de eleito, mas essa comissão vai julgar admissão desse para a
1973 eleição. Quem vai eleger é Conferência! Isso aqui tem que ser passado é no momento de
1974 eleição, a meu ver. **SIMONE:** Conselheira Isabela, depois é a Consolação. VOZ AO FUNDO.
1975 **CONSOLAÇÃO:** Só quero prestar esclarecimento do motivo porque isso veio realmente para
1976 resolução. Não sei se vocês repararam na leitura, não existe mais... A gente conversou Não
1977 existe o momento em que para Conferência reúne assembleias simultâneas para votação, vai
1978 ocorrer a votação de 9h às 19h. Então, vai ser paralelo aos eventos. É para não tomar um
1979 horário dentro da Conferência. As pessoas que estão nas conferências não vão votar fora. Se
1980 a gente tem o que cada entidade fala, cada entidade faz e o compromisso, só estaria lá para
1981 as pessoas terem acesso do que é santidade. Ninguém vai se apresentar coletivamente foi por
1982 isso que pensou então como que a gente pode fazer isso para apresentar a entidade. Foi isso
1983 que foi discutido. E aí, os conselheiros falaram “então vamos fazer um texto...” E aí, foi colocado
1984 “mas não pode ser um texto geral, tem que limitar tamanho...” Aí por isso que saiu dessa form.
1985 Mas a proposta é essa, que realmente todo mundo tenha acesso já que vai acontecer de 09 às
1986 19 horas. **RODRIGO:** Gente, o que a gente estava pensando é quebrar esse desrespeito.
1987 Existe o desrespeito mesmo, né? Então, se gente falar lá que o processo não chegou, eles vão
1988 culpar, a entidade vai culpar a comissão organizadora. Então, cobrar a regional da SEDESE.
1989 Deu vontade de ir embora porque eles apontaram para a gente... E nós éramos quatro, né? A
1990 gente vai dar texto? Ah, gente! Para né? Assim não dá né? Então, assim, a minha entidade me
1991 disponibiliza poder vim aqui. E aí, chega uma entidade... Eu sei quem é a entidade, e ela vai
1992 fazer um protesto contra mim? Então, assim, a proposta nossa é tentar quebrar um pouco essa
1993 estratégia de mérito da gente lá no momento. Agora é o seguinte, se tiver outra proposta... É
1994 pertinente. Quem estava viu né? Várias pessoas que estiveram lá presenciaram isso. Agora,
1995 quem não estava, fique sabendo que é isso que rola. Se a gente não deixar bem claro as coisas
1996 o pessoal joga pedra na gente, desmerece a gente, desmerece quem estava conduzindo o
1997 processo lá merece, desmerece todo mundo! Até o CEAS também! Obrigado. VOZ AO FUNDO.
1998 **SOYLA:** É bom até que se grave! A competição foi tão acirrada no sentido de grosseria entre
1999 os candidatos, que a gente chegou a uma sala... Eu tive medo de abrir minha boca porque os
2000 conselheiros... Quem não está aqui em inclusive, que não foi eleito, né? Para nossa benção!

2001 RISOS. **SOYLA:** Um conselheiro apontando o dedo na cara do outro, um candidato apontando
2002 o dedo na cara do outro, gente! Eu saí de lá tão rebelde! A Érica me conheceu desta forma, foi
2003 a pior coisa da vida! A Érica falou assim “eu pensei que você era uma pessoa agressiva.” Eu
2004 falei para ela assim “não vai começar, não? Se não estiver todo mundo aqui...” Eu estava na
2005 pilha, gente! Tanta gente agressiva podendo o dedo na minha cara falando para mim também
2006 que não foi divulgada a eleição e, que por isso, a gente foi privilegiado. Umas coisas absurdas
2007 que eu ouvi! Faltava me bater lá na sala, gente. Não me coloque mais aquela sala! Pelo amor
2008 de Deus! É muito complicado mesmo, mas eu acho... Eu ainda defendo que a gente tem que
2009 defender nossa fala sim lá na frente. Esse negócio de colocar só no papel... Eu sei do trabalho
2010 que a gente vem realizando... Todos aqui presente não é ingênuo, não. Todo mundo já está
2011 realizando um trabalho. Já estão acontecendo as campanhas das entidades. Não é campanha
2012 eleitoral, gente! A gente já está realizando o nosso trabalho, a gente vai mostrar esses trabalhos
2013 realizados. Mas, porém, eu acho importante a gente ter uma fala lá! Agora, quanto o que
2014 aconteceu lá Rodrigo de conselheiro inclusive ir lá e falar bobagem e aquilo ficar mal para nós,
2015 aquilo eu acho que tem se levado para comissão de ética, sabe? É uma coisa muito grave! É
2016 o nome do CEAS, sabe? Porque está na condição de conselheiro estadual. Agora, quanto a
2017 gente estar aqui, a gente tem que ter direito a fala sim. Eu acho importante. Eu tremi, fiquei
2018 nervosa... Olhei para a Simone, a Simone olhou para mim e falou “vai lá! Fala!” Ela me deu
2019 maior força para eu levantar. Eu acho importante, gente. A gente tem que ter voz. Os municípios
2020 vão estar lá também e vão querer falar, sabe? E tem município infelizmente que ainda não tem
2021 muita coisa para mostrar porque não tem força para mostrar, sabe? Eu acho importante a fala
2022 sim. **CRISTIANE:** Então, lembro muito bem conselheiro, estava do seu lado! Recém chegada
2023 ao CEAS... Eu falei “Jesus Cristo!” Eu fico pensando se a gente fazer dessa forma eu acho que
2024 é uma estratégia que está sendo pensado também e não deve ser desconsiderada. Nós vamos
2025 reduzir esse sentimento e essa fala, sabe? Que é da coisa “ah! eu não soube, eu não fiquei
2026 sabendo...” E aí, a gente então bate também naquela questão que os Conselhos Municipais
2027 também não fazem esse papel. Eu acho que a gente também tem que ver aqui dessas
2028 aberturas todas das conferências municipais e das conferências regionais se essa informação
2029 é levada. Mas eu fico imaginando se isso também não é uma questão para ser colocado na
2030 mesa. Eu acho que uma das mesas da Conferência tem que discutir essa questão da
2031 representação também, sabe? Dentro desse espaço. Eu acho que uma discussão ampla lá
2032 talvez também reduziria esse desconforto que é colocado no momento da eleição. Eu não sei
2033 se trazer para o escrito reduz o conflito e essa sensação, sabe? De não ser contemplado. Eu
2034 imagino que a gente tem que trazer isso para uma discussão, para um microfone aberto
2035 mesmo, ser debatido lá no pleno mais amplo mesmo dentro da Conferência esse processo
2036 mesmo de eleição. Sempre achei... E aí, é uma questão que... Claro, operacionalizar isso... A
2037 secretaria executiva vai falar que essa menina ficou doida! Mas assim, operacionalizar isso eu
2038 acho que seria difícil, mas eu sempre achei que o credenciamento para os conselheiros deveria
2039 ser na própria Conferência, porque esse anterior, as instituições e os interessados na cadeira,
2040 deveriam ir para Conferência com sua documentação e se inscrever lá, exatamente para não
2041 ter esse conflito mesmo, essa dificuldade de que anterior eu não tive essa informação. A
2042 informação que eu tinha era só queria conferência e eu não sabia que lá dentro teria a na
2043 eleição. Foi muito que a gente ouviu lá! “Ah, eu não sabia que ia ter eleição hoje na
2044 Conferência, fui informada aqui.” Eu acho que se a gente consegue trazer todo esse processo
2045 para dentro da Conferência, a gente reduziria essa questão mesmo, esse desconforto, sabe?
2046 **SIMONE:** Deus me livre, viu gente! Quem está participando da comissão do processo eleitoral?
2047 Rodrigo, mais quem? Maria... Vocês fizeram todos os debates lá antes de trazer para cá? VOZ
2048 AO FUNDO. **SIMONE:** É. Porque eu estou só conduzindo. Eu acho que é uma coisa... Tem
2049 que ficar claro aqui quem define. Quem conduz o processo eleitoral da sociedade civil é a
2050 sociedade civil. Aqui a gente está deliberando sobre o modelo que foi discutido por vocês. Eu

2051 acho que não está e discussão aqui no modelo ser tudo feito na Conferência. Vocês vão querer
2052 discutir isso? É uma coisa... É outro modelo, não é Maria? Aí eu não sei... Vocês que tem que
2053 avaliar. Vocês que tem avaliar se a gente vai discutir isso aqui, agora. Essas coisas são todas
2054 muitas sérias, tem que ser medidas pelas coisas que a Maria colocou aqui. Dependendo do
2055 modelo, são as pessoas que vão chegar aqui nesse conselho. E a gente não pode confundir
2056 democracia com democratismo. Eu não exatamente. Eu acho... O Rodrigo pode ter me ajudar.
2057 A nossa vice-presidente não está aqui, mas tem a Joseane, tem a experiência da Maria que foi
2058 nossa presidente, pode nos ajudar aqui. Eu não sei se a gente deveria discutir esse nível, se a
2059 gente não deve ter nenhuma habilitação ou se deixa para a hora da Conferência para ver para
2060 ver quem vão ser os candidatos. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Maria. **MARIA:** Pessoal, eu acho
2061 que nós temos que avaliar algumas situações. Primeiro, eu acho que a gente não está livre,
2062 por mais que a gente possa criar o processo mais belo do mundo, mais democrático do mundo
2063 e mais discutido do mundo, nós não estamos isento de na próxima Conferência termos uma
2064 situação muito parecida. Isso envolve no pensamento das pessoas o lugar que ele acha que
2065 ele poderia ter tido. É uma situação que perpassa também por eu discordar politicamente de
2066 qualquer situação que eu acho que eu tenho que discordar. E nas Conferências isso é natural.
2067 Nessa Conferência próxima que está vindo o cenário ele vai está muito mais acirrado do que
2068 na outra. Muito mais associado! Então, o risco de a gente ter embates como esse que
2069 aconteceu é muito maior, de nível ainda muito mais agressivo. O que eu acredito... Eu estou
2070 dizendo isso porque eu acho que não é dentro da conferência que nós temos que deixar tudo
2071 solto, será que vamos dar conta? É no sentido de organizar, conduzir a Conferência e dar conta
2072 de habilitar a entidade e a pessoa para concorrer. A gente foge do controle. Eu não quero
2073 como parte da comissão eleitoral, assumir isso, de habilitar dentro da Conferência. Primeiro,
2074 como que vai ser os critérios? De fato, quem vai fiscalizar isso? Isso vai exigir uma estrutura
2075 que vocês não têm dimensão. Eu acho que essa hipótese não vai funcionar. Assim como o
2076 Rodrigo e os trabalhadores, nós, aqui no usuário, também não foi diferente. O embate veio
2077 mesmo, de dizer que como é que isso se sucedeu... Que vocês não divulgaram... Que nós
2078 vamos denunciar... O que nós temos que ter clareza é de que fizemos o papel de divulgar, de
2079 enviar por os Conselhos Municipais, de comunicar os gestores, de comunicar as regionais...
2080 Talvez agora nós temos que ampliar, não formalizar direto só os Conselhos Municipais. Temos
2081 que formalizar de forma mais ampla. As regionais da SEDESE podem ajudar muito nisso, pegar
2082 os Fóruns Regionais de governo aí... A gente ampliar o espaço de mobilização e divulgação
2083 desse processo. Talvez seja um caminho. Outra coisa que eu acho que pode ser apresentado
2084 nas Conferências Regionais, foi uma coisa que não aconteceu na conferência passada, é de
2085 no momento das Conferências Regionais a gente falar que está rolando processo eleitoral. Eu
2086 acho que na hora que a gente falar nas conferências regionais a gente torna público e exime a
2087 gente de ouvir “ah, mas eu não sabia.” Toda pessoa que vim para Conferência estadual, exceto
2088 algumas mínimas, vai passar pelas regionais, então eles não vão ter como dizer que a gente
2089 não falou. Então, acho que falando na Conferência regionais, ampliando os espaços de
2090 divulgação, a gente já vai cortar essa história de que “vocês não falaram, eu não fiquei
2091 sabendo.” Até porque é naturalmente que lá no gestor, quando ele não está interessado, no
2092 Conselho que não reúne com frequência... A gente sabe disso, que os Conselhos não sé
2093 reúnem com tanta frequência, não debatem o que devem debater com tanta frequência... É
2094 natural que quem venha não tem dimensão mesmo não. Então, quando ele tiver na regional, e
2095 a gente falar, ele vai saber, ela vai cobrar do gestor dele municipal. Eu vejo que esse é um dos
2096 caminhos. Mas deixar para habilitar na conferência estadual... Eu acho que é pior opção.
2097 Simone, eu acho que a gente vai ficar sobrecarregado ainda mais, porque vai vim uma disputa
2098 que vai ser além de querer uma vaga no CEAS, vai ser uma disputa política mesmo, de
2099 disputar mesmo esse espaço enquanto demanda de corrente, ou vice-versa. **SIMONE:**
2100 Rodrigo. E aí, depois eu vou encaminhar. **RODRIGO:** Então, presidente, quando a gente

2101 assentou em momento algum a gente discutiu o âmbito. Eu tenho que ser bem sincero com
2102 vocês. A gente não discutiu o âmbito, por quê? Porque a gente passa do pressuposto que a
2103 gente tem aí resoluções que estão claras para gente. Então... Eu falo do meu exemplo. Eu
2104 tenho lá a 14 que me ampara para eu chegar ao que eu pensei na discutir lá na comissão. Eu
2105 não estou falando que a gente tem que vencer, ou então a gente tem que cercear as propostas
2106 que foram apresentadas aqui. O pensamento nosso da comissão é para ser apreciado dentro
2107 de uma segurança jurídica que a gente tem dos nossos regulamentos. Agora, se vai ter
2108 inovação, se vai ter algo a mais, aí não dá para gente... Eu penso até para a gente prosseguir,
2109 uma vez que vamos fazer um avanço. Até aqui a gente não tinha discutido. Eu vou ficar até
2110 vendido com os meus colegas que não estão aqui da comissão, estão ausentes, porque a gente
2111 discutiu certas coisas. O âmbito mesmo eu não discuti com eles, então não condiz com aquilo
2112 que a gente pensou. É isso o que eu queria falar. Não sei se vai fortalecer entendimentos para
2113 os demais conselheiros, mas a gente não tinha pensado ir além do que a gente propôs. É isso.
2114 **SIMONE:** Ficou claro. Então, nós vamos manter o processo de habilitação com a sugestão feita
2115 pela Cristiane, de ser preenchido aqui pelo dirigente da entidade. É isso, não é Cristiane? Ela
2116 que vai dizer por que ela pleiteia ser candidata a conselheira no Conselho. Qual que é o
2117 próximo? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Art. 11 §3º. Quem? Wilson. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:**
2118 No caso da Cristiane gente, ela colocou dirigente de entidade. No caso do Conselho, tem que
2119 ser o presidente do Conselho. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Isso tem que ficar claro. Você anotou
2120 Consolação? Então, vamos Wilson. **ANA CRISTINA:** Art. 11 §2º fala do prazo dos três dias
2121 que a pessoa tem para colocar o recurso se ela discordar com processo. E no Art. 3º fala que
2122 da decisão do recurso, mas não fala o prazo que a gente tem para responder esse recurso.
2123 Mas depois eu estava vendo que no anexo 4 tem, não é? É até dia 22 de setembro. Eu queria
2124 saber se pode colocar... **SIMONE:** Eu acho melhor sinal, você tem razão. Está certo,
2125 Consolação? Ok então. Já registramos. Muito obrigada. Conselheiro Wilson, no Art. 16 §6º.
2126 **WILSON:** Era uma questão de português. Depois eu revi melhor e vi que está certo. **SIMONE:**
2127 Tá. Mas quem, Consolação? **WILSON:** Aproveitando que eu estou com fala... Já até passou
2128 dessa parte. No Art. 12 no §2º fala: “é vedado concorrer em mais de uma vaga do CEAS.”
2129 Perfeito! Agora, depois fala assim no Art. 14 §2º: “fica vedada também a duplicidade de
2130 representação do candidato.” Eu nem estou questionando essa questão, eu só quero entender
2131 isso aqui. Ele só vai se candidatar em uma vaga, então para ele se candidatar a essa vaga ele
2132 vai está representando uma entidade específica. Agora, quando fala aqui em baixo que é
2133 vedada a duplicidade de representação... Como assim? Eu não estou entendendo isso aqui.
2134 Ele trafega entre duas entidades diferentes? VOZ AO FUNDO. **WILSON:** É a mesma coisa.
2135 Então, eu acho que deveria tirar esse parágrafo. **SIMONE:** É a mesma coisa? De certa forma,
2136 ou é a mesma coisa? Então, vamos ler. Marta lê para nós, por favor. **MARTA:** Eu vou ler o
2137 artigo inteiro? Então, eu vou ler todo o artigo. O pedido de habilitação de candidatura será
2138 dirigido a comissão organizadora do processo eleitoral especificamente em qual categoria de
2139 representação se candidata. As vagas serão em número de 24, sendo 12 titulares e 12
2140 suplentes distribuídas da seguinte forma: quatro representantes de usuário ou entidades;
2141 Quatro representantes de entidades e organizações de assistência; Quatro representantes de
2142 entidades e organizações representativas dos trabalhadores; Oito representantes dos
2143 Conselhos Municipais, sendo dois titulares e dois suplentes governamentais ou não
2144 governamentais. É vedado concorrer em mais de uma vaga no CEAS. **WILSON:** Isso. Aí depois
2145 você vai lá ao §2ª Art. 14º. **MARTA:** Aí no Art. 14º §2º fala do ato de eleição. Aqui é o pedido
2146 de habilitação. Depois o outro está dizendo do ato de eleição. Então, vamos ler. É outro
2147 capítulo. A eleição realizar-se-á de 09 às 19 horas dia 10 de outubro na Conferência, na
2148 presença de representantes da comissão eleitoral e funcionários do CEAS. Para esse ato, será
2149 solicitado apoio da SEDESE. Fica a vedado também a duplicidade de representação do
2150 candidato. Não tem propósito, mesmo. Se ele se habilitou na habilitação, isso já não permite.

2151 VOZ AO FUNDO. **MARTA:** É. Realmente não no ato de eleição ele concorrer a outra vaga.
2152 Realmente não tem propósito. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Fala no microfone, gente. VOZ AO
2153 FUNDO. **MARTA:** Um é na habilitação, outro é no dia da eleição, no ato da eleição. A regra é
2154 a mesma. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Tira alguma coisa, gente? É isso o que eu quero saber
2155 excluiu. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É consenso tirar o §2º do Art. 14. **WILSON:** Isso. Dayana,
2156 no formulário de designação. **DAYANA:** Na verdade não é só nesse formulário, são em todos!
2157 A nossa orientação é que temos que colocar o nome social. Eu peço que acrescente em todos
2158 os lugares que, para preencher o nome, que tenha também o nome social. **MARTA:** É. Na
2159 época eu não fiz destaque. Mas me ocorreu desse termo de compromisso o conselheiro cumprir
2160 competências que são competências de conselheiro. Como isso já está no regimento interno,
2161 quando ele se torna conselheiro, ele precisa observar o regimento interno. Inclusive a conduta
2162 ética que a gente tem é regulamentado nesse Conselho também. Eu fiquei pensando que, ao
2163 invés de ser um termo de compromisso, que ele nesse anexo 5 declarasse que ele recebeu
2164 informações do CEAS de quais são as competências de um conselheiro estadual. VOZ AO
2165 FUNDO. **MARTA:** Não. Você colocou no ato da inscrição da habilitação. Já no ato da
2166 habilitação ele já vai ter conhecimento de quais são as competências de um conselheiro. O que
2167 ele vai dizer é que ele recebeu essa informação e que tem conhecimento de quais são as
2168 competências, não que ele se compromete. Se ele foi eleito, automaticamente ao tomar posse,
2169 ele se compromete. VOZ AO FUNDO. **MARTA:** É uma declaração. VOZ AO FUNDO. **MARTA:**
2170 É. De que ele tem conhecimento das competências do conselheiro estadual. PARTE 4
2171 **SIMONE:** (...) Érica. **ÉRICA:** Eu quero só fazer uma retratação aqui. A minha fala foi
2172 descontextualizada no grupo que a gente está no SUAS: Frente Mineira. O que está no grupo
2173 não foi o que eu disse. Se alguém quiser tiver acesso... VOZ AO FUNDO. **ÉRICA:** Então, olha
2174 lá. Está “afônico”! RISOS. **ÉRICA:** O que foi colocado no grupo não foi o que eu disse a minha
2175 fala foi descontextualizada. A primeira coisa que eu disse foi: que foge trabalhadores há espaço
2176 legítimo, sim. Só que hoje isso não é uma realidade do Estado. É isso o que eu disse. Eu não
2177 estou aqui defendendo o CRP, não estou aqui defendendo corporativismo, gente. O CRP é o
2178 que mais defende o Fórum dos Trabalhadores. A gente sempre fomentou, a gente está fazendo
2179 debate em todos os Estados defendendo isso. A gente não defende entidade, a gente defende
2180 os trabalhadores, toda essa interdisciplinaridade... A questão não é essa. Então, eu quero
2181 colocar isso aqui. Eu acho isso muito sério! A gente tem que tomar cuidado porque uma coisa
2182 é quem está aqui participando do debate, outra coisa quem está de fora entendendo o que quer
2183 e falando o que quer. **SANDRA:** Complementando. O CRESS e o PSIND formam o grupo, mas
2184 nós vamos partilhar e vamos fazer isso publicamente com carta. A coisa foi via online,
2185 whatsapp... É “bafão”? É “bafão”. Então, eu vou continuar. Não é nem porque conhece a
2186 pessoa não, gente! É muito sério! Muito mais que assento em cadeira, eu prezo pela a minha
2187 trajetória. Eu prezo pela a minha trajetória e pelos os meus posicionamentos. Aonde que eu
2188 vou, eu falo! Nós tivemos reunião com o coordenador da política de assistência social de Belo
2189 Horizonte para pensar em como que vamos criar estratégias para mobilizar os trabalhadores.
2190 O próprio município nos chamou e deu esse espaço no Conselho. Então, é muito sério! VOZ
2191 AO FUNDO. **SANDRA:** Espera aí um pouquinho. Dá licença só um pouquinho. A Érica está
2192 super preocupada aqui! O CRP já está criticando aqui! Eu como SINTIBREF também! A gente
2193 defende a política. Se a gente é quem vai ser eleito, se não é, não é interessante. A gente está
2194 defendendo o fórum... Nós discutimos âmbito, a gente quer fortalecer o FET, se é o municipal
2195 de Betim, de Belo Horizonte, de Águas Claras, de Águas Escuras que vai ser indicado, que vai
2196 ser fortalecidos para o pleito ok. Então, não justifica a gente falar as coisas que estão saindo
2197 no whatsapp da nossa fala destorcida. Então, nós vamos fazer publicamente. A Érica está
2198 super preocupada inclusive com o CRP. Obrigada. **ÉRICA:** A comissão organizadora está
2199 pensando nos Fóruns Regionais e tal... Então, que seja! Que todos eles vêm o compor e a
2200 gente vai para o debate. Vamos disputar da maneira que foi. A gente vai tanto quanto fortalecer

2201 esses espaços de Fóruns Regionais e trazer todo mundo para comprar a vaga. A defesa não
2202 é de o CRP ocupar a cadeira, é da representação de trabalhadores. Então... **SIMONE:** Eu peço
2203 a nossa secretária executiva que ela recupere depois a fala da conselheira, para que nós
2204 possamos divulgar com tranquilidade para todos os conselheiros que estão aqui e eles fazerem
2205 as devidas considerações da fala exata da conselheira Érica ok? Eu vou passar para
2206 conselheira Isabela dela para ela ler a resolução, por favor. **ISABELA:** Então, vamos lá! VOZ
2207 AO FUNDO. RISOS. **ISABELA:** Ninguém vai prestar atenção na resolução... RISOS.
2208 **ISABELA:** Pode falar gente? Resolução 599 de 2017 aprova a emenda parlamentar federal
2209 destina ao Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS no exercício de 2017. O Conselho
2210 Estadual de Assistência Social – CEAS/MG, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 3º
2211 da lei estadual 12262 de 23 de julho de 1996, pela LOAS, pela NOB SUAS 2012 e,
2212 considerando a portaria MDSA nº 130 de 2016 que regulamenta o repasse fundo a fundo das
2213 transferências voluntárias oriundas de emendas parlamentares individuais e coletivas; A
2214 deliberação de sua ducentésima vigésima terceira plenária ordinária, resolve: Art. 1º: aprovar
2215 emenda parlamentar federal destinada ao fundo estadual de exercício 2017 no valor de R\$ 390
2216 mil, cujo objeto é a estruturação da rede de serviços da proteção social especial. Art. 2º:
2217 recomenda-se essa SEDESE que as entidades contempladas pela a emenda parlamentar
2218 participem do Programa Rede Cuidar; Art. 3º: Esta resolução entra em vigor na data de sua
2219 publicação. **SIMONE:** Em discussão. Em votação. Os conselheiros favoráveis a resolução, por
2220 favor, levantem o crachá. Podem abaixar. Contrários. Abstenções. Aprovada por unanimidade.
2221 Obrigada. Agora, o próximo ponto de pauta é sobre a conferência de assistência social. Vou
2222 pedir a nossa secretária executiva para assentar aqui para ela fazer o relato. Senta aqui
2223 Consolação, por favor. **CONSOLAÇÃO:** Eu fiz um resumo do que aconteceu na reunião da 3ª
2224 reunião da comissão organizadora. Ocorreu no dia 8 de junho. Eu vou falar os pontos de pauta
2225 e o que ficou definido nesses pontos. Nós informamos a deliberação do Conselho Estadual em
2226 relação à alteração da resolução. Seguido, informamos sobre um sistema que foi desenvolvido,
2227 naquela época estava em desenvolvimento pela diretoria de informação da SEDESE, que vai
2228 receber os relatórios municipais de assistência social, bem como as inscrições dos delegados
2229 nas Conferências regionais. O sistema foi apresentado, houve uma discussão visto o que
2230 poderia ser melhorado no sistema. E aí, a gente fez essa melhoria. Foi discutida a forma se a
2231 gente colocaria dentro do sistema, na análise das liberadas as deliberadas nas Conferências
2232 municipais, se a gente já colocaria um campo para os municípios definirem as palavras chaves
2233 em relação as suas propostas, para talvez facilitar a compilação dessas propostas... Mas a
2234 comissão definiu que não, que isso também poderia prejudicar não só o entendimento do
2235 município, como gerar é uma tendência dele qualificar aquela proposta em um aspecto só
2236 perdendo aí todo o conteúdo que ela possa ter. Então, isso foi retirado. Estamos colocando de
2237 acordo com a resolução aprovada neste conselho. Não houve acréscimo nenhum de campos.
2238 Nós discutimos um pouco a metodologia das conferências regionais. E aí, a gente tomou como
2239 base a proposta que a gente teve na Conferência de 2005 e como a gente realizou a
2240 Conferências de 2015. E aí, a proposta ainda vai vim como uma deliberação. A gente vai
2241 transformar muitas coisas em resolução. Então, ficou nessa discussão. De 07h30min às
2242 09h30min a gente teria um credenciamento receptivo; Depois, na abertura, a gente teria
2243 possibilidade de fazer não só a orientação do como vai ser a Conferência, falando dessa junção
2244 com Capacita SUAS, bem como bem daria a devolutiva das deliberações regionais. E aí, a
2245 gente iria incluir a discussão política, conceitual, sobre a gestão democrática, o legado, a
2246 participação do SUAS, a linha do tempo do SUAS para os usuários se localizarem, a dinâmica...
2247 A gente podia fazer algo até o lúdico, ligar o tema, os subtemas que já foi trazido, aqui os três
2248 subtemas, a importância do reconhecimento desse legado. Falar na abertura discutindo o
2249 legado relacionando com as discussões dos eixos propostos, trazendo a discussão da
2250 regionalização como estratégia para mobilização dos serviços que vai garantir direitos. A

2251 proposta das Conferências regionais ser a garantia dos direitos no fortalecimento do controle
2252 social na participação dos trabalhadores legitimando os Fóruns, a gestão compartilhada nos
2253 espaços regionais, o fortalecimento da gestão democrática do SUAS. Assim trabalhamos a
2254 proposta do Capacita SUAS na Conferência também. Trabalhar a sincronicidade, o tema da
2255 Conferência, o tema do curso para os alunos fazerem também esse link na hora da
2256 Conferência; Aí teríamos seguida a votação de um regimento; Depois essas plenárias
2257 temáticas. Já foram falados os temas delas aqui, mas está projetado. A primeira é o
2258 fortalecimento do controle social nas regiões e função estratégica das URCMAS. E aí, nós
2259 distribuímos nessa reunião esses três subtemas para os membros da comissão organizadora
2260 para que eles pudessem já trazer na próxima reunião um texto sobre esses subtemas, e
2261 também uma ementa sobre isso. Então, essa ficou também como uma distribuição na
2262 Conferência. Então, ficou da prof.^a Eleonora e Darci falarem sobre o fortalecimento do controle.
2263 A regionalização ficou com a Simone, nossa presidente, o Bruno e o Jaime. A participação e
2264 valorização dos usuários e trabalhadores ficou de responsabilidade da Márcia Mansur, do
2265 Rodrigo, nosso conselheiro, do Isac e da Érica também; Teria um intervalo às 12h; Depois
2266 continuariam as plenárias temáticas; A escolha de delegados gente penou nas 16h; E ter a
2267 plenária final de 16h às 18h para a gente ter um tempo um pouco maior, porque vai ter que
2268 apresentar não só os trabalhos e ter d 16 e 18:00 algo maior que vai ter que apresentar não só
2269 os trabalhos, mas também validar aí os delegados na conferência. Ainda, considerando a
2270 importância das informações relativas Conferência regionais serem disponibilizadas, foi
2271 proposto que essas informações devem ser disponibilizados antes, para enriquecer o debate,
2272 inclusive os próprios textos. Então, sugere-se que tudo seja encaminhada para os delegados
2273 antes deles estarem nas Conferências regionais. Então, foi proposto a realização do seminário,
2274 no final de julho, vai ser o seminário que a Simone já falou, vai ser no dia 03 de agosto com
2275 conteúdo do Caderno de Controle Social, né? Vai ser um debate sobre democracia. Existe a
2276 possibilidade da filmagem disso, com transmissão simultânea desse seminário. Então, é para
2277 divulgar a questão do conteúdo; A elaboração de boletins eletrônicos, informativos operacionais
2278 como o INFOSEDESE; Videoconferência, seminário... Nós já fizemos uma proposta, já
2279 marcamos via UAITEC uma videoconferência que vai tratar inclusive desses três subtemas; A
2280 inclusão no sistema de descrição de conteúdos quando eles estiverem prontos para direcionar
2281 um link onde o delegado, o Conselho Municipal, poderá baixar esse material. Está sendo
2282 verificada possibilidade junto a Fundação João Pinheiro e a própria professora Carla Bronze
2283 sobre a plataforma que eles utilizam é um espaço de conhecimento, para que eles possam
2284 disseminar esse conteúdo da Conferência; A utilização das redes sociais e aplicativos contendo
2285 cronograma e informações diversas. Aí foi colocada a Escola de Tecnologia – PLUGMINAS. A
2286 professora Márcia Mansur ficou de verificar isso; Contribuição do curso de mídia ofertado pela
2287 SEDESE; A marcação de videoconferência com três subtemas... Isso eu já falei, né? É a
2288 UAITEC. Inclusive a gente vai verificar a possibilidade dessa videoconferência da gente poder
2289 editar, aí a gente vai divulgar os três subtemas; Está sendo verificado também junto aos meios
2290 de comunicação da Câmara Municipal e da ALMG... O Bruno ficou encarregado de ver como
2291 que a gente pode fazer essa divulgação; A inserção de informação em programa de rádio na
2292 rádio Inconfidência, na PUC TV. A Márcia Mansur ficou de verificar isso... Na própria rádio da
2293 UFMG. A professora Eleonora também ficou de verificar como é que a gente pode está
2294 divulgando; A inclusão... Foi proposto e está sendo pela professora Márcia Mansur a inclusão
2295 também de extensionistas da PUC para também colaborar com a elaboração de material
2296 midiático não. A gente precisa dar uma tratativa no material para divulgar; Elaboração dos
2297 subtemas. Fizemos uma proposta calendários, já marcamos os calendários até a nossa
2298 Conferência estadual. Seria isso, presidente. Obrigada. **SIMONE:** Em discussão. Alguém quer
2299 falar mais alguma coisa? Então, eu vou passar para o relato das comissões. VOZ AO FUNDO.
2300 **SIMONE:** Quem vai fazer? Então, por favor, Dayana. A conselheira Dayana fará a relatoria do

2301 PAS da CGH Carvalhos. **DAYANA:** Boa tarde a todos (as). Eu vou iniciar a relatoria do
2302 PAS/Barragem. Nome do conselheiro relator: Dayana Cristina Lourenço de Assis. CMAS/Juiz
2303 de Fora. Nome do empreendimento: CGH Carvalho. Nome do empreendedor: Roberto Ru.
2304 Responsável pela elaboração do PAS/Barragem: Conecta Serviços E Negócios Em Energia –
2305 LTDA. Municípios envolvidos: apenas o município de Carvalhos. Tipo do processo:
2306 PAS/Barragem – Plano de Assistência Social da CGH. Data do recebimento do recebimento
2307 do processo: foi a nossa última plenária do dia 19/05/2017. Data da entrega: hoje. Estou
2308 entregando para vocês o termo de relatoria. Não houve nenhuma diligência por minha parte ao
2309 empreendimento. Fundamentação do parecer: contexto do PAS/Barragem. Para a análise do
2310 plano de assistência social da central geradora hidrelétrica PAS/Barragem do empreendimento
2311 de Carvalhos foi considerado a lei de barragem dos 12.812/98, a lei de barragem 15.012 de
2312 2004, a resolução do CEAS 318 de 2010, a resolução CEAS 498 de 2014, a nossa LOAS e a
2313 política nacional de assistência social de 2004. O empreendimento ele pretende ser
2314 implementado em arranjo geral de aproveitamento hidrelétrico de pequeno porte, localizado na
2315 zona rural do município de Carvalhos Minas Gerais por volta, de 10 km da sede de Carvalhos,
2316 no curso do rio dos franceses. A área atingida é de 1,64 de um total de 100 equitares, com
2317 previsão de obra de oito meses que gerará 2,3 mega watts de energia. Tem como
2318 empreendedor a Engenharia Sustentável responsável, responsável senhor Roberto Ru,
2319 proprietário da área a ser utilizado no empreendimento. Por este fato, aponta para que não a
2320 nenhum tipo de negociação. Destacamos que o senhor Ru tem assessoria da empresa Conecta
2321 Serviços E Negócios E Energia – LTDA. Em 30/09/2016 houve o pagamento da DAE -
2322 Documento de Arrecadação Estadual. E em 04/10/2016 foi entregue protocolado neste CEAS a
2323 primeira versão do PAS, impresso e digitalizado. O empreendedor abrirá todas as estruturas
2324 necessárias para a implementação, que é formada por uma barragem com uma altura máxima
2325 de 6,5 metros, tomada d'água do canal de adução, canal de adução, conduto forçado, casa de
2326 força e reservatório de 504,5 m de comprimento, volumes estimulado de 30.198,5 metros
2327 cúbicos. Devido ao seu porte, a CGC não demanda uma estrutura de grande porte, assim a
2328 maior parte desses materiais e serviços da construção poderão ser obtidos na região na medida
2329 necessidade incluindo o fornecimento de concreto e seus agregados e a mão de obra. A mão-
2330 de-obra estipula-se acerca muita 40 ou 50 pessoas na fase de maior pico do cronograma de
2331 obra. Há uma estimativa PAS que 70% desses trabalhadores serão contratados do próprio
2332 município ou região. Seria ali no município de Liberdade, que é ao lado. Entre os dias 12 e 13
2333 de dezembro de 2016 foi realizada a visita in loco ao município pela técnica da SEDESE
2334 Rosalice Tassar. E também, no dia 12 realizou reunião com representante da empresa da
2335 consultoria Conecta e os conselheiros do CMAS de Carvalhos. Em 19/10/2016 foi um enviado
2336 e-mail, em janeiro de 2017 foi enviado ofício ao empreendedor solicitando adequação do
2337 PAS/Barragem de acordo com a resolução 498/2014. Houve resposta em 7/12/2016 e
2338 4/05/2017, datas de protocolo de informações complementares encaminhados pelo
2339 empreendedor. Conforme resolução 498 deste CEAS, Art. 4º, fica o empreendedor responsável
2340 pela elaboração e execução do PAS/Barragem, devendo apresentá-lo para a população
2341 atingida em audiência pública específica, devidamente comprovado por ata antes de ser
2342 protocolado no CEAS. Assim, cumprindo o exposto na resolução, o empreendedor Consultoria
2343 encaminhou convite para audiência pública para o CMAS/Carvalho, o poder público municipal
2344 e os proprietários envolvidos diretamente com o empreendimento. A audiência foi realizada no
2345 dia 6/12/2016 com início às 14h, no Parque de Exposições da cidade de Carvalhos. Durante o
2346 levantamento socioeconômico do município foi levantada a caracterização do município de
2347 Carvalho, constam os seguintes temas: aspectos regionais, aspectos demográficos, taxa de
2348 crescimento e demais indicadores populacionais, saneamento básico, saúde, educação,
2349 segurança pública e atividades econômicas. O PAS aponta as principais atividades econômicas
2350 do município que são: agricultura, produção florestal, a pesca e aqüicultura, seguida do

2351 comércio e da construção civil. A atividade produtiva principal na área atingida de 1,63 equitares
2352 consiste na criação de gado, seguido do uso de pasto, uma residência, um plantio de hortaliças,
2353 verduras e criação de galinha. No que tange o levantamento socioeconômico de toda área ao
2354 entorno e, conseqüentemente, de toda a área diretamente afetada pela central geradora, o
2355 empreendedor é o proprietário. Nesta área residia um funcionário e sua família: dois adultos,
2356 adultos uma criança e um adolescente, sendo os adultos responsáveis pela manutenção da
2357 propriedade. Eles eram funcionários, tá? Os mesmos, a princípio, continuariam residindo na
2358 sede executando suas atividades, pois o local não seria diretamente afetado pelo
2359 empreendimento. Mas na complementação encaminhada pelo empreendedor e protocolada no
2360 dia 2/05/2017 para CEAS, foi informado que o funcionário e sua família mudaram-se para outro
2361 município, portanto atualmente nenhuma integrante da sua família está residindo na
2362 propriedade. Consta na planilha CGH Carvalhos população atingida que o funcionário foi
2363 orientado a respeito de seus direitos, se sentir violado deveria entrar em contato com o CEAS,
2364 o que não até a presente data. Em análise do PAS/Barragem observa-se oito impactos, dentre
2365 eles negativos e positivos. Deste destacam-se seis que podem influenciar socialmente a
2366 população direta e indiretamente. Os positivos: geração de emprego e renda; Dinamização do
2367 setor terciário; Hotelaria; Alimentação. Os negativos: expectativas da comunidade ao poder
2368 público foi manifestado o interesse quanto a oportunidade de emprego; Absorção de mão-de-
2369 obra; ICMAS. Segundo: encontro da população: mudanças na rotina da comunidade por
2370 movimentação maior de pessoas; Terceiro: incômodos da população localizada ao entorno
2371 relativos ao ruído e emissão de partículas oriundas da circulação de veículos; Por último: o
2372 fluxo de população direta e indireta atraída pela obra. Face ao exposto, cumpridos os requisitos
2373 legais da resolução do CEAS 498/2014, conta no Art. 4º sinaliza os projetos obrigatórios há
2374 apresentação a seguir: comunicação social que visa a ampla divulgação com foco nos atingidos
2375 todas as ações do empreendimento, principalmente as ações do posto de atendimento social,
2376 incluindo informações sobre segurança do local; A negociação das terras e benfeitorias
2377 objetivando efetivar o reassentamento e realocação das famílias que no caso em tela não foi
2378 apresentado porque que o proprietário da terra é um empreendedor; Instalação de posto de
2379 atendimento social, o seu local de referência e de articulação dos atingidos com a rede local
2380 pública e privada, sendo apresentado também o projeto de monitoramento socioeconômico
2381 objetivando o monitoramento. Deverá ser o instrumento capaz de subsidiar o empreendedor e
2382 o poder público envolvidos no planejamento das ações voltadas para promover possíveis
2383 ajustes no processo de implementação do empreendimento de forma a evitar repercussões
2384 negativas e potencializar os efeitos positivos. E, por fim: o programa de mobilização e
2385 desmobilização da mão-de-obra, visa a contratação de maior número possível de trabalhadores
2386 da área próximo ao local da CGH Carvalhos, de forma a minimizar fluxos de pessoas nos
2387 núcleos de entorno. O meu parecer conclusivo: Face ao exposto, cumprido os requisitos legais
2388 da resolução 498 de 2014 do CEAS/MG, à vista a documentação apresentada, a relatora
2389 membra do CEAS encaminha para parecer pelo deferimento desta plenária do Plano de
2390 Assistência Social - PAS da Central Geradora CGH Carvalhos. Eu fico à disposição par
2391 algumas pergunta. **SIMONE:** Em discussão. **WILSON:** A minha única dúvida, e acredito que
2392 seja de todos os colegas, é em relação a esta família que foi deslocada para outra cidade. Eu
2393 fico preocupado de que forma ela foi deslocada, o porquê dela não ter se manifestado
2394 considerando que ela é uma atingida, pelo o que eu estou entendendo... Se a ocupação dela
2395 vai deixar de existir com empreendimento, né? Enfim, eu acredito que seja interessante ter um
2396 registro dessa pessoa, não simplesmente.... **DAYANA:** Gente, eu vou explicar. Essa família ela
2397 era funcionária. A área que ela morava tinha uma única residência no local, mas ela não fica
2398 próxima, visto que a propriedade é de 100 equitares e só 1,6 dessa propriedade que vai ser
2399 atingida. Então, ela poderia continuar no local. Essa família... O chefe dessa família ele fez uma
2400 cirurgia e, por questões dele achar que é segurança das crianças não permanecerem naquele

2401 local vista a obra, vista todos os impactos negativos de mobilização de pessoas ali na
2402 propriedade, ele resolver ir para outro município. O empreendedor deu todos os direitos dele
2403 enquanto trabalhista, foi tudo garantido. Ele está incluído no INSS pela Previdência Social, ele
2404 está sendo assistido. Se a caso ele sentir-se afetado de alguma forma, ou violado, ele entraria
2405 em contato com o CEAS, mas isso não foi feito. Ele não se sente em nenhum momento. E ele
2406 se tornaria também atingido se acaso a construção fizesse a retirada dele no local. Não foi a
2407 implementação que tirou ele do local, foram as questões de saúde. Ele decidiu ir para outro
2408 município, e não por decorrência ao empreendimento. **WILSON:** Isso está no relatório do
2409 empreendedor? Ou do Conselho Municipal? Esse esclarecimento em relação à questão dessa
2410 família veio do próprio empreendedor? Ou veio de um terceiro? **DAYANA:** Eu vou pedir a
2411 técnica social Rosa para explicar. **ROSA:** Boa tarde. Esse eu verifiquei in loco, tá? Eu fiz a
2412 visita. Na época ele tinha acabado de fazer uma cirurgia nos dois joelhos, então ele estava fora
2413 até da propriedade para recuperar realmente. E o que aconteceu? Logo após a minha visita, o
2414 Conselho Municipal me informou que ele teve que mudar para outra cidade porque a situação
2415 dele de saúde piorou, ele não manteve o tratamento adequado... Questões dele mesmo...
2416 Então, ele ter que ir para um município maior para refazer a cirurgia. Ele está afastado pelo
2417 INSS. Ele tinha carteira assinada, ele me mostrou. Ele tem carteira assinada, todos os direitos
2418 garantidos. Ele já tinha sinalizado a vontade de sair, mas ele iria continuar, porque o que ele
2419 gosta de fazer é trabalhar ali. Era uma questão dos dois netos que ele cuidava ficarem próximos
2420 de escola. Ele iria continuar na fazenda, mas ele já tinha outra casa comprada no município
2421 próximo. A esposa dele e os dois netos vão continuar morando na cidade próxima, ele iria
2422 continuar na zona rural para que os netos, que estão em período de escola, tivessem acesso
2423 a escola mais fácil. Hoje, ele está morando em um município muito maior por causa da situação
2424 de saúde dele mesmo. **SIMONE:** Esclarecido conselheiro Wilson? Mais alguma questão?
2425 Então, vamos votar. Conselheiros favoráveis ao parecer e relato da conselheira Dayana, por
2426 favor, levantam o crachá. Podem abaixar. Contrários. Abstenções. Então, conselheira muito
2427 obrigada. Parabéns pelo relato. **DAYANA:** Presidente, eu me coloco à disposição, tá? Se algum
2428 processo... Porque eu gosto muito dessa área. Sou formada também em técnica em edificações
2429 ação civil. Então, eu gosto muito dessa área. Me coloco à disposição. **SIMONE:** Estou “boba”!
2430 **DAYANA:** Só tenho que ver a minha agenda, mas eu me coloco à disposição. **SIMONE:**
2431 Obrigada, conselheira. Agora eu vou passar para o conselheiro Rodrigo, que fará o relato da
2432 comissão de normas. **RODRIGO:** A comissão de normas está trazendo o ponto um... Eu vou
2433 esperar só a projeção para facilitar, gente. O ponto um: é sobre aquela denúncia do Fórum dos
2434 Trabalhadores do município de Sarzedo. Ele informou a este Conselho aquela irregularidade
2435 da composição da sociedade civil que nós trouxemos na plenária do mês passado. Saiu daqui
2436 as seguintes deliberações: a gente fez um ofício para o CMAS/Sarzedo marcando uma reunião
2437 no dia de ontem; Um ofício também informando o gestor; Uma resposta para eles. O Conselho
2438 Municipal de Sarzedo justificou a sua ausência no dia de ontem devido às pré-Conferência
2439 estão acontecendo lá no município. Para a deliberação desse ponto de pauta: a comissão de
2440 normas estará reagendando a reunião com Conselho Municipal de Sarzedo, o gestor e o Fórum
2441 de Trabalhadores para o mês de julho a fim de esclarecer e tentar solucionar a situação lá no
2442 município de Sarzedo. Esse é o ponto um. O ponto dois: é aquele assunto dos areeiros da UHE
2443 Barra de Braúna, também discutido na última plenária, né? A comissão trouxe para essa
2444 plenária que, além das análises das atas que seriam elaboradas encaminhadas tanto para os
2445 areeiros, quanto para o empreendedor. Nós faríamos uma visita in loco. Essa visita ela foi
2446 realizada nos dias 13 e 14 de junho de 2017, semana passada pela nossa técnica, eu
2447 conselheiro e a nossa conselheira Maria do Carmo. E aí, a gente está trazendo o resumo dos
2448 fatos. Antes de passar para a Maria do Carmo, eu queria dizer a todos os conselheiros que
2449 tudo aquilo que a Maria do Carmo dirá foi em comum acordo com a comissão. Eu reafirmo
2450 gente, os direitos dos nossos usuários eles devem ser defendidos a todo e qualquer custo, né?

2451 Então, eu queria ressaltar que nós presenciamos violações, sim! Ela vai falar isso no relato
2452 dela. Mas também, eu queria fazer aqui uma ressalva, a nossa técnica Rosalice e a secretaria
2453 executiva, que a todo o momento nos acompanhou, nos deu força e que nos deixou bastante
2454 à vontade para fazer essa a visita in loco lá e faz as nossas considerações, presidente. Então,
2455 era isso o que eu queria deixar. Vamos lá, Maria do Carmo? **MARIA DO CARMO:** Eu vou
2456 apresentar para vocês aqui um quadro que traz um resumo de todas as pendências que foram
2457 apresentados pelos areeiros. O aspecto questionado e denunciado pelo areeiro do areal de
2458 Barra de Braúna e os areeiros do areal JM questionam sobre o conteúdo do termo de
2459 compromisso assinado pela comissão de atingidos em 7 de abril de 2001 por não constar sobre
2460 a reativação econômica para os areeiros. E aí, foi feita uma avaliação dentro dessa queixa,
2461 dessa denúncia, e foi constatado nos arquivos do CEAS que os três atingidos que agora
2462 denunciam faziam parte da comissão de atingidos e da comissão de conciliação criada a partir
2463 do termo de compromisso que avaliou individualmente entre 2010 e 2011 os 2014 casos
2464 pendentes do processo de negociação. Esses casos foram todos renegociados a partir dos
2465 encaminhamentos das comissões. Então, nós entendemos que a gente deveria está
2466 aguardando posicionamento do empreendedor para uma negociação. No contato que ele
2467 esteve aqui conosco em maio ele ficou também de apresentar um posicionamento. O outro
2468 aspecto: eles alegam que negociações durante os anos de 2012 até 2015 sobre a criação de
2469 uma cooperativa de areeiros e a instalação de um areal como parte do programa de reativação
2470 econômica a ser implementado pelo empreendedor. E aí, foi certificado na avaliação realizada
2471 pelo CEAS que não consta nos registros do CEAS a criação dessa cooperativa de areeiros.
2472 Quando do início da implementação conforme o relatório apresentado em 28 de setembro de
2473 2012 constou-se apenas que dentre outras as seguintes informações sobre os projetos da
2474 reativação econômica que teve participação da comissão de atingidos durante levantamento
2475 das potencialidades da região para implementação dos projetos, comissão essa que nesse dia
2476 apresenta esse questionamento conforme proposto no termo de acordo: projeto de água e
2477 indústria avícola da consultoria contratada para o diagnóstico; Elaboração e implantação,
2478 porém não viável a implementação por falta de mercado e custo; Também foi apresentado
2479 nesse termo de acordo o projeto de aquicultura. Para esse, foi realizada uma parceria voluntária
2480 entra a empresa e a comissão dos atingidos. E a partir da data da qual, foi identificada a
2481 oportunidade da implantação de um projeto que aquicultura utilizando-se das águas do lago e
2482 da experiência da população local. Assim, iniciaram-se as atividades de capacitação dos
2483 atingidos e a formação de uma cooperativa para essa exploração econômica de peixes. Ainda,
2484 iniciou-se a formação de cooperativas de pescadores. O terceiro ponto: foi o projeto de plantio
2485 de seringueiras que representou outra parceria voluntária entre a empresa e a comissão dos
2486 atingidos, que identificou implantação do projeto de cultura de seringueira para revegetação
2487 das áreas do entorno e do reservatório. E para que essa atividade se tornasse também um
2488 fornecedor do desenvolvimento da região, foi realizada por meio da cooperativa composta pelos
2489 atingidos da Unidade Hidrelétrica Barra de Braúna. Ainda, foram relatadas outras ações como
2490 contratação de empresa de mão-de-obra e serviços gerais coordenada pelo senhor Danilo
2491 Novaes; Convênio com associação de pescadores do distrito de Itaperuçu; Convênio com
2492 associação de pesca e aquicultura de Laranjal; Elaboração do plano de agrícola municipal em
2493 Laranjal e Recreio, dentre outras. Esse assunto foi abordado apenas anterior a assinatura do
2494 termo de compromisso durante a 23ª plenária dos CEAS ocorrida em 16 de março de 2011,
2495 que consta que a Brookfield, naquela época, contratou uma empresa para estudar o
2496 comportamento da areia no rio para verificar os possíveis pontos de extração para continuidade
2497 da exploração de areia. Esse estudo mostrou inviável a continuidade da exploração. A
2498 alternativa adotada pela Brookfield para indenização dos proprietários dos três areais e dos
2499 areeiros foi a indenização que, segundo relatórios arquivados no CEAS, foram pagas, não
2500 havendo pendências. Nesse relatório constam os valores pagos aos três proprietários e aos 34

2501 trabalhadores dos areais. Ainda, consta que os trabalhadores desses empreendimentos
2502 receberam além das indenizações pela perda do posto de trabalho, uma bolsa de auxílio, no
2503 valor de um salário mínimo, durante um ano. Ainda, tiveram o direito de participar de projeto de
2504 reativação econômica e das capacitações quando necessárias. Qual é o encaminhamento que
2505 a gente apresenta: também aguardar o posicionamento do empreendedor. Outro aspecto foi
2506 uma pendência apresentada pelo José Marcelo Pereira de Freitas, também areeiro. Ele
2507 informou que recebeu R\$ 1.500.000,00 e uma propriedade rural, mas no acordo havia também
2508 a construção de uma estrada pela Brookfield, receberia 50% do areal em funcionamento e a
2509 criação da cooperativa. Ressaltou que teve prejuízo porque seu areal vale R\$ 15 milhões e que
2510 esteve com processo na justiça devido a essa negociação. Disse que o seu padrão de vida
2511 reduziu muito depois das negociações, pois anteriormente da intervenção do empreendedor
2512 tinha uma renda mensal mais elevada. Reivindica para encerrar suas pendências a construção
2513 de uma estrada na terra que recebeu como parte de sua indenização, valor de R\$ 500 mil e
2514 50% do areal em funcionamento. A avaliação realizada pelo CEAS: inicialmente vai esclarecer
2515 que é atingido José Marcelo Pereira de Freitas constou no Plano de Assistência Social em 2002
2516 juntamente com a Maria de Fátima Pereira como proprietários da área rural registrada como
2517 54mb com área total de 41,93 equitares, sendo adquiridos 22.023 equitares. Além da terra,
2518 também recebeu pelas benfeitorias atingidas: curral, cercas, dois postes, porteira e estrada.
2519 Sua negociação foi concluída em 2009. Sobre o processo judicial do areal do José Marcelo que
2520 está em nome da pessoa jurídica JM Serviços de Tratores de Leopoldina LTDA, foi finalizado
2521 em 12 de julho de 2011, na comarca de Leopoldina, conforme cópia anexa, onde consta que o
2522 acordo firmado e aceito pela JM Serviços, que é a autora do processo, em que a mesma
2523 renunciou a quaisquer outros eventuais direitos existentes, presentes ou futuros, desobrigando
2524 a Barra de Braúna Energética Sociedade Anônima, réu do processo, bem como todas as suas
2525 empresas coligadas, afiliadas, controladoras e associadas no Brasil e no mundo, recebendo
2526 indenização no valor de R\$ 1.790 mil da Barra de Braúnas Energético Sociedade Anônima.
2527 Encaminhamento que a gente propõe: sobre as suas pendências, vale solicitar vendedor ao
2528 empreendedor um posicionamento da construção da estrada para viabilizar o acesso à
2529 propriedade, que ainda ficou como tendência lá em relação ao que ele apresentou; Em relação
2530 ao valor de R\$500 mil e parte de um areal em funcionamento, deve ser avaliado por uma
2531 instância superior aos CEAS que venha garantir o seu direito individual, sendo que este
2532 Conselho garantiu o direito de negociação aos atingidos em 2010 que foi concretizado com a
2533 participação dos interessados no termo de acordo assinado a época pelo próprio José Marcelo
2534 como um dos representantes da comissão de atingidos e como comissão de conciliação. Outra
2535 pendência é a respeito do senhor Danilo Novaes de Souza, também areeiro. Ele informou que
2536 alugava o areal JM junto com areeiro Geovane. Ainda, que criou uma cooperativa de prestação
2537 de serviços que foi contratada pela Brookfield para oferta de mão-de-obra e serviços gerais
2538 para trabalhos como o de reformar 15 casas dos reassentamentos. Porém, para finalizar as
2539 reformas, teve despesas a mais aos valores estipulados no contrato. A empresa não pagou até
2540 então esses valores. Reivindicam: para encerrar suas pendências, que inclui a implantação de
2541 um novo areal, emprego na Brookfield, o pagamento dos serviços que realizou com a reforma
2542 dessas 15 casas dos reassentamentos e mais R\$ 80 mil e um caminhão. Avaliação da
2543 comissão: em consulta ao processo do PAS UHE Barra de Braúna o senhor Danilo Novaes não
2544 estava em 2002 como atingido, passou a essa categoria a partir da informação do seu José
2545 Marcelo, que o declarou como um dos seis trabalhadores do areal JM conforme relatório datada
2546 em 8 de janeiro de 2010. Já em 2 de junho de 2011, durante a reunião realizada em Leopoldina,
2547 o senhor José Marcelo apresentou uma reivindicação de alteração de valores para mais três
2548 casos, para que a comissão de conciliação entendesse que as atividades exercidas por essas
2549 três pessoas fossem melhores avaliadas. Dentre os nomes estava o do senhor Danilo, como
2550 gerente do areal. Ele estava pedindo entre R\$ 75 mil e um acréscimo para R\$ 150 mil. O senhor

2551 Danilo foi indenizado pelos 12 salários mínimos, também garantido aos trabalhadores dos
2552 areais e pela perda do seu emprego no areal que foi totalmente alagado devido ao enchimento
2553 do reservatório de Braúna. A atividade extrativista de areia foi extinta no valor total de R\$
2554 76.530.00. E a partir dessas informações não se conseguiu constatar entre os documentos do
2555 CEAS o senhor Danilo como locatário do areal JM, sim como funcionário do areal, gerente do
2556 areal, conforme declarado pelo próprio proprietário José Marcelo. Sobre o seu contrato com a
2557 empresa Brookfield temos que esclarecer que o CEAS não possui gestão sobre ele por ter sido
2558 realizados segundo direito civil de contrato de empresa com empresa. Encaminhamento
2559 sugerido: sobre as pendências de pagamento pelos serviços prestados, sugere-se que o
2560 proprietário da empresa de prestação de serviços busque os seus direitos junto à Brookfield,
2561 ou ajuização no fórum competente a partir do contrato estabelecido entre as partes. Já sobre
2562 a reivindicação de emprego na Brookfield, não se percebe como o CEAS poderá mediar o
2563 atendimento dessa questão, visto que toda e qualquer empresa no seu poder diretivo e
2564 assumindo os riscos da atividade econômica tem o direito de contratar os candidatos que
2565 melhor ajudam com as atribuições e competências exigidas para os cargos vagos no
2566 estabelecimento. Mesmo com as considerações acima, para apoiar o atingido, sugere-se que
2567 o CEAS por meio de reunião proponha uma busca de acordo entre as partes não assumindo a
2568 responsabilidade de deliberar sobre os assuntos descritos, visto que não tem competência
2569 legal. Tem agora uma pendência do Geovane Carneiro da Rocha, gente. Ele também é areeiro.
2570 Ele informou que trabalhava no areal JM, com dois caminhões e ainda alugava junto com o
2571 Danilo o referido areal. Ele recebeu a sua indenização, montou uma loja de materiais de
2572 construção e mesmo assim não conseguiu pagar as prestações dos caminhões, ficando o seu
2573 nome sem crédito. Informou que o banco tomou os seus dois caminhões e agora está sem
2574 trabalho, porque com o nome no SERASA, nenhuma empresa quer contratá-lo. Reivindica:
2575 para encerras as suas pendências que inclui a implantação de um novo areal, o valor de R\$
2576 80mil para quitar as suas dívidas com os bancos e assim recuperar o seu crédito. E ainda, um
2577 caminhão de 2012 Scania cavalo mecânico. A avaliação do CEAS: em consulta ao processo
2578 do PAS UHE Barra de Braúna o senhor Geovane Carneiro da Rocha não estava em 2002 como
2579 atingido, passou a essa categoria a partir da informação do seu José Marcelo, que o declarou
2580 como um dos seis trabalhadores do areal JM conforme relato datado em 08 de janeiro de 2010.
2581 Já em 2 de junho de 2011, durante a reunião em Leopoldina, o senhor José Marcelo apresentou
2582 uma reivindicação de alteração de valores para mais três casos.... É o mesmo caso do outro,
2583 né? Para que a comissão de conciliação entendesse que as atividades exercidas por essas
2584 três pessoas fossem melhores avaliados. Dentre os nomes estava o do senhor Geovane, como
2585 gerente do areal. E aí, eles pedem nem que seja feita uma modificação de indenização de R\$
2586 75 mil para R\$ 150 mil. O senhor Geovane foi idealizado pelos 12 salários mínimos, igual ao
2587 outro, garantidos a todos trabalhadores dos areais e R\$ 76.530.00 pela perda de seu emprego
2588 no areal que foi totalmente alagada devido o enchimento do reservatório de Braúnas. A partir
2589 dessas informações não se conseguiu constatar entre os documentos do CEAS o senhor
2590 Geovane como locatário do areal JM, sim como funcionário do areal, gerente do areal,
2591 conforme declarado pelo próprio proprietário José Marcelo. Sobre o seu desemprego e a falta
2592 de oportunidade de contratação por está com débito junto aos bancos, percebe-se que o fato
2593 das empresas no processo de seleção consultar junto ao SERASA e no SPC o seu nome é um
2594 ato discriminatório, isso porque o que se vê na prática pé uma suposta ofensa aos princípios
2595 atribuídos pela constituição federal do direito ao trabalho e a igualdade, a dignidade da pessoa
2596 humana. O que a gente sugere: encaminhamento do caso senhor Geovane... Caso o senhor
2597 Geovane se sentir prejudicado e discriminado, pelo fato do seu nome está no SERASA e no
2598 SPC, e se tiver interesse, ele poderá procurar seus direitos na justiça do trabalho, visto que há
2599 histórico de empresas que tiveram que responder ações de danos morais, individual ou coletivo,
2600 pelo fato de perdas desclassificadas trabalhadores do processo de seleção não pela a sua

2601 competência, sim por ter seu nome incluído no cadastro proteção ao crédito. Em relação às
2602 reivindicações, se faz necessário que se busque reunir a comissão de atingidos instituída em
2603 2010 para que apresente documentos comprobatórios das pendências do senhor Geovane,
2604 conforme disposto no termo de acordo para os casos de novas demandas. É grande, gente!
2605 Antes de a gente sugerir os encaminhamentos, tinha um restinho de uma avaliação que o CEAS
2606 tinha feito para esse caso dele ainda. Acrescentando as informações acima durante a visita in
2607 loco realizada por representantes dos CEAS nos dias 13 e 14 de junho de 2017, houve uma
2608 visita a loja de materiais de construção, porque ele fala que ele havia comprado uma loja e ficou
2609 com o nome negativo no SERASA... Quando nós visitamos lá... Essa loja tem o nome de “UAI”,
2610 ela é situada no centro de Laranjal. Nós fomos na tentativa de conversar com ele. Dois
2611 funcionários da loja de construção informaram que ele vendeu essa loja há seis meses, não
2612 sendo mais o proprietário. Destaca-se que essa situação não foi informada pelo atingido
2613 durante a reunião de 18 de junho que nós tivemos aqui com ele. Nessa data ele dizia ainda que
2614 ele era proprietário da loja, mas essa loja já havia sido vendida há seis meses atrás. Ao
2615 contrário ele disse que era proprietário de uma loja de construção e que não estava
2616 conseguindo comprar os produtos para comercializar devido ao seu nome está no SERASA.
2617 Ainda, também tem outra pendência aqui. O aspecto denúncia dos areeiros: o grupo de areeiro
2618 se automeou como representantes de seis areeiros que estavam com dificuldades. Olhem
2619 os nomes gente: Geovane, Daniel, José Marcelo, Osmar, Jeová, Danilo e Itamar. A nossa
2620 avaliação: no relatório de fevereiro 2010 constavam seis funcionários do areal JM, além do
2621 proprietário José Marcelo, quais sejam: Éric Lacerda Andrade, Carlos Alessandro Basílio da
2622 Silva, Jeová Francisco da Silva, Daniel da Silva, Geovane Carneiro da Rocha e Danilo Novaes.
2623 Todos receberam as indenizações. Daniel da Silva: ele era morador da casa cedida na
2624 propriedade pertencente a sua sogra e mergulhador do areal JM. Após a venda da propriedade
2625 onde residia o senhor Daniel foi indenizado em R\$ 55 mil, sendo este valor investido em carro
2626 e moto. Como não investiu em imóvel, ficou sem residência para ele e sua família. Claro, né?
2627 No final das renegociações recebeu a indenização R\$ 164.951,64 pela perda do seu emprego
2628 como mergulhador no areal JM. E como os demais areeiros, mais 12 meses salário mínimo.
2629 Ainda, o direito do pagamento pela Brookfield de suas despesas de aluguel, água, luz e a
2630 construção de uma casa pela Brookfield. Após a sua indenização não houve denúncias.
2631 Qualquer sugestão de encaminhamento: diante da falta de reivindicações de outras
2632 pendências, após a conclusão de sua negociação e considerando que o termo de compromisso
2633 de 2011 já dispõe sobre novas demandas, sugere que encaminhasse esse caso a comissão
2634 de atingidos para apuração e avaliação. Ainda, solicitando que nos envie documentos
2635 comprobatórios sobre a situação do referido areeiro. Agora é o Jeová Francisco da Silva: o
2636 areeiro do extinto areal JM em 2010 estava desempregado por causa do encerramento das
2637 atividades do areal JM, foi indenizado pelo o seu trabalho no valor de R\$ 90.520.81. E como
2638 os demais areeiros, recebeu os 12 salários mínimos. Ele participa da COPECA. Ele recebeu
2639 ainda como indenização a construção de uma casa e 19,36 equitares. Foi visitada nos dias 13
2640 e 14 de junho por conselheiros dos CEAS e a técnica da SEDESE. Não manifestou nenhuma
2641 pendência pessoal, a não ser a implantação de um novo areal. Solicita encaminhamentos em
2642 relação ao irmão Itamar e a mãe Graciane. Sugestão ao caso dele: foi visitado em sua
2643 propriedade no dia 13 de junho por conselheiros e a técnica da SEDESE. Não tem sugestão
2644 nenhuma a dar. Quanto ao Osmar Lopes: era trabalhador do areal SAARA, foi indenizado pela
2645 perda de seu emprego no areal qual com valor de R\$ 21.330.00. Também recebeu os 12
2646 salários mínimos como os demais areeiros. Nos arquivos não constam situações sobre o
2647 senhor Osmar depois da assinatura do termo de compromisso em 2011. Encaminhamento:
2648 diante da falta de reivindicações de outras pendências, após a conclusão de sua negociação e
2649 considerando que o termo de compromisso de 2011 já dispõe sobre as novas demandas,
2650 sugere-se que encaminhe esse caso à comissão de atingidos para apuração e avaliação

2651 solicitando que nos envie documentos comprobatórios sobre possíveis pendências em relação
2652 ao areeiro. Agora é sobre o Itamar Lima: ouve uma pesquisa em todos os arquivos do CEAS
2653 para constatar o nome do senhor Itamar Lima e este não consta no PAS aprovado pelo CEAS
2654 em 2012 nos relatórios apresentados por empreendedor durante o processo de implantação
2655 da barragem, das denúncias apresentadas pela comissão Pastoral da Terra em 2009, das
2656 denúncias apresentadas pela comissão dos atingidos em 2010. Ainda, o seu nome não constou
2657 no levantamento em campo da comissão dos atingidos que apurou a totalidade dos atingidos
2658 pelo empreendimento de Barra de Braúna conforme lista anexa ao termo de compromisso
2659 assinado pela comissão de atingidos em 7 de abril de 2011. Qual que é a sugestão de
2660 encaminhamento: diante da falta de informações e considerando que o termo de compromisso
2661 de 2011 já dispõe sobre nova demanda, sugere-se também esse caso a comissão atingidos
2662 questionado o motivo porque o senhor Itamar não constou nos nomes reavaliados pelo grupo
2663 entre 2010 e 2011, considerando apenas seu depoimento que ele residia com a sua mãe e não
2664 foi indenizado na época das negociações. Solicitar também a comissão de avaliação que
2665 busque uma negociação com empreendedor sobre esse caso. Eu vou ter que completar aqui
2666 mais uma avaliação que tem do CEAS em relação a ele. Em visita realizada pelos CEAS nos
2667 dias 13 e 14 de junho houve uma entrevista com o senhor Itamar onde reside lá no vestiário do
2668 campo de futebol, na comunidade de Ponte Nova. O senhor Itamar informou que reside naquele
2669 lugar, que eu vestiário, há cinco anos. Atualmente, ele está sozinho, a sua esposa e sua filha
2670 de nove anos foram embora para São Paulo há quatro meses. Tem mais uma filha de 21 anos
2671 que reside em outro lugar. Trabalha à noite na lanchonete “Lingüiça no Pão” e recebe um salário
2672 mais 15% do trabalho no dia. Antes ele morava no sítio “Vale do Pampa”, como caseiro. Durante
2673 o período de negociação morava com sua mãe Graciane na propriedade em que estava em
2674 nome de seu pai já falecido Milton Francisco da Silva. A sua mãe foi indenizada em R\$ 60 mil,
2675 que na época comprou uma casa em Laranjal e depois por causa de desentendimentos com
2676 vizinhos vendeu a sua casa. Agora sua mãe está morando no terreno de seu irmão Jeová, em
2677 uma casa feita de lona. Sugestão de encaminhamento: ainda dependente de sua condição de
2678 atingido ou não, perante a lei, todos têm direito de proteção social já consagrada na assistência
2679 social. Assim, deve informar a gestão municipal de assistência social sobre a situação do
2680 senhor Itamar solicitando visita e acompanhamento, buscando por meio da intersectorialidade
2681 das políticas públicas de assistência social e outras que melhor atender às suas necessidades,
2682 visando a superação da sua vulnerabilidade, prevenção e a proteção de outras situações de
2683 riscos que podem acarretar mais dados na sua vida. E solicitar também acompanhamento da
2684 situação pelo Conselho Municipal de Laranjal. Está acabando! Os três areeiros falaram lá
2685 também da dona Graciane, que é a mãe de Itamar. Ela estava morando em uma barraca de
2686 lona. A avaliação que foi realizada pelos conselheiros do CEAS e a técnica da SEDESE nos
2687 dias 13 e 14 de junho de 2017 a visita entrevista com a senhora Graciane onde reside lá no
2688 local onde ela está, na casa improvisada de lona, no quintal da residência do seu filho Jeová.
2689 É ao lado da casa do Jeová. Em entrevista a senhora Graciane de 62 anos, aposentada como
2690 trabalhadora rural, informou que o sítio negociado estava em nome de seu falecido marido, por
2691 isso não constava o seu nome. Disse que recebeu R\$ 60mil, que em 2009 comprou uma casa
2692 no valor de R\$ 35 mil e dividiu R\$ 20 mil entre seus quatro filhos: Itamar José Emanuel, José
2693 Hamilton e Jeová. VOZ AO FUNDO. **MARIA DO CARMO:** Quer que vá interrompendo para
2694 falar? Ou a gente ler? VOZ AO FUNDO. **MARIA DO CARMO:** É. Só me deixa acabar de ler
2695 aqui. Em 2011... VOZ AO FUNDO. **MARIA DO CARMO:** Aí depois vamos repetir esse trecho
2696 aqui. Disse que recebeu... Esse filho Itamar quando estava lá no campo de futebol falou isso
2697 mesmo. A gente pediu confirma dela e ela confirmou. Esse Itamar é honesto, ela fala direitinho.
2698 Disse que recebeu R\$ 60 mil em 2009, comprou uma casa no valor de R\$ 35 mil, ela ficou com
2699 R\$ 5 mil dividiu R\$ 20 mil entre seus quatro filhos: José Emanuel, Itamar, José Hamilton e o
2700 Jeová. VOZ AO FUNDO. **MARIA DO CARMO:** Não, não. Em 2011 ela vendeu a casa,

2701 passando a viver naquele lugar há dois anos. Foi questionada por que não mora com o filho
2702 Jeová, a casinha está ali do lado. Ela disse que gosta de ter seu espaço, sozinha, mesmo que
2703 seja um cômodo. Questionada o que fez com o dinheiro da venda da casa, disse que foi dando
2704 aos filhos chamados por ela de “meninos” quando necessitavam. Ela deu R\$ 300,00 para um,
2705 R\$ 1 mil para o outro... E assim foi... Quando percebeu o dinheiro dela acabou. VOZ AO
2706 FUNDO. **MARIA DO CARMO:** Vários conselhos aqui, né? Até chegar ao MP, né? Conforme a
2707 visita e registro em fotos, a casa possui segurança, conforto e higiene para idosa. De acordo
2708 com o observado in loco a suposta casa não possui condições de habitabilidade. Essa situação
2709 habitacional mostrou negligência dos familiares pela falta de atitude para melhorar as condições
2710 de sua moradia, não tomando as devidas providências e precauções para prevenir os riscos
2711 sociais e de saúde que pode aumentar também os danos de sua vida. A gente vai fazer um
2712 encaminhamento aqui para o caso do Jeová. Espera aí! Cadê a leitura da mãe dele? VOZ AO
2713 FUNDO. **MARIA DO CARMO:** Espera aí! VOZ AO FUNDO. **MARIA DO CARMO:** É aqui, né?
2714 Tá! Diante aos fatos, sugere-se encaminhar a situação ao gestor da política municipal de
2715 assistência social de Laranjal solicitando as devidas providências para garantir os direitos de
2716 melhoria na sua qualidade e dignidade vida. Ainda, oficial o Conselho Municipal de Assistência
2717 Social de Laranjal que promova o acompanhamento e reporte ao CEAS sobre os
2718 encaminhamentos. Também deve-se aguardar o retorno do empreendedor sobre a situação
2719 da senhora Graciane. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Termina conselheira, por favor. **MARIA DO**
2720 **CARMO:** Eu vou terminar de ler. Depois vocês... Continuando aqui porque está acabando
2721 agora. Tinha outra pendência que eles apresentaram, era sobre as reformas das casas. Os
2722 azeiros informaram que outras famílias também reivindicavam as reformas de seus imóveis
2723 residenciais. Ficou acordado que eles levantariam o nome dessas famílias e encaminhariam
2724 ao CEAS até segunda-feira, dia 20 de maio. A solicitação foi atendida via correspondência
2725 eletrônica datada em 22 de maio, que constou apenas o nome do senhor Maurinho da Silva e
2726 sua esposa Luciana com avaliação feita pelo CEAS. Sobre as casas reformadas, vale resgatar
2727 que em janeiro de 2011 houve visitas dos CEAS para apuração das denúncias apresentadas
2728 ao Conselho, dentre elas estavam a necessidade de reforma de várias casas e construção de
2729 outras. A apuração das denúncias nas áreas atingidas pela construção da UHE Barra de
2730 Braúna foi realizada por um grupo do CEAS composto pelo seu presidente Geraldo Gonçalves,
2731 o coordenador da comissão de normas José Ismar, o coordenador da comissão de apoio os
2732 municípios José Fernando e a técnica do CEAS e da SEDESE Rosalice Tassar. Todas as
2733 visitas foram registradas em fotografia. No final da avaliação foi constatada a necessidade de
2734 construção, ou reforma, ou finalização de 16 residências. Em pesquisa no referido nome que é
2735 Mauro Sérgio Francisco, filho de Sérgio Francisco, teve a sua casa reformada a pedido do
2736 CEAS. Os representantes do CEAS durante a visita nos dias 13 e 14 de junho de 2017 foram
2737 até a residência do senhor Mauro Sérgio acompanhado do seu primo Itamar, porém ele estava
2738 ausente, não tendo como confirmar a necessidade de reforma da sua residência.
2739 Encaminhamento para esse caso: considerando que não havia demanda sobre reforma de
2740 casa, sugere-se encaminhar o caso para a comissão de atingido para a avaliação cumprindo o
2741 termo de acordo. Alguém Tem alguma dúvida? O relato foi muito extenso, né? **DAYANA:** Em
2742 relação à senhora Graciane, como foi falado aqui que tem fotos todas as visitas, eu acho que
2743 a gente podia dar uma “olhadinha” também. O que os conselheiros acham? **SIMONE:** Em
2744 discussão o relato. Tem uma sugestão de que as fotos sejam mostradas. **CRISTIANE:** Eu peço
2745 que o encaminhamento que seja dado para o caso dessa dona seja encaminhado tanto para o
2746 Conselho Municipal de Assistência, né? Eu acho que precisa de um acompanhamento aí
2747 também da assistência social, mas também eu acho que para os direitos humanos e a política
2748 específica do idoso. Esse é um caso de violação de direito e incapaz, estando ela nessas
2749 condições. Mesmo que ela tenha concedido um recurso que ela poderia... Ela ficou no prejuízo
2750 por isso. Então, entendo que não é só uma questão aí do plano de assistência e entrar contato

2751 com o empreendedor, mas também de garantir a proteção do direito dessa senhora. **SIMONE:**
2752 Mais alguém? Isabela. **ISABELA:** Eu concordo com o encaminhamento da Cris. Eu só acho
2753 Dayana que, no meu ponto de vista, não é necessário mostrar as fotos porque já tem o relato
2754 da comissão... Para mim está compreendido que a situação dela é grave. Eu acho que os
2755 encaminhamentos aqui já vão ao encontro disso, né? **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Então, esses
2756 são os encaminhamentos? Então, nós vamos encaminhar também o caso da idosa em questão
2757 para o Conselho Estadual do Idoso. A gente não sabe se tem Conselho Municipal, né, gente?
2758 Tem que saber! Normalmente não tem. Podemos averiguar né? Mas é muito difícil! **VOZ AO**
2759 **FUNDO. SIMONE:** É. Conselho Estadual do Idoso. Então tá! Muito obrigada. Tem mais alguma
2760 coisa? Conselheiro Rodrigo. **RODRIGO:** É nesse ponto ainda, presidente e demais
2761 conselheiros. Eu quero dizer a todos que ficou claro que a gente vai ter ainda um retorno do
2762 empreendedor, né? A gente vai ter ainda informações dele querendo ou não fazer acordo com
2763 os areeiros que estiveram que conosco. Então, a gente deve trazer mais uma rodada de
2764 discussão para vocês para entenderem como é que está esse desdobramento do caso ponto
2765 dois. Era isso. **SIMONE:** Você terminou o seu relato? **RODRIGO:** Não, faltam os pontos três e
2766 quatro. **SIMONE:** Então, por favor. **RODRIGO:** Ponto três: também são pendências de
2767 negociações em relação à propriedade rural atingida pela Barragem Mato Verde. A COPASA
2768 no município de Mato Verde ela... Essa informação chegou aqui para o CEAS e a gente discutiu
2769 ontem na comissão de normas. A comissão está fazendo a seguinte preposição de deliberação:
2770 considerando a falta de acordo entra a informação dos atingidos com a as informações da
2771 COPASA, sugere-se realizar uma visita in loco ao denunciante e uma reunião com a regional
2772 da COPASA lá de Mato Verde, que é responsável pelas negociações para buscar alguma forma
2773 conjunta da solução das pendências. Ainda, a comissão sugere agendar uma visita e uma
2774 reunião com atingidos e representantes da COPASA para os dias 10, 11 e 12 de julho. A gente
2775 está fazendo sugestão do conselheiro William e a técnica Rosalice. **PARTE 5 RODRIGO: (...)**
2776 **Sociedade civil. Nós fizemos essa leitura, essa análise, para depois encaminhar para a**
2777 **comissão de normas. E também foi pedido para a nossa representante Marta, do governo,**
2778 **também para levar isso para o governo. A gente está fazendo a seguinte deliberação:**
2779 **reavaliada toda resolução pela comissão de normas e orçamento, que participou conosco**
2780 **ontem, a partir dos apontamentos da reunião da sociedade civil, sugere-se que antes da**
2781 **deliberação da resolução pela plenária, que o CEAS encaminhe a minuta já discutida pelas**
2782 **comissões para a assessoria jurídica da SEDESE para avaliação dos termos jurídicos,**
2783 **formatação legal e consistência em relação à legislação vigente. E na próxima reunião das**
2784 **comissões que o assessor jurídico traga seus apontamentos técnicos sobre a resolução. É isso**
2785 **presidente, obrigado. SIMONE:** Não entendi Rodrigo. Por favor, vamos esclarecer os
2786 encaminhamentos. Foi passado então... Já passou pelo governo? Ou a proposta é passar?
2787 **RODRIGO:** Não, a proposta... **SIMONE:** É porque você falou que encaminhou para a
2788 conselheira para que ela discutir-se na bancada governamental. É isso? **RODRIGO:** Isso! É
2789 isso o que foi discutido. **MARTA:** Eu gostaria que fosse revisto esse relato porque todos os
2790 conselheiros estaduais receberão a proposta da nova minuta de resolução. Todos!
2791 Independente se é sociedade civil ou governamental. Eu disse que eu recebi também a minuta
2792 de resolução, mas que eu não tinha emitido individualmente nenhuma posição sobre isso. Não
2793 me foi requerido que eu tivesse a responsabilidade de encaminhar a discussão com os outros
2794 conselheiros da bancada governamental. **RODRIGO:** Então presidente, eu só retrato a fala. Eu
2795 confundi a plenária de ontem com a plenária passada. Foi isso. A gente já está com essa
2796 resolução há algum... E aí, foi na última plenária que eu confundi, mas enfim... Acabou
2797 chegando para todos conselheiros... Eu confundi. Mas acabou chegando para todos os
2798 conselheiros e foi discutido por nós. **SIMONE:** Desculpa, mas eu não entendi ainda. Hoje eu
2799 estou com um problema mesmo. **RODRIGO:** É porque na última plenária eu tinha pedido... E
2800 aí, eu acabei fazendo menção da reunião da mesa diretora ontem. Mas realmente, a Marta tem

2801 razão! A gente já tinha pedido isso na plenária passada, então não foi na plenária de ontem. É
2802 só para corrigir. A gente pediu na plenária passada para os conselheiros analisarem a
2803 resolução e trazer as contribuições. E aí eu só me equivoquei com ontem e a plenária passada.
2804 Em relação ao ponto quatro é isso. **SIMONE:** Maria do Carmo. **MARIA DO CARMO:** O que nós
2805 analisamos ontem foi da responsabilidade apenas da comissão de normas, até mesmo com a
2806 colaboração da comissão de orçamento e finanças, ficar com a responsabilidade de um
2807 documento tão importante que seria essa resolução, mesmo porque existem algumas
2808 normativas que estão vigentes que a gente não tem conhecimento. Então, a gente não tem
2809 esse poder de construir esse documento sem que isso passe pelo jurídico da SEDESE para
2810 analisar se o texto ficou bom, se alguma coisa está e discordância... Então, nós achamos que
2811 seria inconveniente antes de como de trazer aqui para a avaliação de todos. Esse texto foi
2812 trabalhado ontem. Existe uma análise em cima desse texto, mas a gente acharia conveniente
2813 que o setor de assessoria jurídica da SEDESE desse uma olhadinha antes, já que vai envolver
2814 leis estaduais... Né? **CRISTIANE:** Na verdade, eu não sei se eu entendi errado ontem, né? A
2815 gente participou como comissão de financiamento ontem da excursão dessa resolução da
2816 minuta. Eu entendi que a proposta é que a assessoria jurídica da SEDESE 10 não dê uma
2817 “olhadinha”, mas participe conjuntamente, uma vez que muitas questões... Se não pode
2818 acontecer de ir lá e voltar, voltar aqui e voltar lá de novo. Então, tem que discutir junto. As
2819 dúvidas que nós estávamos são dúvidas jurídicas. Tivemos dúvidas que a Consolação sanou,
2820 trouxe o regulamento, discutiu aqui com a gente... Mas nós tivemos outras dúvidas que eram
2821 dúvidas que na verdade extrapolam mesmo o campo jurídico, até porque não tem a ver só com
2822 a assistência social. **MARIA DO CARMO:** Essa discussão teria que ser feita conjuntamente
2823 porque talvez a assessoria jurídica não compreenda o âmbito dessa questão. E nós sozinhos,
2824 sem eles, não teríamos condições de está analisando isso. O que foi pensado é que eles
2825 estejam presentes conosco na próxima... Seria isso? No próximo encontro da comissão de
2826 normas para juntos analisamos o texto. **SIMONE:** Peço aos membros que participaram da
2827 reunião que ajude. É isso aí? Nós vamos chamar a nossa assessoria jurídica para que ela
2828 possa discutir junto com a comissão a resolução, é isso? Isso é diferente de pedir a assessoria
2829 jurídica para fazer parecer técnico. Bem diferente! Uma coisa é chamá-la para o debate, outra
2830 coisa é pedir ela, sem debater, sem nada, para fazer um parecer técnico deles. Então, o
2831 encaminhamento é: convidar nossa assessoria jurídica para junto com a comissão fazer um
2832 debate sobre a resolução. Está bem. Mais alguma coisa para discutir? Então, vamos voltar. Os
2833 conselheiros favoráveis ao relato da comissão de normas, por favor, levantem os crachás.
2834 Contrários. Abstenções. Relatório aprovado. Próxima comissão. Comissão de apoio. **ISAC:** Boa
2835 tarde! A gente vai fazer um relato bem rapidinho. O primeiro ponto de pauta nosso: é sobre a
2836 videoconferência com o tema “garantia de direitos no fortalecimento do SUAS – Organizar, lutar
2837 e resistir. Foi uma videoconferência que já aconteceu. Eu peço ao conselheiro Hélder, que
2838 participou, para colocar as suas considerações sobre a videoconferência. É a título de informe
2839 mesmo. **HÉLDER:** Bom, foi uma experiência muito boa. Eu acredito que foi válida, não é
2840 Simone? Foi uma experiência onde eu fui mais ouvinte ali, eu aprendi muito com o Zezé, com
2841 a Heloisa Pinheiro, com a própria Simone... Apesar da gente ter tido uns problemas técnicos
2842 no início, começamos videoconferência e depois a gente lembrou que tinha que apertar um
2843 botãozinho lá vermelho... **RISOS. HÉLDER:** Aí a gente estava falando, falando... E eu percebi
2844 que lá na televisão o pessoal começou mexer no controle remoto, começou... E aí, eu falei:
2845 “gente, tem alguma coisa estranha...” **RISOS. HÉLDER:** A gente tinha que apertar! A
2846 Consolação tinha colocado que era a primeira experiência nossa... Nós percebemos que é um
2847 meio no a gente difunde a questão de conhecimento, a gente vê a participação, ver o interesse
2848 dos municípios... Os municípios questionaram, participaram, se envolveram... E uma que eu
2849 gostaria de destacar na minha fala é o trabalho magnífico da secretaria executiva aqui do
2850 Conselho. Se não fosse o trabalho dos técnicos, da Consolação também de preparar, do

2851 cuidado... Eles mandaram o material para que a gente pudesse falar... Então assim, eu tenho
2852 é agradecer mesmo a participação, obrigado viu? Foi isso. Simone, se quiser fazer também
2853 alguma colocação... **SILVANA:** Nós discutimos muito depois que a videoconferência é uma
2854 ferramenta que a gente pode utilizar depois com os Conselhos, no apoio aos Conselhos
2855 Municipais, na capacitação, na formação desses Conselhos.... Então, a gente tem que pensar
2856 juntos estratégias para a gente utilizar essa tecnologia, essa ferramenta, para apoio aos
2857 Conselhos. **ISAC:**Passando... A discussão desse ponto ficou mais numa estratégia de
2858 disseminar tudo que é discutido no CEAS, na comissão, para distribuir para a sociedade no
2859 geral. O nosso ponto dois: foi sobre a construção do “perguntas e respostas e orientação aos
2860 Conselhos Municipais de Assistência Social.” A gente vem dar um informe que depois de muito
2861 tempo em construção, a gente vai está disponibilizando para todos os conselheiros um
2862 “esqueleto”, para que possam conhecer e colocar algumas contribuições, se acharem
2863 necessário. A previsão é que até o dia 30 desse mês a gente esteja disponibilizando por e-mail
2864 a todos os conselheiros. E que esses têm até o dia 7 de agosto para estarem colocando
2865 contribuições. Depois, essas contribuições, a conselheira Dayana vai fazer uma compilação de
2866 tudo. A gente vai fazer o possível para terminar isso e colocar à disposição de todos e toda
2867 essa cidade nos meios de divulgação o que o Conselho tem. O terceiro foi sobre elaborar
2868 estratégias para diagnosticar as causas da não realização de Conferências de assistência
2869 social em 14 municípios desse Estado no ano de 2015. Tinha ficado encaminhado de o
2870 Conselho oficial os municípios. A gente informa que a secretaria executiva enviou ofício para
2871 todos os municípios, também tentou contato via telefone, mas apenas o município de João
2872 Monlevade é que informou que vai realizar Conferência, que já tem data para Conferência
2873 municipal. Os demais municípios não retornaram nem ofício e nem ligação nenhuma. E entre
2874 esses, foi identificado o município de Itatiaiuçu com um problema de falta de estrutura mesmo,
2875 parece que não tem CRAS, não tem equipe de assistência social. Essa foi uma declaração feita
2876 pelos os conselheiros que participaram do curso Capacita SUAS e Belo Horizonte durante o
2877 curso de vigilância. Aí eu peço também a palavra dos conselheiros: Fabrícia principalmente, do
2878 conselheiro Hélder... Por favor, relatem isso melhor para a gente, porque foi uma situação vivida
2879 por eles. **FABRÍCIA:** Durante o curso Capacita a gente na troca de experiência, a gente
2880 conseguiu detectar que o município de Itatiaiuçu não tem Fundo, não tem nada. E aí para a
2881 gente foi uma surpresa naquele momento, porque até então a gente só tinha escutado aqui que
2882 era só Venceslau Brás que não tinha Fundo e tal... Então, a partir disso a gente anotou para
2883 está trazendo para o Conselho para a gente junto aqui está buscando saber o porquê disso,
2884 né? Se a SEDESE tem esse conhecimento... E aí, ontem nesses encaminhamentos tiramos
2885 essa solicitação à SEDESE de informações referentes a este município. Aí se o Hélder quiser
2886 colocar mais alguma coisa... Mas foi isso. **ISAC:**Então, o encaminhamento que veio da
2887 comissão é que a SEDESE possa está solicitando mais informações sobre a situação desse
2888 município. Eu deixo aberto para a plenária também se quiser propor algum outro
2889 encaminhamento nesse caso específico. **SIMONE:** Eu tenho uma dúvida, conselheiro. O
2890 documento “perguntas e respostas” não é um documento feito em cima de normativas do
2891 SUAS? Porque que vocês vão fazer consulta? **ISAC:** É. A gente achou interessante colocar
2892 para os conselheiros porque ele está sendo construído na tentativa de levar uma linguagem e
2893 mais acessível, principalmente para a sociedade civil e os Conselhos Municipais. A gente até
2894 pegou o material do Conselho Nacional para que seja mais compreensivo para a sociedade
2895 civil. E é nesse sentido que a gente vai está disponibilizando para todos os conselheiros esse
2896 material antes de o CEAS. E para conhecimento também de vocês conselheiros. Mas se a
2897 plenária julgar que não é necessário fazer isso... Tudo bem! Eu deixo para que vocês decidirem
2898 se querem opinar... Senão... Até se a comissão também estiver de acordo, eu... Se o Com
2899 Conselho quiser que os conselheiros recebam antes de a gente divulgar a gente manda, senão
2900 a gente não manda. Vocês que decidem. **WILLIAM:** Eu posso fazer uma defesa? Eu acho

2901 importantíssimo. Quanto mais gente participando desse processo... Está desligado, gente?
2902 Quanto mais gente participando desse processo... Principalmente mesmo pela questão da
2903 linguagem, não é gente? É tão falda e tão discutida, mas muitas das vezes a gente deixa passar
2904 batido. Então, eu acho que, quanto mais gente ver esse material melhor. **SIMONE:** Bem, eu
2905 penso que... Até agora eu não entendi o objetivo, dependendo do objetivo é bom! Dependendo
2906 não é, não! Se for para os conselheiros entenderem as normativas do SUAS... Isso não é
2907 linguagem não! Consulta de linguagem é outra coisa! Então, eu acho que tem que ficar bem
2908 claro. Os conselheiros perguntam muito assim: “ah! Na minha cidade não tem secretaria
2909 executiva!” Qual é a consulta que nós vamos fazer sobre isso? Uai! Isso aí já está normatizado!
2910 Tem que ter o secretário executivo em município de pequeno porte pode ser compartilhado...
2911 Eu acho que a gente tem que entender qual que é objetivo da consulta, dependendo da
2912 pergunta que fizer as pessoas podem entender que nós estamos mudando as normativas. Essa
2913 que é a questão! Entendeu a minha dúvida? Nós vamos consultar o que exatamente? Essa
2914 que eu acho que tem que ficar mais fácil para nós. **WILLIAM:** Fala de novo! Agora fui eu que
2915 fiquei na dúvida. **SIMONE:** A proposta de vocês é abrir para os Conselhos Municipais. **ISAC:**
2916 Não, não, não. A proposta nossa é enviar para os conselheiros estaduais porque até o
2917 momento está sendo feito pela comissão de apoio. **SIMONE:** Entendi! Aí está certíssimo!
2918 Entendi. VOZ AO FUNDO. **ISAC:** É porque, assim... A gente passou pelo ponto do “perguntas
2919 e respostas”. Aí passou. Era um informe para vocês que a gente estaria fazendo. Aí depois
2920 entramos no ponto dois, no outro ponto, terceiro, que era sobre os 14 municípios e a questão
2921 das conferências... **SIMONE:** Não. Eu entendi que você ia fazer consulta do “perguntas e
2922 respostas” aos Conselhos Municipais. Então, eu entendi errado! Desculpa! **ISAC:** Tranquilo!
2923 **SIMONE:** Ficou esclarecido então. Está correto. **ISAC:** É porque eu falei que iria ser rapidinho.
2924 Então, voltando ao ponto três... RISOS. A proposta da comissão é que a SEDESE entre em
2925 contato com o município de Itatiaiuçu para a gente ter e fornecer para este Conselho a clareza
2926 da situação do município. E a comissão também gostaria que se essa plenária quiser fazer
2927 alguma outra sugestão no caso deste município que coloque, por favor. Então, vamos dar
2928 seqüência. A gente teve também o quarto ponto de pauta que foi sobre uma denúncia recebida
2929 pelo Conselho referente ao município de Ataléia. O Conselho recebeu um ofício em que uma
2930 moradora de Ataléia relatava algumas irregularidades lá no município, parece que a secretária
2931 de assistência social estava impedindo o Conselho de funcionar, de fazer as reuniões... Aí, ela
2932 no ofício também falou da importância do funcionamento do Conselho, que durante o seu
2933 funcionamento até abril desse ano conseguiu alguns avanços como a composição da equipe
2934 de trabalho, mas que desde abril, por parte da secretária da assistência social do município, o
2935 Conselho estaria sendo impedido de realizar suas atividades, principalmente as reuniões que
2936 deveriam ser ordinárias, todos os meses, mas que não aconteceu desde abril. A comissão está
2937 propondo que é SEDESE entre em contato com a secretaria do município cobrando
2938 informações, pedindo informações. E que o CEAS também envie ofício ao Conselho Municipal
2939 de Ataléia para solicitar documentação referente ao Conselho, as reuniões, atas... Essas
2940 coisas... Para ter um diagnóstico mesmo da situação e poder continuar e fazer mais ações
2941 sobre isso. Conselheira Dayana, quer falar? **DAYANA:** E durante a reunião também, só para
2942 complementar, a gente consultou o CADSUAS e também a questão da paridade. Existem 11
2943 conselheiros e 4 apenas da sociedade civil cadastrados. Então, essa é uma das questões que
2944 a gente quer também com o CMAS para ter essas documentações, atas das últimas reuniões
2945 e a ata de posse desses conselheiros. **ISAC:** Em resumo foi isso o que aconteceu na comissão.
2946 Está aberto para contribuições e prosseguimento. **SIMONE:** Em discussão. Não havendo quem
2947 queira discutir, em votação. Conselheiros que são favoráveis ao relatório feito pela comissão
2948 de apoio, por favor, levantem os crachás. Podem abaixar. Contrários. Abstenções. Aprovado.
2949 Agora é a comissão de política. **MARTA:** Bom, ontem, na comissão de política, nós tivemos os
2950 conselheiros Érica, Débora Ackerman, senhor Luiz George, Magda, eu e a Sandra Regina. O

2951 Rodrigo do CMAS está nessa transição de Nova Lima, então ele não compareceu à comissão.
2952 O primeiro ponto e prioritário que a comissão elegeu foi sobre uma minuta de resolução que o
2953 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente solicitou que o Conselho Estadual
2954 sem pronuncie e aprecie- se essa minuta de resolução porque ela dispõe parâmetros de
2955 funcionamento de acolhimento institucional e familiar criança e adolescente no Estado de Minas
2956 Gerais. Ela está propondo, essa minuta de resolução, alteração de um texto de uma resolução
2957 de 2012 do CEDCA. E como a grande questão nessa minuta de resolução é que foi solicitado
2958 que a SEDESE, também os representantes da SEDESE no Conselho Estadual da Criança e
2959 do Adolescente, também contribuíssem no seu aprimoramento, porque de alguma forma
2960 existiam questões superadas pelas normativas do SUAS. O CEDCA solicitou a esse Conselho
2961 que fosse feita uma reunião conjunta das duas comissões de política dos CEAS e dos CEDCA.
2962 E aí, a gente pediu ao CEDCA com pouco mais de prazo porque a gente não tinha
2963 conhecimento dos termos dessa nova minuta de resolução e, que seria prudente que o
2964 Conselho Estadual de Assistência Social primeiro conhecesse antes de a gente já se
2965 pronunciar direto em uma reunião conjunta E aí, pedimos que a subsecretaria de assistência
2966 social, que trabalhou nisso e fez toda a motivação em relação as modificações da resolução,
2967 nos ajudasse e nos conduzisse no processo de modificação e de análise que a resolução
2968 estava trazendo. E aí, ontem, a comissão tomou conhecimento dessas principais modificações.
2969 A subsecretaria fez um paralelo entre as duas, apresentou a redação anterior, a proposta de
2970 nova redação e a motivação que geraria a proposta de nova redação. E aí, a gente pediu
2971 também que o superintendente Régis também ajudasse aqui, hoje, nos contextualizando
2972 também caso a comissão não dê conta de cumprir toda essa contextualização também. E a
2973 gente fale nesse relato para você nos ajudar a construir essa contextualização e esse histórico,
2974 né? Então, eu sugiro que você sente ali, Régis. Você já podia introduzir um pouquinho para
2975 gente, Régis? Porque nós não vamos apresentar a resolução aqui tá? Porque a gente entende
2976 que não é o momento. A comissão está amadurecendo o conhecimento disso, no
2977 encaminhamento a gente vai propor que todos conselheiros tenham conhecimento disso
2978 também porque quando a gente realizar uma plenária conjunta, uma reunião conjunta, é preciso
2979 que todo mundo tenha segurança no que vai está levando enquanto CEAS também. Então, a
2980 gente não está pautando para essa plenária para a gente discutir essa reunião, mas a gente
2981 quer que fique claro qual que é o objetivo dessa resolução e o contexto disso. Então, Régis,
2982 ajuda a gente aqui. **RÉGIS:** Boa tarde. Eu vou ser bem breve mesmo. Em linhas gerais, a
2983 resolução 56 do CEDCA/2012 ela estava desalinhada com a tipificação e com as orientações
2984 técnicas da resolução CONANDA e CNAS 01/2009. Esse desalinhamento principal era com
2985 relação à equipe técnica e também com quantitativo como, por exemplo, previa que as
2986 entidades não deveriam ter no máximo 15 crianças ou adolescentes. A gente sabe que se a
2987 modalidade por Casa Lar no máximo é 10, e se a modalidade for Abrigo o máximo é 20. Então,
2988 para sinalizar mesmo quais os tipos de desalinho que tinha aí com as normas nacionais
2989 vigentes. O outro ponto que a gente traz, para além desses parâmetros de funcionamento que
2990 a gente traz para a resolução, é a própria lógica da regionalização. E aí, obviamente, posterior
2991 a 2012, e por isso não estava incorporada na resolução. Então, a gente traz também alguns
2992 pontos aí que já estão na lei 21.966/2016, que é a lei estadual sobre regionalização. Então,
2993 foram alguns pontos que foram introduzidos. Para além desses, foram feitas algumas correções
2994 mesmo de nomenclatura como, por exemplo, a resolução a todo o momento ela trazia só o
2995 conceito de entidade, não de unidade, então ficava parecendo que as entidades
2996 governamentais estavam sendo consideradas como unidade. Então, a gente fez essa leitura
2997 também para trazer um pouco para o SUAS. Outro ponto que foi também uma inclusão, que é
2998 uma pauta dos CEDCA, que é com relação às crianças e adolescentes ameaçados de morte.
2999 A gente tem também uma clareza que a gente replica um pouco o que é resolução nacional já
3000 traz, que a da possibilidade do acolhimento aí para os ameaçados de morte fora do seu

3001 município de origem, mas reforçando também que... Eu acho que no período certo que a gente
3002 for fazer essa discussão aqui no Conselho... Lembrado também que acho que não tem um
3003 consenso mesmo dentro da política de assistência se essa modalidade acolhimento é a melhor
3004 resposta para esse tipo de situação. Então, isso é o algo que ainda deve ser construído. A
3005 gente pode ter também na própria resolução, talvez, algum ponto específico sobre isso, que as
3006 regulamentações específicas para o acolhimento de crianças e adolescentes ameaçados de
3007 morte serão pactuadas posteriormente, para não comprometer uma deliberação neste
3008 momento, mas também não perdendo de vista essa necessidade fazermos uma discussão
3009 mais ampliada sobre esse tema. Então, basicamente é isso. **MARTA:** Então, em discussão
3010 ontem na comissão, a gente não viu muitos pontos da resolução que a comissão indicada por
3011 modificações, né? Só tiveram dois que a gente viu que é com relação ao encaminhamento de
3012 crianças em situação de ameaça de morte. A gente fez uma sugestão de redação, mas
3013 necessariamente não é a sugestão, por exemplo, final desse Conselho, só a comissão fez uma
3014 sugestão. A gente sugeriu de tirar a expressão de rede socioassistencial pública e privada para
3015 também ser governamental ou não governamental, para ficar uma compreensão às vezes um
3016 pouco mais fácil dos termos, né? Às vezes gera uma incompreensão do que termo. Foram
3017 essas as sugestões que a comissão quando tomou conhecimento fez, mas o encaminhamento
3018 que a gente está propondo para essa plenária é de que é a secretaria executiva encaminhe
3019 para todos os conselheiros essa nova redação que está sendo proposta, a antiga proposta, a
3020 nova redação que está sendo proposta e também a apresentação que é a SEDESE nos ajudou
3021 para a gente percorrer o caminho da revisão, que também fosse encaminhada para os
3022 conselheiros, porque ela ajuda a verificar onde que foram os principais pontos. A gente também
3023 está propondo que os conselheiros tomem conhecimento disso e que contribuam até o dia 17
3024 de julho, mês que vem, caso eles quiserem algum aprimoramento na redação. A secretaria
3025 executiva consolidaria essas contribuições para a gente então depois discutir isso de novo
3026 coletivamente. E como a gente tentou compatibilizar. Eu acho que o encaminhamento próximo
3027 vai está de certa forma comprometido das agendas CEAS e CEDCA. Nós estamos com
3028 problema de conseguir construir uma agenda conjunta porque exatamente no dia da plenária
3029 do CEDCA nós estamos reunidos em comissões. Então, a proposta inicial das duas comissões
3030 se reunirem, política do CEAS e política dos CEDCA, tinha algum comprometimento. Mas isso
3031 a gente achou que a gente daria conta de superar. No entanto, avaliando na reunião, se a gente
3032 propuser modificação, também a comissão de política do CEDCA vai ter que se debruçar sobre
3033 as modificações propostas. Então, nós vimos que a gente pode ficar no processo de sempre
3034 aprimoramento entre as comissões, e que a gente pode não conseguir avançar. Esse foi um
3035 problema levantado. A gente pode depois aqui construir conjuntamente outra alternativa. Mas
3036 a gente então achou que remetendo o material para comissão de política dos CEDCA a gente
3037 resolveria isso. E que a gente fizesse plenária conjunta CEAS/CEDCA no dia 20 de julho,
3038 considerando que tomaríamos a manhã da reunião do CEDCA e nós ocuparíamos a manhã do
3039 dia 20 das comissões temáticas, que se reúnem só à tarde. Então, tentando compatibilizar as
3040 agendas, foi a sugestão que a gente tomou. E aí, a gente teria uma plenária conjunta dos dois
3041 Conselhos. Mas está de certa forma comprometido, como a própria Cris colocou, de a gente
3042 rever a data inclusive da próxima plenária. Então, de algum modo está comprometido. E aí, a
3043 gente aguarda contribuições. Vamos fazer todo o relato e depois a gente volta presidente?
3044 **SIMONE:** Todo mundo já levantou a mão ali “minha filha”! Primeiro é a Sandra. **SANDRA:** É
3045 só sobre esse ponto. Vai ser submetida à enviada para os conselheiros, eu peço uma carinho
3046 especial para o Fórum das Entidades... Eu falo na qualidade de participante no acolhimento
3047 institucional do encaminhamento de adolescentes ameaçados para o acolhimento institucional
3048 conforme está estruturado hoje, no desenho de hoje. Então, os representantes das entidades,
3049 do acolhimento institucional... E até coletar dos seus pares sugestões e o que a dizer sobre
3050 isso. Do jeito que está o desenho hoje... Ontem, eu falei muito na comissão que eu não

3051 concordo do jeito que está hoje: os meninos serem encaminhados para o acolhimento sem uma
3052 questão e da segurança da equipe de trabalhadores, do equipamento, das normas do PPCAM
3053 que desligam o menino do programa e concomitantemente ele fica no acolhimento... “Não, ele
3054 não cumpriu as regras do PPCAM, então é igual o desligamento e ponto.” A gente só recebe
3055 ofício falando que desligou do programa. Então assim, é para olhar com muito cuidado para as
3056 entidades, coletar sugestões, as críticas, mas também propostas, para este público no
3057 acolhimento institucional como ele está organizado hoje. Para vocês terem uma ideia, quando
3058 eu estava na execução nem o apoio da guarda municipal que a gente insistiu... Tinha tanta
3059 situação de traficante... Até dentro do acolhimento já foram para tirar o menino! A gente não
3060 tem o mínimo de segurança. A gente ficava gritando por socorro por conta do cotidiano na
3061 pressão com os trabalhadores e nas entidades. Então, eu peço um carinho especial para os
3062 representantes das entidades e de trabalhadores para a gente ver isso e propor outras
3063 sugestões. O aprimoramento talvez possa ser no acolhimento, mas com o aprimoramento da
3064 rede. **SIMONE:** Cris. **CRISTIANE:** Boa tarde. Sugiro que seja convidado o pessoal do Fórum
3065 de Abrigo, eu acho que podem contribuir. Já é uma preocupação essa questão do adolescente
3066 e da criança ameaçados de morte. Em Belo Horizonte a gente tem Casa de Abrigo que foi
3067 colocada fogo. A gente tem caso de adolescente que teve a cabeça raspada por traficante
3068 dentro do próprio espaço. Então, eu acho que nós realmente temos que pensar. O Fórum de
3069 Abrigos eu acho que ele tem que ser convocado nessa linha do que a Sandra tem colocado.
3070 Agora, o superintendente Régis colocou que, eu não sei se eu entendi corretamente, mas que
3071 inicialmente será feita uma resolução que vai mesmo atualizar a resolução de acolhimento
3072 institucional, certo? Posteriormente será feita uma para os adolescentes ameaçados de morte.
3073 É isso o que eu não entendi. Posteriormente quando? **RÉGIS:** Posso falar? Na verdade, essa
3074 ideia de uma resolução específica ela surge muito dessa discussão mesmo. Aqui foi possível
3075 ver que tem algum... Eu não vou falar que a discussão ela é polarizada, mas tem dois pontos,
3076 tem o ponto claro que é essa questão do acolhimento enquanto o risco de uma segurança
3077 pública em que o acolhimento está contido. E tem outra questão também que a gente não pode
3078 ignorar, o que as normas vigentes nos colocam hoje é que ao adolescente que está afastado,
3079 que teve o poder dele familiar rompido, ele vai para uma medida de acolhimento. A resposta
3080 jurídica que a gente tem hoje é essa. Por mais que a gente possa falar “olha, acolhimento não
3081 dá conta dessa resposta, o lugar da assistência não dá conta de uma resposta a esse nível
3082 desse segurança”, hoje o que nós temos como possibilidade é o acolhimento. Então, a gente
3083 tem que repensar de fato outra forma de acolhimento que dê conta dessa situação. A gente
3084 acredita que isso depende de um acúmulo muito maior do que para atualização do texto que já
3085 está posto. Então, por isso, a proposta de uma resolução nesse momento geral dos parâmetros
3086 gerais de acolhimento com a perspectiva de uma resolução específica sobre o acolhimento dos
3087 ameaçados de morte. É isso mesmo o que você pensou, serão duas resoluções. Quando já
3088 existe um grupo... Porque isso foi uma demanda também que já foi pautada no COGEMAS...
3089 Então, a gente já tem algumas reuniões a nível de Estado. O PPCAM está vinculado a
3090 Secretaria de Direitos Humanos. A gente já tem discutido com os Direitos Humanos algumas
3091 perspectivas. A gente já tem discutido com o próprio PPCAM e o MP, que também tem nos
3092 assessorado muito nesse sentido. O Fórum de Abrigos também... A gente já esteve em uma
3093 reunião do Fórum de Abrigos aqui de BH para construção do tema. Então, as discussões já
3094 estão acontecendo. A gente já tem uma... Não vou chamar de minuta... Mas elo menos alguns
3095 indicativos que foram levantados enquanto possibilidades, mas é claro que precisam ainda de
3096 um amadurecimento melhor, de um acúmulo maior e etc. Agora, tem outro ponto que eu chamo
3097 a atenção, eu não sei se todos os conselheiros também têm essa informação, mas está aberto
3098 para consulta pública no site do MDS um instrumental a nível nacional sobre o Plano Individual
3099 de Atendimento. A consulta vai até o dia 30 de junho. A criança e adolescentes ameaçados de
3100 morte precisa de uma perspectiva direcionada no PIA sobre essa ameaça. E no documento,

3101 por exemplo, que é um orientador nacional, não traz. Então, é o momento de a gente também
3102 cobrar uma discussão até a nível nacional sobre o tema. **CRISTIANE:** É até isso o que eu iria
3103 dizer agora. Quando o superintendente coloca que existe já uma legislação que diz que é
3104 acolhimento institucional, essa discussão de uma resolução para o adolescente ameaçada de
3105 morte em nível estadual eu acho que a gente perde porque essa discussão precisa ser
3106 nacional. Eu acho que, nós, enquanto CEAS deveríamos manifestar essa questão mesmo
3107 dessa preocupação. Resolução sem base de lei a gente não vai ter articulação para o sistema
3108 todo de garantia de direito desse adolescente. Então, eu acho que o CEAS deveria manifestar
3109 e fazer uma manifestação. E aí, eu não sei se seria ao Conselho Nacional do Direito da Criança,
3110 não sei se seria a secretaria... Não sei a que órgão. Eu quero mesmo é solicitar essa mudança
3111 na legislação. Nós, enquanto entidade de acolhimento institucional, não temos condições de
3112 abrigar esse adolescente com segurança e mais, a gente coloca em risco os outros abrigados
3113 também, né? Então, eu acho que isso precisa ser repensado, se isso é um acolhimento
3114 especial... Nós sabemos que as pessoas ameaçadas de morte têm um tratamento na
3115 segurança pública de segurança mesmo, de sigilo... E a gente sabe que uma criança dentro de
3116 um acolhimento institucional não é sigilo, porque ela tem que circular na comunidade uai! Ela
3117 precisa ir à escola... Ela tem o direito do convívio comunitário. Então, eu acho que precisa ser
3118 repensado isso com a política nacional. Aqui a gente legislar resolução sem fundo de legislação
3119 eu acho que não teria sentido. **RÉGIS:** Sim. Eu estou de acordo. Eu acho que é muito por este
3120 caminho mesmo. Eu acho também que a gente tem que dar uma resposta, nem que seja uma
3121 resposta de qualidade, porque a primeira resposta sempre é as unidades exclusivas. A gente
3122 entende que as unidades exclusivas seriam muito mais uma “bomba relógio”. A gente teria
3123 todos os ameaçados em uma única unidade, do que necessariamente uma resposta positiva.
3124 Então, a gente tem que pensar no modelo e na metodologia de atendimento. **SIMONE:** Mais
3125 alguém? Olha só, gente. Esse Conselho já viveu vários debates de pontos de ensinamento. Eu
3126 acho que uma lição que fica para nós é que quando a gente não aprofunda os temas polêmicos
3127 a gente também não consegue sair dos pontos de tensão, porque se não fica muito simplista
3128 reduzir... “Ah, não! Nós vamos colocar os meninos que são vítimas de ameaça no serviço de
3129 acolhimento em Minas Gerais.” Ou não! “A solução é ter acolhimento exclusivo.” Eu acho que
3130 a gente tem que avançar. Aí Marta, pela a minha experiência, ainda mais nesses assuntos...
3131 Esses assuntos que não tem muito consenso, a gente deve aprofundar o debate. Então, eu
3132 acho que ajuda pouco passar para todos os conselheiros. A grande maioria de nós aqui tem
3133 pouco acúmulo para contribuir nesse debate. A gente precisa acumular. E também lembro que
3134 se a gente não conduzir bem o assunto, esse assunto pode terminar como terminou aí, ou
3135 como vem sendo tratado os assuntos que não são bem conduzidos. Ô delícia! Falei, falei e não
3136 falei nada, não é William? **RISOS.** **SIMONE:** Você está querendo escapular, não é William? Eu
3137 acho que a gente deveria junto com o Conselho da Criança e do Adolescente promover uma
3138 discussão entre os dois Conselhos. Vamos discutir! Vamos chamar... Aqui todo mundo já deu
3139 a sua opinião... Isso tem a ver com o Fórum, as entidades têm que ser ouvidas, o MP t tem que
3140 ser ouvido, o COGEMAS também tem que ser ouvido... Porque não dá para gente de liberar o
3141 negócio aqui sem escutar esses atores. Vai resolver pouco! Então, a minha sugestão é essa,
3142 que a gente propõe para o Conselho Estadual da Criança que a gente faça uma oficina para
3143 discutir o assunto, especificamente esse assunto. Aí, eu acho que a gente tem conseguido com
3144 mais clareza achar soluções também. Esse é o “x” da questão, né? Vamos dizer assim. E
3145 penso... A Marta também já voltou atrás com a sua sugestão... Nos dias 20 e 21 não tem jeito,
3146 por causa da realização da Conferência Municipal de Belo Horizonte, né? Então, não dá para
3147 a gente fazer essa discussão tão importante no dia da Conferência municipal de Belo Horizonte.
3148 Wiliam. **WILLIAM:** Eu ratifico todas as falas, né? É importantíssimo mesmo aprofundar essa
3149 questão! Eu dou um exemplo aqui de uma adolescente que a gente no CRAS que a gente
3150 trabalha. Ela fugiu do abrigo pelo menos umas três vezes, não foi por ameaça que ela foi para

3151 lá, foi por questão mesmo de violação de direitos na família. E ela fugiu umas três vezes, voltou
3152 para a família e está lá! Ninguém consegue saber o que fazer com essa adolescente. Imagina
3153 então que está em situação de ameaça, como que ficaria se a pessoa ali dentro do abrigo
3154 “misturada” com as outras? Não é no sentido pejorativo, é como a Simone disse né? Eu acho
3155 que realmente nós temos que nos posicionar, eu concordo plenamente. Nós temos que nos
3156 posicionar enquanto conselheiros, enquanto Conselho, fazer alguma manifestação de alguma
3157 forma, juntar com o CEDCA... Eu acho que tem que construir alternativas para isso. Eu não
3158 sei... Eu acho que o governo também pode se posicionar a para saber quais são as alternativas
3159 estruturais, financeiras, né? Porque eu não sei quais são, mas eu acho interessante colocar
3160 isso na mesa também. Isso depende de recurso, depende de várias outras coisas, né? Eu acho
3161 que tudo tem que ser coloca na mesa. **SIMONE:** Então, eu estou entendendo que você está
3162 concordando com a sugestão da gente propor ao Conselho Estadual que a gente faça uma
3163 oficina de conjunta, para a gente criar entendimentos conjuntos, senão o negócio complica
3164 demais da conta! Todo mundo concorda? Então beleza. A gente vai organizar então uma oficina
3165 conjunta aí com o Conselho da Criança e do Adolescente. Marta vamos continuar. **MARTA:**
3166 Segundo ponto de pauta: a gente recebeu uma duas denúncias da mesma pessoa, uma em
3167 um momento, e a outra em outro momento. A gente está querendo dar encaminhamento. Uma
3168 denúncia de natureza mais específica sobre financiamento. E a outra é sobre coordenação...
3169 Vários aspectos que desdobra na segunda desdobra pelo menos em 5 pontos. Eu acho que a
3170 gente não precisa trazer aqui a discussão, mas os encaminhamentos que a comissão está
3171 tentando ver como que é possível apurar, está acolhendo a denúncia e ver como é possível a
3172 gente intervir, né? Então, os encaminhamentos que a gente está propondo, são vários
3173 aspectos, é que a gente faça consulta a SEDESE sobre alguns aspectos que a gente não teve
3174 acesso pelo CADSUAS, mas que a SEDESE pode nos ajudar pelo Censo SUAS né? Pode nos
3175 ajudar a verificando a prestação de contas, verificando a rede... Uma delas dizia que município
3176 recebeu recurso e no conveniou a rede, mas gente identificou que tinha rede par a isso e tal...
3177 Então, realizar consulta a SEDESE. E fazer algumas diligências do CEAS pedindo alguns
3178 esclarecimentos sobre os a segunda denúncia, que é sobre coordenação de CRAS, habilitação
3179 das pessoas, se há alternância prevista lá no Conselho porque a pessoa disse que o presidente
3180 o governamental, mas no nosso o entendimento não tem menor problema. A gente quer saber
3181 se é prevista em lei a alternância da presidência do Conselho entre sociedade civil e
3182 governamental. Esclarecimentos sobre destituição da mesa direta. A gente quer entender qual
3183 foi o respaldo legal que foi adotado para ser destituída a mesa diretora que foi eleita. E também
3184 com relação à representatividade dos trabalhadores no Conselho, como que tem sido isso,
3185 porque a denúncia dizia que os trabalhadores estão se sentindo constrangidos em fazer as
3186 suas representações porque não tem uma estabilidade. Então, também é para gente tentar
3187 entender melhor isso. Não tem como a gente concluir porque nós estamos coletando
3188 informações ainda para a gente propor algum encaminhamento tá? O outro ponto é com
3189 relação ao caderno de orientações para os trabalhadores que essa comissão já vem discutindo
3190 desde o ano passado. Nós retomamos a discussão porque ela tinha de certa forma ficado
3191 preterida com muitas denúncias. A gente acha importante retomar essa discussão exatamente
3192 para a gente poder divulgar algumas... Porque as denúncias muito ligadas a gestão do trabalho
3193 pelo que a gente percebeu. Então, a gente entende que elaborar um caderno de orientações
3194 ajuda a consulta, às orientações para os municípios, para os gestores e para os próprios
3195 trabalhadores. Ontem, nós discutimos, aprofundamos na comissão pouco mais do que nós
3196 queremos com esse caderno. No ano passado a gente já chamou alguns colaboradores aqui,
3197 nos deram certo norte dizendo sobre as demais questões com relação ao trabalhador pedimos.
3198 Nós pedimos que viesse a Adriana Reis, que é da gestão do trabalho lá de Betim, uma
3199 pesquisadora também, a Denis Cunha, do CRESS, que na época também era conselheira
3200 aqui... Eles nos apontaram que as principais questões com relação aos trabalhadores tem a

3201 ver com as condições de trabalho, as relações de trabalho e a relação dos trabalhadores do
3202 SUAS com sistema judiciário. A gente também ainda está apurando, pelas denúncias
3203 recebidas, se esse bloco de questões consta o tipo de denúncia que a gente está recebendo.
3204 A secretaria executiva, que apoia a comissão, teve início a um trabalho nesse sentido. Falta
3205 concluir. A primeira proposta é a gente para ter clareza do objetivo do caderno, o público, que
3206 título que nós vamos dar para isso. E a comissão entende que um dos objetivos do caderno é
3207 compilar as normativas sobre o assunto; Orientar os municípios, gestores, trabalhadores,
3208 favorecendo exatamente que eles tenham uma relação mais próxima na construção do que nós
3209 dizemos que é da aliança também, que pode dar mais corpo a gestão do trabalho; Sensibilizar
3210 também sobre a importância de participação dos trabalhadores nos processos de trabalhos e
3211 no exercício do controle social; Mostrar que é possível construir fluxos e atribuições dos
3212 diferentes órgãos quando existe denúncia em relação aos trabalhadores e suas condições de
3213 trabalho, sejam denúncias que prejudicam os trabalhadores, ou que são de desacordo as
3214 normativas. São denúncias das duas naturezas. O público do caderno seria: conselheiros,
3215 gestores, trabalhadores do SUAS e as suas organizações, inclusive os fóruns, né? Nós já
3216 propusemos um cronograma, ou seja, que a secretaria executiva conclua então aquela
3217 apuração do bloco dos grandes questões que a gente recebe aqui enquanto denúncia até o dia
3218 17 de julho. Nós vamos pautar de novo essa discussão na reunião dia 20 de julho, mas ela de
3219 certa forma vai ficar prejudicado. Mas é na próxima reunião, na reunião quando foi agendada,
3220 né? Sobre esse levantamento, formato do caderno, que linguagem, que formato, que nós
3221 vamos dar para ele. E aí, convidar colaboradores, que a comissão já identificou, que podem
3222 nos ajudar na elaboração desse caderno. De novo: a Adriana Reis, de Betim, as representantes
3223 do CREAS, do CRP, do PSIND, do SINTIBREF, da SEDESE e do FETSUAS, que podem nos
3224 ajudar nessa na construção desse caderno. Aí, a gente propõe que findo isso, a gente realize
3225 uma oficina em agosto com o material produzido pela comissão e pelos trabalhadores. E que
3226 a gente discuta no CEAS é o material que a gente produziu. E que dessa oficina, a gente então
3227 finalmente acha que é possível fazer a divulgação do caderno para os conselheiros e
3228 encaminhar o conteúdo, deixar o conteúdo disponível para consulta. E também, a gente propôs
3229 que ele seja aprovada em plenária, em setembro. A gente ficou com esse calendário, mas ele
3230 pode ser revisto por causa dos prazos inclusive dos CEAS em relação às comissões. **SIMONE:**
3231 Em discussão. Não havendo que queira discutir, vamos votar. Os conselheiros favoráveis ao
3232 relato da comissão de política, por favor, levem o crachá. Podem abaixar. Contrários.
3233 Abstenções. Então, foi votado, por maioria. Comissão de financiamento e orçamento, por favor.
3234 **ISABELA:** No caso de comissão de orçamento e financiamento estiveram presentes na reunião
3235 que aconteceu ontem: Cristiane e o Wilson. Os demais conselheiros justificaram ausência, por
3236 motivo de trabalho. Inclusive eu neste presente, né? Mas ontem a gente... Na comissão não
3237 teve nenhum ponto de deliberação para trazer para a plenária. Foi discutida uma denúncia que
3238 chegou até o até o Conselho, que foi encaminhada para a SEDESE. Então, ainda não tem
3239 encaminhamento para trazer aqui. O outro ponto: foi a participação junto coma comissão de
3240 normas outro sobre a resolução do plano de assistência social, que a comissão já fez um relato.
3241 Então, da nossa parte, é só isso. Vocês ficaram felizes, né? **RISOS. VOZ AO FUNDO. SIMONE:**
3242 Bem, nós conseguimos concluir a pauta da nossa reunião plenária. Eu agradeço muito a
3243 presença de todos. Nós precisamos acertar então a pauta da nossa próxima reunião. A pauta
3244 não, o dia. William, a conferência de Belo Horizonte é dia 20, do todo? Dias 20 e 21, o dia
3245 todo? **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Não, eu que estou te perguntando! **VOZ AO FUNDO.**
3246 **SIMONE:** Mas é dia 21 e 22, o dia todo? Ou começa no dia 21, à noite, e no dia 22 o dia todo?
3247 **CRISTIANE:** Ainda não tinha sido definido se no dia 21 dia seria o dia. Ainda não tinha sido
3248 definido se seria o no dia 21, o dia todo. **SIMONE:** Gente, eu estou perguntando, por favor, da
3249 Conferência de Belo Horizonte, senão não tem condições da gente decidir! É isso aí! **WILLIAM:**
3250 Simone, eu voltei tentar trazer essa resposta agora, mas... É porque eu não participo da

3251 comissão. **SIMONE:** Pergunta lá, gente! **WILLIAM:** Eu vou perguntar aqui, espera aí. **SIMONE:**
3252 Vamos olhar a agenda de uma vez, Consola? Tem alguma coisa no dia 19? VOZ AO FUNDO.
3253 **WILLIAM:** Gente, eu já tenho a resposta, é dia 21 e 22, o dia todo. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:**
3254 Então, veja só, a gente pode fazer nossa reunião dia 19 e 20 tendo em vista a Conferência de
3255 Belo Horizonte e a solicitação dos conselheiros? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Sim? Então tá!
3256 Nossa reunião e plenária serão nos dias 19 e 20. Dayana, você quer falar alguma coisa?
3257 **DAYANA:** Quero! Eu quero desejar aos conselheiros uma ótima reunião e plenária de julho,
3258 que eu estarei de férias. Então, eu não ver vocês. **SIMONE:** Ah! Muito obrigado a todos, gente.
3259 Até mês que vem. FIM.
3260